



Caderno de Estudos Interdisciplinares

V.5, N°3

*Divulgação e Comunicação
científica*

2023

Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG)
Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Instituto Federal do Sul de Minas (IFSulDeMinas)

ISSN 2359-6252

Qualis CAPES C
(2017-2019)

Expediente

Conselho editorial

Jackson Wilke da Cruz Souza (UFBA) – *Editor-chefe*
 Letícia Lima Milani Rodrigues (UNIFAL/MG) – *Editora-chefe adjunta*
 Adilio Renê Almeida Miranda (UNIFAL/MG)
 Alinne Alvim Franchini (UNIFAL/MG)
 Cláudia Adam Ramos (UNIFAL/MG)
 Cristina Lucia Janini Lopes (IFSulDeMinas)
 Fernando Batista Pereira (UNIFAL/MG)
 Gislene Araújo Pereira (UNIFAL/MG)
 Helio Lemes Costa Junior (UNIFAL/MG)
 Karla Luisa Costa Sabino (UNIFAL/MG)
 Lidia Noronha Pereira (UNIFAL/MG)
 Luisa Pimenta Terra (UNIFAL/MG)
 Margarete Panerai Araujo (FACCAAT/Faculdades Reunidas de Taquara)
 Weslly Carlos Ribeiro (UNIFAL/MG)

Conselho consultivo

Alex Rogerio Silva (UFSCar) | Ana Maria Sosa González (UFPEl) | André Stefferson
 Martins Stahlhauer (Université Clermont-Auvergne) | Cleide Calgaro (UCS) | Cristiano
 Max Pereira Pinheiro (Universidade Feevale) | Daniel Luciano Gevehr (FACCAT) |
 Danielle Heberle Viegas (Ludwig-Maximilians-Universität München) | Eduardo Relly
 (Friedrich-Schiller-Universität Jena) | Elias Rodrigues de Oliveira Filho (IFNMG) | Jorge
 Luiz Amaral de Moraes (FACCAT) | José Edimar de Souza (UCS) | Judite Sanson de
 Bem (Universidade La Salle) | Jussara Schmitt Sandri (IFPR) | Kellen Cristina Varisco
 Lazzari (Universidade La Salle) | Marcos Paulo Dhein Griebeler (FACCAT) | Maria
 Berenice da Costa Machado (UFRGS) | Maristela Mercedes Bauer (Universidade
 Feevale) | Paula Abreu (Universidade de Coimbra) | Paulo Roberto Rodrigues Soares
 (UFRGS) | Roana Rodrigues (UFS) | Rogério Leandro Lima da Silveira (UNISC) |
 Rudimar Baldissera (UFRGS) | Simone Luz Ferreira Constante (Universidade La Salle)

A revista ***Caderno de Estudos Interdisciplinares (CEI)***, criada em 2014, é um periódico gratuito e quadrimestral publicado em formato eletrônico com periodicidade quadrimestral, de natureza técnica, científica e de popularização. A revista foi criada pelo Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), e é editada de maneira interinstitucional. Trata-se de uma publicação criada para servir de canal de comunicação e divulgação científica a partir de pesquisas interdisciplinares, priorizando as áreas de Ciências Sociais Aplicadas e Humanidades. A revista CEI difunde estudos e pesquisas de professores, pesquisadores e gestores de instituições de ensino superior e de pesquisa, profissionais de associações científicas e demais órgãos envolvidos na formação de pessoas e produção científica e alunos de pós-graduação e graduação.

SUMÁRIO

Editorial	4
<i>Jackson Wilke da Cruz Souza, Fernando Batista Pereira e Adilio Renê Almeida Miranda</i>	
Entrevista com o diretor do campus de Varginha da Universidade Federal de Alfenas.....	8
<i>Vinicius de Souza Moreira</i>	
Quinta da Boa Música: diálogos com o direito à cidade a partir das transformações na Estação Ferroviária de Varginha (MG).....	11
<i>Wender Reis Ramos</i>	
Implementação do custeio abc em uma startup prestadora de serviços: Um estudo de caso	30
<i>Matheus Rodrigues Trindade e Maria Aparecida Curi</i>	
Transdisciplinaridade e complexidade para a análise do fenômeno criminal	46
<i>Igor Serrano Silva e Margarete Panerai Araujo</i>	
Percepção dos profissionais da área fiscal e afins sobre a reforma tributária no brasil: uma análise da proposta e suas implicações	60
<i>Giulia Izidoro Colozza e Karla Luisa Costa Sabino</i>	
Protótipo de um aplicativo de educação financeira por meio de <i>design thinking</i>	81
<i>Ana C.C. Ribeiro, Mayara P. Oliveira, Fernando B. Pereira e Pollyanna M. Abreu</i>	
O trabalho infantil no contexto brasileiro	106
<i>Marilyn Christine Magalhães de Castro e Lidia Noronha Pereira</i>	
Os desafios para combater o trabalho infantil no Brasil	109
<i>Giovanna Firmiano Cougo e Fernando Batista Pereira</i>	
A Inteligência Artificial e seus impactos no mercado de trabalho	113
<i>Júlia Raiza Santana dos Santos, Eduardo Ferreira e Jackson Wilke da Cruz Souza</i>	
Transformações laborais na era da Inteligência Artificial: Desafios e perspectivas	118
<i>Leonardo Micheli Moraes Cossio e Jackson Wilke da Cruz Souza</i>	



EDITORIAL – OS APRENDIZADOS DO PERCURSO

Por ser o último número da Revista CEI de 2023, talvez este seja um editorial um pouco diferente. Este foi um ano bastante trabalhoso, com muitos desafios e aprendizados. Como um periódico científico eletrônico e gratuito, entendemos que nosso propósito aqui é, antes de tudo, acessibilizar o conhecimento, novas descobertas e novos olhares. Fazer circular a informação e o que tem sido produzido por colegas pesquisadores e por alunos de diferentes níveis de formação (graduação, mestrado e/ou doutorado).

Para além desse propósito, temos entendido que é necessário oportunizar a produção de Divulgação científica (DC). Quando começamos nesse caminho, entendíamos a DC apenas como produções em formato de artigo, que tinham outros layout e linguagem por conta do público-alvo dos textos. Conforme fomos caminhando, fomos entendendo que essa área é maior que isso e passamos a considerar outros gêneros como DC. Novamente, o aprendizado veio pela trajetória, pela experiência.

Falar de aprendizados é falar também de pessoas. Por conta disso, gostaríamos de agradecer, primeiro, aos autores, que submeteram seus trabalhos ao olhar atento de outros pares, que reviram seus textos, suas abordagens científicas, sempre pensando no melhor entendimento do texto para o público leitor. Agradecemos também aos pareceristas que, voluntariamente, têm nos auxiliado na circulação do conhecimento, promovendo o pensamento científico e auxiliando aos autores em tantos aspectos importantes para o texto e para a pesquisa. Além disso, agradecemos aos leitores dos trabalhos aqui publicados, que os utilizam em aula, citam em outros trabalhos, ou apenas se alimentam de outras perspectivas e metodologias científicas. Por fim, e não menos importante, gostaríamos também de agradecer aos nossos conselheiros, que juntos têm se esforçado para fazer caminhar um projeto discursivo e científico de popularização e acessibilidade científica.

Como dissemos antes, o aprendizado veio pelo caminhar. Alguns desses aprendizados nos levaram, de maneira colegiada, a ter outros entendimentos sobre o processo de publicação. Nesse sentido, é com bastante alegria que aproveitamos este espaço para compartilhar uma mudança para o ano que vem.

Pensando em dar celeridade à publicação, a revista CEI passará a ser fluxo contínuo, organizada em três números: (i) *Número atemático*, compreendendo os gêneros Artigos científicos, Resenhas e Entrevistas; (ii) *Número de Divulgação científica*,

compreendendo os gêneros de Artigos de Divulgação Científica, Ensaios e Entrevistas; (iii) *Número temático*, compreendendo os gêneros Artigos científicos, Resenhas e Entrevistas. Assim, acreditamos que os trabalhos publicados não apenas serão acessíveis de maneira célere, mas também dialogam melhor entre si, de maneira discursiva, temática e visual. Destacamos ainda que os temas, bem como as normas específicas para cada número serão divulgadas em breve, em nosso portal. Mas, voltemos a falar do presente, e sobre o que você, leitor, encontrará neste último número de 2023.

Abrimos este número com a **entrevista** realizada por nosso editor Vinicius de Souza Moreira, docente da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). Ele conversou com o professor Paulo Roberto Rodrigues de Souza, atual diretor do *campus* da UNIFAL-MG em Varginha, sobre o funcionamento do estágio para alunos que cursam o Bacharelado Interdisciplinar, sobretudo em Ciência, Tecnologia e Inovação. A ideia foi destacar como um perfil interdisciplinar pode enriquecer o mundo do trabalho, mas também este agregar valor à formação de graduação de nossos alunos.

Na sequência, temos o artigo **“Quinta da Boa Música: diálogos com o direito à cidade a partir das transformações na Estação Ferroviária de Varginha (MG)”**, de Wender Reis Ramos. No trabalho, o autor vai tratar sobre esse tema muito caro da obra de Henri Lefebvre – o direito à cidade –, explorando as origens do projeto cultural denominado “Quinta da Boa Música”, em Varginha (MG). Como explicado pelo autor, esse movimento caminhou em paralelo com o processo de requalificação da Estação Ferroviária, na região central da cidade. O artigo mostra, através de um conjunto de matérias na mídia local, a dinâmica de um processo turbulento – que vem se desenvolvendo há quase 15 anos – marcado por conflitos, em busca da apropriação do espaço público por parte da população.

O artigo de Matheus Rodrigues Trindade e Maria Aparecida Curi, **“Implementação do custeio ABC em uma startup prestadora de serviços: um estudo de caso”** se propôs a analisar a implementação do método de custeio ABC em uma prestadoras de serviços *online* de pequeno porte. Os resultados evidenciaram os fatores de sucesso e desafios na implementação, além da utilização do método no processo decisório. Os autores concluem que este método pode ser uma ferramenta gerencial importante para empresas prestadoras de serviços, incluindo as de base tecnológica.

Com a proposta de analisar o fenômeno da criminalidade a partir da complexidade e a transdisciplinaridade da obra de Edgar Morin, o trabalho de Igor Serrano Silva e

Margarete Panerai Araújo “**Transdisciplinaridade e complexidade para a análise do fenômeno criminal**” lançam mão de uma perspectiva ampla de discussão para explicar a criminalidade como fenômeno humano e social. Segundo os autores, a compreensão do fenômeno exige o abandono de visões radicalistas e fragmentadas de mundo, o que implica na necessidade de criar conexões entre os saberes.

Em pleno debate sobre a reforma tributária brasileira, Giulia Izidoro Colozza e Karla Luisa Costa Sabino trazem o artigo “**Percepção dos profissionais da área fiscal e afins sobre a reforma tributária no Brasil: uma análise da proposta e suas implicações**”. Focadas sobre o Projeto de Lei Constitucional nº 45/2019, aprovado recentemente na Câmara Federal (julho de 2023) – e que ainda seria submetido ao Senado Federal –, as autoras apresentam resultados sobre uma pesquisa de opinião, conduzida por elas junto aos profissionais da área fiscal, que levantou percepções sobre pontos positivos e negativos sobre a proposta de reforma. A pesquisa constatou que há otimismo sobre diversos pontos, como a simplificação e a transparência, mas, ao mesmo tempo, ainda há forte preocupação quanto à possível elevação da carga tributária, e impactos negativos dessa sobre preços e, conseqüentemente, sobre a parcela mais vulnerável dos contribuintes.

No artigo “**Protótipo de um aplicativo de educação financeira por meio de design thinking**”, Ana Ribeiro, Mayara Oliveira, Fernando Pereira e Pollyanna de Abreu dissertam sobre o trabalho de construção de um protótipo de um aplicativo de educação financeira para o cidadão comum. Por meio de design thinking, o aplicativo explora principalmente aspectos dos vieses comportamentais, como uma forma de mostrar para as pessoas que, muitas vezes, nossas decisões são influenciadas por fatores que simplesmente não somos capazes de perceber. Como conclui o texto, isso implica que, ainda que tenhamos alto grau de letramento financeiro, estamos sujeitos às “armadilhas” cognitivas – especialmente as de mercado.

Neste número também teremos uma seção especial de ensaios, ora falando sobre o trabalho infantil no Brasil, ora falando sobre o impacto da Inteligência Artificial nas relações trabalhistas.

Abrindo nossa seção especial de ensaios, temos “**O trabalho infantil no contexto brasileiro**”, de Isabela Freitas Martins e Lidia Noronha Pereira. Nessa produção, as autoras nos convidam à reflexão sobre o trabalho infantil no Brasil, destacando suas conseqüências sociais, físicas e mentais. Para tanto, sustentam-se na literatura científica

e na própria Constituição Federal de 1988 para destacarem a necessidade de proteger a dignidade física e mental das crianças.

Ensaio elaborado por Giovanna Firmiano Cougo e Fernando Batista Pereira também trata sobre trabalho infantil, tema que, infelizmente, ainda está muito presente na sociedade brasileira. No texto “**Os desafios para combater o trabalho infantil no Brasil**”, os autores discorrem sobre a falsa polêmica de que permitir o trabalho infantil gera um certo alívio financeiro para as famílias de baixa renda. Conforme descrito, esta ação provoca, ao contrário, a perpetuação de condições desfavoráveis da família, ao comprometer o próprio direito à educação, assim como o direito de brincar, conforme previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente, assim como na Constituição Federal de 1988. O combate à miséria e à fome, sustentam os autores, deve ser tomado por ações políticas do Estado, e não por exploração de crianças e adolescentes.

Para finalizar os ensaios sobre trabalho infantil, temos o texto de Alice Moreira Marcelino e Vinicius de Souza Moreira, intitulado “**A luta contra o trabalho infantil no Brasil: o despertar do futuro**”. No texto, os autores abordam a urgência em combater o trabalho infantil no Brasil, baseando-se nos aspectos sociais levantados em paralelo na obra “Capitães de Areia”, de Jorge Amado. Destacam ainda que é necessário abordar frequentemente o tema em diferentes esferas para que crianças possam ser resgatadas de situações de exploração.

No ensaio “**A inteligência artificial e seus impactos no mercado de trabalho**”, Júlia Raiza Santana dos Santos, Eduardo Ferreira Alves Rocha e Jackson Wilke da Cruz Souza observam possíveis impactos gerados pela adoção da Inteligência Artificial (IA) no ambiente de trabalho. Para tanto, baseiam-se em paralelos históricos, destacando pontos em que os trabalhadores foram substituídos por máquinas e que, após a inserção da IA esse processo pode ser acelerado, visando os lucros em detrimento do trabalhador.

Para encerrar este número, temos o ensaio de Leonardo Micheli Moraes Cossio e Jackson Wilke da Cruz Souza, intitulado “**Transformações laborais na era da Inteligência Artificial: Desafios e perspectivas**”. No texto, os autores propõem um panorama das significativas transformações nas relações trabalhistas, explorando como a IA fomenta essas mudanças que afetam e reconstróem uma consciência coletiva.

Aproveitem a leitura!

Jackson Souza, Fernando Pereira e Adílio Miranda

ENTREVISTA COM O DIRETOR DA CAMPUS VARGINHA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS

*INTERVIEW WITH THE DIRECTOR OF THE VARGINHA CAMPUS OF THE
FEDERAL UNIVERSITY OF ALFENAS*

*ENTREVISTA AL DIRECTOR DEL CAMPUS VARGINHA DE LA UNIVERSIDAD
FEDERAL DE ALFENAS*

*Vinicius de Souza Moreira¹
Universidade Federal de Alfenas*

APRESENTAÇÃO DA PESSOA ENTREVISTADA

Paulo Roberto Rodrigues de Souza é doutor em Ciências na área de Engenharia de Produção pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), especialista em Gerência de Informática pela Faculdade Cenecista de Varginha (Faceca), especialista em Docência na Educação à Distância pelo Centro Universitário do Sul de Minas (UNIS) e graduado em Administração pela Faceca. Atualmente é Diretor do Campus Varginha da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), é docente do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) da UNIFAL-MG e Presidente da Comissão de Estágio Supervisionado do Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Economia.



APRESENTAÇÃO DA ENTREVISTA

Nesta entrevista seguimos a metodologia estruturada, isto é, adotamos um roteiro pré-estabelecido pelo entrevistador. A entrevista foi conduzida de maneira assíncrona, sendo que as perguntas foram encaminhadas ao entrevistado no dia 06 de novembro de 2023, e as respostas foram retornadas no dia 23 de novembro de 2023. O conteúdo da entrevista

¹ Doutor (2021), Mestre (2016) e Bacharel (2013) em Administração pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Professor Adjunto do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), *campus* Varginha-MG. E-mail: vinicius.moreira@unifal-mg.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2398-8096>.

trata das contribuições do estágio na formação dos discentes, na trajetória dos egressos e para o desenvolvimento das localidades.

A ENTREVISTA

Entrevistador: Qual é a importância do estágio na formação do Bacharel Interdisciplinar em Ciência e Economia?

Acho muito importante, já que, os(as) discentes, poderão experienciar e conhecer, algumas áreas de atuação possíveis, mesmo que ainda durante seu curso. Além disso, o estágio pode contribuir, através das experiências, com a ampliação dos conhecimentos. O estágio, poder-se-á oportunizar que o(a) aluno(a) conheça algumas áreas possíveis de atuação profissional futura, os auxiliando na escolha do curso de formação profissional (2º ciclo) que deseja seguir.

Entrevistador: De que maneira a formação interdisciplinar contribui para o perfil do egresso e a sua inserção no mercado de trabalho?

Prefiro responder tal questão citando exemplos: Vejamos: um Administrador Público que tenha cursado o Bacharelado Interdisciplinar, terá em seu percurso formativo, disciplinas de Ciências Atuariais, assim como, de Ciências Contábeis e Economia. Imagine tal profissional, discutindo em seu trabalho, sobre o fundo de previdência do servidor, este terá mais propriedade e conhecimentos para argumentar e sustentar uma posição.

Um outro exemplo, seria um contador que tem em sua formação, caso tenha cursado o Bacharelado Interdisciplinar, disciplinas de Economia, atuária e Administração Pública, sua formação será mais completa e difusa, proporcionando ao discente, conhecimentos e argumentos em sua atuação profissional.

Portanto, como já fora apontado anteriormente por profissionais do mercado de trabalho, nosso aluno tem forte base matemática, tino para pesquisa e capacidade de resolver problemas.

Entrevistador: Ao ingressar no mercado de trabalho, de que forma o egresso do Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Economia pode contribuir para o desenvolvimento local/regional?

O egresso do BICE pode colaborar, com seus conhecimentos e formação, com seu nível cultural, intelectual e conhecimentos, trazendo benefícios para empresas e organizações onde atuar. A presença de uma Universidade Federal em um município modifica seu nível cultural, movimenta e economia através das necessidades de moradia e consumo, além da disseminação de conhecimentos por onde passar.

Entrevistador: Atualmente, quais os principais desafios para a inserção do egresso no mercado de trabalho? Como a formação no Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Economia contribui para isso?

O mercado de trabalho está cada vez menos estável e previsível, um desafio que os discentes têm, é conciliar os estudos com estágios/emprego. Outra questão que deve ser considerada, é que, inúmeros estudantes se formam a cada ano e o egresso do BICE, deve, ao longo de seu curso, acumular participação em projetos de pesquisa e extensão, de modo que tal participação possibilite uma formação mais completa, melhorando seu currículo e aumentando, desta forma, suas chances de ingresso no mercado de trabalho.

Uma “porta de entrada” para o mercado de trabalho para os discentes do BICE, são os estágios. Eles oportunizam conhecer e ter a experiência, da área pretendida, durante seu curso. Várias empresas têm efetivado os bons alunos participantes de seus programas de estágios.

Como já foi dito anteriormente, a formação integral, interdisciplinar, aliada a projetos de pesquisa e extensão, além das práticas presentes nos estágios, tem criado uma boa alternativa para o aluno ou egresso do BICE ingressar no mercado de trabalho.

Atualmente, não temos conseguido alunos(as) para todas as vagas enviadas por empresas e organizações, o que, reflete, em alguma medida, a grande empregabilidade de nossos(as) alunos(as).

QUINTA DA BOA MÚSICA: DIÁLOGOS COM O DIREITO À CIDADE A PARTIR DAS TRANSFORMAÇÕES NA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE VARGINHA (MG)

QUINTA DA BOA MÚSICA: DIALOGUES WITH THE RIGHT TO THE CITY FROM THE TRANSFORMATIONS AT THE VARGINHA (MG) RAILWAY STATION

QUINTA DA BOA MÚSICA: DIÁLOGOS CON EL DERECHO A LA CIUDAD A PARTIR DE LAS TRANSFORMACIONES EN LA ESTACIÓN DE FERROCARRIL DE VARGINHA (MG)

*Wender Reis Ramos¹
Universidade Federal de Alfenas*

RESUMO

À luz do debate sobre o direito à cidade em Henri Lefebvre, o presente estudo busca contribuir para a compreensão do contexto de origem do projeto cultural Quinta da Boa Música em Varginha (MG) e sua influência no processo de requalificação da Estação Ferroviária da cidade. Trata-se, portanto, de um estudo de caso que, a partir de um conjunto de matérias repercutidas na mídia local, examina a dinâmica das disputas narrativas acerca da apropriação do espaço público.

Palavras-chave: Desenvolvimento urbano e cultural; Requalificação urbana; Regeneração urbana; Quinta da Boa Música; Direito à cidade.

ABSTRACT

In light of the debate on the right to the city in Henri Lefebvre, this study seeks to contribute to the understanding of the context of origin of the Quinta da Boa Música cultural project in Varginha (MG) and its influence on the process of requalification of the city's Railway Station. This is, therefore, a case study that, based on a set of articles reported in the local media, examines the dynamics of narrative disputes regarding the appropriation of public space.

Keywords: Urban development and culture in Varginha (MG); Urban requalification; Urban regeneration; Quinta da Boa Música; Right to the city.

RESUMEN

A la luz del debate sobre el derecho a la ciudad en Henri Lefebvre, este estudio busca contribuir a la comprensión del contexto de origen del proyecto cultural Quinta da Boa Música en Varginha (MG) y su influencia en el proceso de recalificación de la Estación de Ferrocarril de la ciudad. Se trata, por tanto, de un estudio de caso que, a partir de un conjunto de artículos difundidos en medios locales, examina la dinámica de las disputas narrativas en torno a la apropiación del espacio público.

Palabras-clave: Desarrollo urbano y cultura en Varginha (MG); Recalificación urbana; Regeneración urbana; Quinta da Boa Música; Derecho a la ciudad.

¹ Mestre em Gestão Pública e Sociedade pela Universidade Federal de Alfenas e Servidor público da Fundação Cultural do município de Varginha MG. E-mail: wender.ramos@unifal-mg.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9443-0973>.

1 INTRODUÇÃO

Mudanças sociais, econômicas e culturais ocorridas nas últimas décadas do século XX proporcionaram um protagonismo evidente das cidades, tanto no que diz respeito à vida cotidiana das pessoas, com significativas transformações urbanísticas, quanto em suas ações políticas no mundo globalizado (CASTELLS; BORJA, 1996; LANDRY; BIANCHINI, 1995; MARICATO, 2003). Cenário que se revela concretamente em ações como a recuperação do patrimônio urbano e a busca de investimentos internacionais.

Assim, as cidades passam a ter a centralidade na dinamização de bens simbólicos e do bem-estar de sua população. Centralidade incentivada e impulsionada pela Organização das Nações Unidas – ONU –, que tem buscado promover a territorialização de questões globais, o que significa incentivar ações locais em atenção às agendas do planeta, quadro que remete ao entendimento da cidade como um polo central na articulação entre a sociedade civil, a iniciativa privada e as diferentes instâncias do Estado (CASTELLS; BORJA, 1996)

Varginha, cidade de 137.608 habitantes (IBGE, 2021), localizada ao sul do Estado de Minas Gerais, Brasil, é marcada pela produção e comércio de café. Tem seu desenvolvimento atravessado por este negócio que foi determinante para o seu processo de urbanização. Atrelado à produção cafeeira está um dos símbolos históricos da ascensão urbana da cidade, sua estação ferroviária inaugurada em 1934 como um marco do seu crescimento. A estação, desativada na década de 1970 e posteriormente adquirida pela prefeitura municipal no ano de 2001, passou por transformações significativas a partir do projeto cultural Quinta da Boa Música (QBM), iniciativa de movimentos artísticos da população varginhense que foi adotada e incorporada pela administração pública municipal no ano de 2009.

Tal projeto fornece elementos para o argumento no qual o presente estudo se apoia, qual seja, o de que leitura dos espaços urbanos permite melhor compreender a realidade e, por conseguinte, as características da vida cotidiana dos lugares. Realidade aqui observada à luz do conceito de direito à cidade em Henri Lefebvre (2015). Realidade em que os conflitos e as contradições vividas expõem parte da consciência coletiva sobre os espaços públicos e como a cidade se reproduz. Tais conflitos e contradições ficam muito aparentes quando aquele que produz a cidade é afastado da sua produção, da sua obra, ou seja, da cidade. Para Lefebvre (2015), o direito à cidade é tão abrangente quanto

a própria urbanização da sociedade e as consequentes mudanças que impôs no corpo social. Assim, todos os habitantes de uma cidade devem ter igual direito à centralidade urbana, poder participar das decisões relativas ao seu desenho, bem como à sua manutenção diária, sem discriminação.

Portanto, o presente estudo toma o projeto cultural Quinta da Boa Música (QBM) como ponto de observação à luz do conceito de direito à cidade em Henri Lefebvre (2015). Trata-se de uma pesquisa descritiva, com abordagem qualitativa que utiliza análise documental como técnica. Tal opção se deu em virtude de ser um recurso metodológico que se adequa bem ao delineamento do estudo que exigiu a análise de evidências documentadas em mídia multimeio e órgãos oficiais da cidade de Varginha no sul de Minas Gerais. Busca-se assim analisar os efeitos do Quinta da Boa Música na apropriação do espaço público e as características de sociabilidade urbana contidas no processo de revitalização da antiga estação ferroviária de Varginha (MG). Após esta parte introdutória, discute-se o conceito de direito à cidade e como a cultura vem sendo invocada no planejamento urbano, depois, analisa-se o contexto de surgimento e de ascensão do QBM até se tornar referência de atividade cultural e de lazer em Varginha. A ocupação da plataforma de embarque da antiga estação ferroviária se incorporou na agenda pública da cidade, diversos veículos de imprensa oferecem cobertura substancial dos eventos, o que garante significativa repercussão.

1.1 Objetivo

Analisar os efeitos do projeto cultural Quinta da Boa Música na apropriação do espaço público e as características de sociabilidade urbana contidas no processo de revitalização da antiga estação ferroviária da cidade de Varginha (MG).

1.2 Metodologia

A abordagem metodológica utilizada neste estudo é de natureza qualitativa, uma vez que esta possibilita explorar e entender o significado atribuído a um problema social (CRESWELL, 2010). A maneira indutiva, com interpretações realizadas pelo próprio pesquisador, configura a abordagem qualitativa (CRESWELL, 2010). Em relação ao objetivo do estudo, o mesmo se apresenta como descritivo (GIL, 1999). Quanto aos meios utilizados para alcançar o objetivo, foram utilizadas duas estratégias de pesquisa: 1)

revisão da literatura a partir do conceito de direito à cidade em Henri Lefebvre (2015) e 2) estudo caso, que em virtude de se apresentar como uma técnica utilizada para estudar de forma aprofundada um ou poucos objetos em uma unidade de análise, permite seu amplo conhecimento (TRIVIÑOS, 2012). Para a coleta de dados, foi feita análise documental em matérias repercutidas na mídia local e em publicações oficiais da Fundação Cultural do Município de Varginha (MG).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Direito à cidade e a cultura no urbano

Para Lefebvre, o direito à cidade “[...] Só pode ser formulado como direito à vida urbana, transformada, renovada” (LEFEBVRE, 2015, p. 117). O autor criticou a extensão e generalização de uma lógica mercantil na produção do espaço urbano que, na sua percepção, se faz prevalecer sobre projetos sociais ou políticos mais amplos. Tais princípios de rentabilidade econômica de curto prazo são, portanto, antagônicos a sua ideia de direito à cidade, baseada na inclusão e na convivência social (LEFEBVRE, 2015). Convivência que pode se dar através da festa, como força integradora da sociedade. O QBM sugere essa oportunidade de convivência e de festa em tempos onde o domínio público é suprimido pelo espaço privado (SENNETT, 1998).

O direito à cidade se manifesta como uma forma superior de direitos: “direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito a obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito a propriedade) estão implicados no direito à cidade” (LEFEBVRE, 2015, p. 134). Assim, o direito à cidade é um direito humano e coletivo, que diz respeito tanto a quem nela vive hoje quanto às futuras gerações. É um compromisso ético e político de defesa de um bem comum essencial a uma vida plena e digna em oposição à mercantilização dos territórios, da natureza e das pessoas.

Se o direito à cidade em Lefebvre debate o espaço urbano como elemento central de estruturação da sociedade contemporânea, o autor vê na cultura e na arte, muito presentes no contexto social no qual o texto foi escrito na década de 1960, potenciais catalisadores de transformações sociais. Para se viabilizar o direito à cidade seria preciso

proporcionar o direito de encontro, de reunião. Lefebvre (2015) antecipa debates que, hoje, repercutem, com alguma consistência, a importância da cultura para o desenvolvimento urbano sustentável. A agenda 2030 da Organização das Nações Unidas, que estabelece dezessete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em seu ODS 11, sobre as cidades, deixa claro que a cultura tem um papel essencial a desempenhar no desenvolvimento urbano sustentável, principalmente por meio de esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural das cidades (ONU, 2015).

A palavra cultura contém vários significados diferentes de acordo com contextos e disciplinas, além de estarem sujeitos a inúmeras mudanças ao longo dos séculos. Na verdade, é particularmente difícil fornecer uma definição única e unívoca de cultura. Portanto, as fronteiras desse conceito são porosas e complexas. Do cultivo da mente e do intelecto ao produto das chamadas artes elevadas e o modo de vida de uma sociedade, Thorsby (2001) traz a grande variedade de definições de volta a duas categorias principais: cultura como processo e cultura como produto. A primeira, ligada a aspectos antropológicos e sociológicos, principalmente imateriais, utiliza o termo cultura, referindo-se aos hábitos e costumes, crenças e valores compartilhados por um grupo e que, portanto, permitem que o próprio grupo seja identificado. A segunda categoria, mais funcional e ligada principalmente a questões materiais, refere-se às atividades e produtos ligados aos aspectos intelectuais, morais e artísticos da vida humana (THORSBY, 2001).

Hall (1997) afirma que a cultura não é uma questão de ser, não é uma ontologia, é sim um movimento de construção do sujeito. Tal perspectiva eleva o processo na constituição da cultura, processo este que é, por si só, constituído por contatos e por trocas entre indivíduos, grupos e conteúdos simbólicos.

O adjetivo cultural é usado com mais frequência do que o nome cultura. Cultural permite a representação dos saberes que ilustram grupos sociais e a própria sociedade, codifica tal representação (YÚDICE, 2004). A Fundação Cultural do Município de Varginha (FCMV) define o setor cultural em um sentido amplo; inclui patrimônio cultural, artes visuais, arquitetura, entretenimento ao vivo, indústria audiovisual, indústria editorial, bibliotecas e arquivos. Nos níveis nacional e local, emergem várias definições de cultura, que alargam ou restringem o campo de atividade que é objeto das políticas culturais que estão sendo evocadas neste momento civilizatório em que a insustentabilidade planetária impacta os modos vida urbanos e não urbanos.

2.2 Desenvolvimento urbano e políticas culturais

Realizada em Quito, Equador, em 2016, a Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável, Habitat III, promove uma abordagem baseada na cultura para o planejamento urbano, visando a regeneração das cidades com enfoque na promoção do bem estar-estar, deixando evidente que sem a dimensão cultural, o desenvolvimento se separa da vida cotidiana das pessoas.

Mendes (2013) elabora um trabalho teórico sobre o conceito de Regeneração Urbana (RU) utilizado como base conceitual para o presente estudo. O conceito de Regeneração Urbana abriga uma ideia de transformação associada a promoção de melhorias na vida urbana. Melhoria que busca o desenvolvimento funcional das cidades no sentido de elevar a visibilidade e a autoestima de seus territórios como resposta a um período de declínio. De modo que a RU é, portanto, uma tentativa de reverter as forças e fatores que em determinada conjuntura provocam a degeneração urbana. Em síntese, trata-se de uma política urbana que busca a requalificação da cidade, desenvolvendo estratégias multidisciplinares de intervenção de maneira programática no intuito de alcançar resultados que valorizem e potencializem os valores socioeconômicos, ambientais e funcionais de determinadas áreas urbanas. Mendes ainda propõe seis características nucleares do processo de regeneração urbana que são simultaneamente teóricas e metodológicas: abrangente; integradora; estratégica; flexível; apoiada em parcerias e; promotora de sustentabilidade/resiliência (MENDES, 2013).

Desde a década de 1980, a cultura tornou-se um componente cada vez mais importante nas estratégias de regeneração urbana, diversificação e desenvolvimento econômico de inúmeras cidades, especialmente na Europa, América do Norte e Oceania. Um exemplo do avanço da cultura se deu através da UNESCO que declarou 1988-1997 a “Década Internacional para o Desenvolvimento Cultural” (UNESCO, 1988, s.p.). Esse processo foi estimulado pelas políticas nacionais de descentralização de poderes, pela necessidade de adaptação às transformações econômicas e sociais provocadas pelos movimentos de reestruturação econômica dos anos 1970 e início dos anos 1980, contexto de um crescente processo de expansão urbana, com mudanças significativas na ordem social, em que a palavra cultura passou a expressar a fluidez dessas transformações.

Se por um lado a cultura tornou-se um símbolo na busca pela afirmação de um debate político mais centrado no ser humano, por outro vem sendo requisitada como

recurso chave para a regeneração econômica e física das cidades, destacando o papel que os projetos culturais desempenham na promoção de uma imagem urbana positiva (CARMO; MATOS; PEREIRA, 2019).

O debate sobre as relações entre cidade/território, cultura, criatividade e desenvolvimento econômico se intensificou a partir da década de 1990 e, em particular, surgiram teorias sobre cidades e classes criativas que, em alguma medida, buscaram estabelecer correlações diretas com pautas emergentes de sustentabilidade. Muitas cidades europeias se esforçaram para reinventar-se como cidades criativas, conciliando o planejamento urbano com o desejo crescente de hospedar grandes instituições e eventos culturais (MOOURÃO, 2019).

A evidência empírica na Europa, de cidades como Barcelona na Espanha, Glasgow no Reino Unido, Berlim na Alemanha, entre outras, mostra uma grande variedade de estratégias de desenvolvimento urbano baseadas na cultura. Essas estratégias podem contemplar diferentes graus de intervenção pública e privada, podem ser o resultado de um planejamento para o reaproveitamento de áreas degradadas ou edifícios abandonados ou de um desenvolvimento espontâneo em torno de algumas funções ou organizações já existentes e catalisadoras do desenvolvimento; podem ter uma forte orientação para o consumo cultural (um circuito de museus, por exemplo) ou mais especificamente para a produção cultural (um circuito audiovisual), ou ambos (MOURÃO, 2019).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Quinta da Boa Música

Lefebvre (2015, p. 106) indica a “morte da cidade”, uma vez que, a serviço do capital, como valor único de troca, em vez de incluir, exclui e, em vez de promover a convivência, separa. Assim, sugere a possibilidade de resgate dos valores de uso da cidade a partir do cotidiano, pensando a cidade como um objeto virtual, não necessariamente determinado, que exige a conciliação do passado, do presente e do possível. O possível é fruto da vida social (a práxis) na sua capacidade global. Lefebvre (2015, p. 109) afirma que não se estabelecem novas relações sociais por decreto. Neste

sentido, inventariar experiências obtidas, tirar lições dos fracassos, pode ajudar o parto do possível. O possível depende de um duplo exame: científico (projeto e projeção, variantes dos projetos, previsões) e do imaginário, que dispensa especialistas. A despeito de novos procedimentos de análise das sociabilidades urbanas, Lefebvre questiona:

Quais são e quais serão os locais que socialmente terão sucesso? Como detectá-los? Segundo que critérios? Quais tempos, quais ritmos de vida cotidiana se inscrevem, se escrevem, se prescrevem nesses espaços “bem-sucedidos”, isto é, nesses espaços favoráveis à felicidade? É isso que interessa LEFEBVRE, 2015, p. 110).

Seguramente a estação ferroviária de Varginha se tornou um local bem-sucedido e sua grande repercussão e índice de público demonstram isso. O projeto Quinta da Boa Música e suas repercussões socioespaciais reforçam e sustentam a ideia de que é um ambiente que pode ser favorável a felicidade. Inaugurada em 1934 e desativada na década de 1970, a estação ferroviária de Varginha foi adquirida pela prefeitura municipal em 2001 e atualmente abriga a sede da Fundação Cultural do município que, até o projeto Quinta da Boa Música, tinha uma atuação limitada a gestão dos patrimônios culturais da cidade: museu, biblioteca, etc.

O projeto Quinta da Boa Música foi criado em agosto de 2009 com a finalidade de incentivar, apoiar, valorizar e divulgar a produção musical realizada em Varginha e promover o intercâmbio com grupos de variados estilos de qualquer localidade. As apresentações musicais acontecem sempre às quintas-feiras, às 20h, na plataforma de embarque da Estação Ferroviária de Varginha. O projeto tem o caráter puramente cultural, sem fins lucrativos, com a participação livre e espontânea dos músicos e bandas e com a estrutura logística mantida pela Fundação Cultural de Varginha (FUNDAÇÃO CULTURAL DO MUNICÍPIO DE VARGINHA, 2018, s.p.).

FIGURA 1 - Evento do Projeto Cultural Quinta da Boa Música



Fonte: Revista do Projeto Quinta da Boa Música

Reuniões de pequenos grupos de pessoas na antiga estação ferroviária para realizar saraus de caráter espontâneo, aparentemente, sem maiores pretensões, eram comuns antes da criação oficial do projeto Quinta da Boa Música (QBM) em agosto de 2009. O início do projeto foi marcado pela cooperação, meio de enfrentar os desafios estruturais da época. Músicos levavam o próprio som, o que fazia com que o padrão de um evento para o outro fosse distinto. Sobre as dificuldades, um dos criadores e principal produtor do projeto relata: “primeiro, as burocracias, dificuldades não apenas com a contratação de equipamentos de som, mas também com o espaço que se deteriorava a cada dia. Como a área entre os trilhos ainda era de chão batido, sofríamos muito com a logística” (BELTRÃO, 2018, p. 5). Na Revista do projeto Quinta da Boa Música (2018), edição, até então, única, encontram-se relatos que remontam ao início modesto dos eventos até a celebração de sua importância com a publicação.

Ainda que o QBM seja reconhecido, tanto local quanto regionalmente, tendo recebido atrações de expressão nacional, bem como artistas internacionais, nem sempre foi prestigiado pelo governo municipal. No ano de 2013, após início de uma nova gestão político-partidária na prefeitura, houve uma tentativa deliberada de descontinuidade do projeto que, no entendimento da nova gestão, à época, do prefeito Antônio Silva do

Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), tinha um vínculo muito próximo com a gestão anterior, de Eduardo Carvalho do Partido dos Trabalhadores (PT). Uma imagem que queriam desfazer. Tal ação gerou mobilizações expressivas, que pressionaram o executivo municipal a declinar da ideia. Um importante portal de notícias local deu conta das manifestações: “Um grupo de pessoas que curtem o Quinta da Boa Música [...] ficou sabendo que a prefeitura cortou o projeto. Uma estudante criou uma comunidade no Facebook para protestar: “Não deixe a estação acabar”. Em 24 horas a comunidade recebeu 2.435 seguidores” (BLOG DO MADEIRA, 2012, s.p.). A matéria cita ainda uma manifestação marcada para acontecer na estação ferroviária naquela mesma semana.

Colunista de outro portal de notícias questiona uma possível retaliação a um servidor municipal que teria apoiado a continuidade do projeto. Diz o texto:

Um funcionário de carreira da Fundação Cultural foi transferido para a “longínqua” Rádio Melodia, depois disso, um blog local começou a ser “mais observador” das falhas da cidade! Ou será que foi o rigor do blog que começou primeiro, dando origem a transferência? Alias, há registros de um servidor de carreira da Fundação Cultural, envolvido na elaboração de projetos como o Quinta da Boa Música, criado pela gestão petista passada, que teve uma “diferença de tratamento” depois da mudança de governo municipal. Será que ainda vivemos em um tempo onde retaliação política persiste, debaixo dos panos? (FERNANDES, 2013, s.p.).

O servidor em questão, jornalista proprietário do Blog do Madeira, um site de notícias locais, e do Jornal Folha de Varginha, veiculado semanalmente de maneira impressa, mobilizou uma rede de apoio para que o projeto continuasse em outra localidade, como ele mesmo relata na Revista do QBM:

Pelos lados da estação, a direção da Fundação Cultural decidiu interromper o projeto, alegando privilégio a um estilo musical, o Rock. A suspensão do QBM gerou muita polêmica. [...] Decidimos realizar o projeto na rua de baixo do blog, com patrocínio de empresas locais e apoio do então secretário de Turismo. [...] O palco seria montado em um terreno na beirada dos trilhos da rede ferroviária, pra cima da pracinha (MADEIRA, 2018, p. 6).

As diversas manifestações surtiram efeito e a gestão pública municipal recuou sobre acabar com o projeto. Porém, anunciou seu retorno com uma proposta de reformulação, inclusive alterando o nome original. “[...] de acordo com o diretor

superintendente da Fundação Cultural do município, Francisco Graça Moura, a atração, que agora será “Quinta da Boa Arte” volta com algumas alterações (G1 SUL DE MINAS, 2013, s.p.). Ideia que não ganhou adesão do público e também não seguiu adiante, neste mesmo ano (2013) o QBM ganhou seu logo. Naquela altura, foi um símbolo da afirmação do seu nome. Com o grande engajamento que o QBM despertou, se tornou o principal evento desenvolvido pela Fundação Cultural do município de Varginha. O apelo popular acerca do projeto se impôs contra a tentativa de sua descontinuidade por parte da gestão municipal que, por sua vez, não só deu continuidade, como passou a tê-lo como uma bandeira, como sugere Madeira (MADEIRA, 2018, p. 6).

Em 2015, a administração municipal iniciou obras de revitalização da estação ferroviária, sede da FCMV, onde fica a antiga plataforma de embarque em que acontecem os shows do QBM. A revitalização transformou o ambiente no que administração batizou de Corredor Cultural de Varginha. “[...]está previsto para a conclusão do Corredor Cultural, a pintura do prédio da Estação Ferroviária nas cores originais; pavimentação com blocos intertravados de concreto entre os trilhos (piso ecológico) [...]” (VARGINHA ONLINE, 2015, s.p.).

FIGURA 2 - Antes da requalificação



Fonte: estacoesferroviarias.com.br/varginha

FIGURA 3 - Depois da requalificação



Fonte: g1.globo.com/mg/sul-de-minas/quinta-da-boa-musica

Concluída no mesmo ano, a revitalização da antiga estação ferroviária de Varginha transformou o espaço ampliando sua funcionalidade, o que é bem inerente a processos de regeneração urbana. A revitalização reconduziu uma área de prestígio no passado que, até o projeto da Boa Música, passava por um período de declínio, a um ambiente funcional e prestigiado no presente. O que era símbolo de um centro velho e

pouco valorizado, passou a ser novamente um lugar protagonista na cultura local da cidade, recebendo outros eventos que não só o QBM.

Na esteira do QBM, o fluxo de atividades culturais na estação ferroviária influenciou outras intervenções. Nas artes visuais, as mais significativas são as pinturas do artista urbano Kaká Chazz, que tem várias ilustrações/murais nos arredores da Estação Ferroviária. Pinturas que ajudaram a projetar o artista, demandado para desenvolver muitas outras intervenções na cidade. O artista, que é natural de Três Pontas, cidade vizinha, mudou-se para Varginha justamente no ano de 2013, período de afirmação do QBM.

Seus primeiros murais na cidade datam de 2013/2014 nos arredores da estação ferroviária. Matéria realizada pelo portal G1 Sul de Minas revela o impacto causado pelas pinturas: “Essa região é onde a juventude mais frequente, mas o local estava degradado, especialmente pelas pichações, então entramos com o grafite para reverter isso”, comentou um dos idealizadores do projeto, Lucas Ribeiro (G1 SUL DE MINAS, 2013, s.p.). Em outro trecho da mesma matéria, um morador relata: “O local já é quase um ponto turístico em Varginha. Muita gente quer ver, fotografar e filmar” (G1 SUL DE MINAS, 2013, s.p.).

FIGURA 4 - Início das pinturas em 2013



Fonte: g1.globo.com/mg/sul-de-minas/noticia/2013/11/artistas-substituem

FIGURA 5 - Início das pinturas em 2013



Fonte: g1.globo.com/mg/sul-de-minas/noticia/2013/11/artistas-substituem

A experiência dessas intervenções reforça o efeito simbólico da imagem de uma estação ferroviária renovada. Intervenções e movimentos, como o muralismo na paisagem urbana de Varginha, sintetizados no Quinta da Boa Música. Contudo, tais ações caminham na superação da hegemonia capitalista na produção do espaço urbano?

Lefebvre (2015) descarta que, ao esboçar a superação do predomínio econômico sobre os espaços urbanos, a sociedade estaria caminhando na direção de uma ética ou uma estética revertida em novos valores. Para o autor: “O valor de uso, subordinado ao valor de troca durante séculos, pode retomar o primeiro plano. Como? Pela e na sociedade urbana, partindo dessa realidade que ainda resiste e que conserva para nós a imagem do valor de uso: a cidade” (LEFEBVRE, 2015, p. 127). Para tanto, a realidade urbana precisa estar destinada aos “usuários” e não aos especuladores a serviço do capital financeiro e aos planos dos técnicos.

A estação ferroviária é um símbolo da cidade que morre a serviço do capital. Ao perder espaço para um novo modelo de transporte da produção agrícola e industrial, qual seja, a rodovia, por muito tempo foi um cemitério cultural da cidade. É um marco inserido dentro de uma disputa mais ampla: a linha férrea, que dentro do perímetro urbano tem treze quilômetros de extensão. A retomada da ferrovia, a implantação de um trem urbano e a criação de uma ciclovia são alguns dos projetos discutidos acerca do trecho, com este último, aparentemente, mais incorporado à agenda política da administração, ainda que só no discurso.

A progressiva urbanização dos centros urbanos mais industrializados convive com processos de declínio dos espaços públicos e de lazer. Decorre desses processos a corrosão do valor da cidade como lugar de encontro, de convivência, de festa, em detrimento do papel da cidade como lugar de trabalho, de produção e de consumo. A cidade, portanto, torna-se um produto que se fragmenta, suprime o espaço público e induz o isolamento social (LEFEBVRE, 2015). A interação de redes de sociabilidade em um mesmo espaço pode revalorizar áreas urbanas, ainda que de modo conflitivo. A ação política, por excelência, é a ação incorporadora desses conflitos e confere o conteúdo para tais espaços (CORDEIRO; VIDAL, 2008).

Libânio (2017) estabelece seis dimensões como estruturais do direito à cidade: econômica, territorial, cultural, simbólica, política e relacional. O Quinta da Boa Música guarda elementos que sintetizam muitas possibilidades que vão de encontro a ideia de direito à cidade em Lefebvre, passando por tais dimensões. A econômica, uma vez que seus eventos combinam possibilidades de trocas de serviços e comércio; territorial, com a oferta de infraestrutura de lazer; cultural, com a preservação de patrimônio histórico e difusão de produções culturais; simbólica, quanto a identidade e pertencimento; política, sobre direitos e cidadania e; relacional, no que diz respeito a capital social das pessoas e

interações sociais. Tais dimensões compõem os bastidores da restauração da antiga estação ferroviária de Varginha. O espaço público, concebido como espaço político, só pode ser compreendido enquanto o espaço de práticas democráticas, as quais se constituem continuamente sobre conflitos (ARENDRT, 2014). Negar essa função democrática do espaço público é negar que os conflitos a definem e são definidos por ela.

Lefebvre (2015) reforça que cabe à força social capaz de realizar a sociedade urbana tornar concreta e eficiente a unidade (a “síntese”), de modo que a ação realizadora seria assim utópica e realista, superando uma possível oposição. O QBM como ação realizadora se revelou como possibilidade de festa, nos termos de Lefebvre (2015). Da festa como ponto de encontro e convivência na cidade, em que sua ausência é reflexo da restrição ao usufruto do direito à cidade. Por sua popularidade, é um instrumento poderoso de comunicação, tem mídia espontânea e soma uma média de público de cerca de 1.000 pessoas por evento, número que triplica em determinadas ocasiões.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Está longe do alcance do presente estudo abarcar nas poucas linhas que o constitui toda a complexidade dos pressupostos lefebvrianos para a leitura do urbano, em particular sobre o direito à cidade. Mas espera-se que as exposições trazidas pelo trabalho situem o projeto Quinta da Boa Música dentro de discussões que circunscrevem a democratização dos espaços urbanos.

Apesar do uso comum de atividades culturais para a regeneração urbana, de certa maneira, estimulando e acentuando uma espécie de competição cultural entre cidades, muitas vezes faltam estratégias que incluam a cultura no planejamento do desenvolvimento urbano sustentável. Tal carência ocorre, principalmente, em razão de planejamentos que tomam por estratégia abordagens ancoradas em retornos de curto prazo, apoiados, sobretudo, em avaliações de impacto de cunho exclusivamente econômico (impacto direto, indireto e induzido em termos de efeitos multiplicadores da despesa, rendimento e emprego).

A formulação de uma agenda efetiva e eficaz de políticas urbanas que busquem uma maior integração com a cultura que advem da sociedade requer, portanto, maior conhecimento dos processos e impactos gerados pela cultura na cidade, bem como das

ferramentas que permitem o desenvolvimento de sinergias entre a cultura e o desenvolvimento urbano sustentável. A cultura como elemento estruturante da sociedade é um campo que abriga anseios de manifestação, preservação, valorização e muitos outros aspectos propulsores da identidade de uma cidade, região, estado e país. Entre leituras possíveis do projeto QBM em Varginha, está a observação de que atividades culturais podem sim impactar no processo de regeneração urbana. Contudo essa não é uma dedução espontânea, existem ressalvas e limites que o presente estudo não ultrapassa. O QBM é um projeto musical, fundamentalmente voltado para gênero de rock, muito associado a grupos com relativo poder social, como jornalistas, empresários, políticos, fato que certamente influenciou para que sua repercussão crescesse.

Os sujeitos que ilustram o estudo estão diretamente envolvidos no projeto, seja como agentes públicos da administração, seja como usuários/expectadores, artistas ou parceiros. O estudo apontou que a mobilização popular resultou em decisões por parte da administração pública que transformaram significativamente o espaço onde o projeto acontece. Os conflitos e tensões registrados durante o ano de 2013 acerca da tentativa de extinção do QBM por parte da administração pública foram pacificados com a revitalização da antiga Estação Ferroviária de Varginha no ano de 2015, em virtude da oferta de uma estrutura significativamente melhor para a realização do projeto. Contudo, não é possível afirmar que as mobilizações resultaram em uma melhora na interlocução entre mobilizadores culturais, artistas e lideranças locais com a prefeitura. De modo geral, se buscou aqui produzir consciência histórica acerca do QBM.

Entretanto, se de um lado o QBM pode ser visto como um exemplo de regeneração urbana alavancado pela cultura, por outro não foi capaz de inspirar iniciativas parecidas. Um exemplo é a pista de skate mais importante da cidade, que fica ao lado da rodoviária. O local é um ponto de encontro de jovens, recebe frequentemente eventos, principalmente de hip hop. O ambiente não recebe muita atenção do poder público e os eventos ali realizados seguem apartados de uma participação direta da administração, mesmo que, para, minimamente, garantir a uma boa infraestrutura. Até porque, não é possível afirmar se é uma vontade deste grupo, em especial, ter os seus eventos institucionalizados pelo poder público. A esse propósito, uma provocação de Lefebvre (2015) pode inspirar novos debates. Ao refletir sobre a possibilidade de uma sociedade urbana renovada, o filósofo francês afirma que essa não pode se contentar com centralidades urbanas passadas, mesmo que ela não as destrua e sim as utilize, apropriando-se delas e modificando-as. O

autor ressalta que ao imaginar e projetar o novo, “[...] a centralidade cultural tem qualquer coisa de ingrata. Ela se deixa facilmente organizar, institucionalizar e a seguir burocratizar”. (LEFEBVRE, 2015, p. 131.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Iago. Skatistas lutam por revitalização na pista próximo ao Terminal Rodoviário. **Varginha Online**, 10 de fev. de 2021. Disponível em: https://www.varginhaonline.com.br/noticias/exibe_noticia.asp?id=188321. Acesso em: 11 mar. 2022.

ANTÔNIO Silva diz que vai reativar Quinta da Boa Música. **Blog do Madeira**, 2013. Disponível em: [Antônio Silva diz que vai reativar Quinta da Boa Música - Blog do Madeira](#). Acesso em: 23 mar. 2022.

ARENDT, H. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

ARTISTAS substituem pichações. **G1 Sul de Minas**, 6 de nov. de 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/mg/sul-de-minas/noticia/2013/11/artistas>. Acesso em: 9 mar. 2022.

BELTRÃO, Rosildo. Salve o Quinta, salve a música! Salve a cultura da cidade. **Revista do Projeto Quinta da Boa Música**, Varginha, v. 1, n. 1, p. 5, jul. 2018. Disponível em: <https://fundacaoculturaldevarginha.com.br/5adaboamusica/>. Acesso em: 20 mar. 2022.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2011[1989].

CARMO, André; MATOS, Felipe; PEREIRA, Sônia. **Regeneração urbana através da cultura e das artes: o caso do Barreiro**. Disponível em: <https://journals.openedition>. Acesso em: 19 de mar. 2022.

CASTELLS, M; BORJA, J. **As cidades como atores políticos**. Disponível em: <http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/CASTELLS>. Acesso em: 14 de mar. 2022.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede: a era da informação: economia, sociedade e cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

CHAZZ, Kaká. Muralismo torna o cinza das paredes em explosão de cores. [Entrevista concedida a] Ana Luisa Alves. **Correio do Sul**. Disponível em: correiodosul.com/varginha/muralismo. Acesso em: 26 mar. 2022.

CORDEIRO, Graça Índias; VIDAL, Frédéric (orgs.). **A Rua: espaço, tempo, sociabilidade**. Lisboa: Livros Horizonte, 2008.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

ENCONTRO de grafiteiros colore muros pichados. **G1 Sul de Minas**. Disponível em: g1.globo.com/mg/sul-de-minas/noticia/2014/03/encontro-de-grafiteiros. Acesso em: 9 mar. 2022.

FERNANDES, Rodrigo. Retaliação? Contra o tarifaço; Herança bendita; Débito social; Chegou como saiu!. **Varginha Online**, 13 de abr. de 2014. Disponível em: varginhaonline.com.br/coluna. Acesso em: 26 mar. 2022.

FIGURA 1. **Evento do Projeto Cultural Quinta da Boa Música**. Disponível em: <https://fundacaoculturaldevarginha.com.br/5adaboamusica/>. Acesso em: 20 mar. 2022.

FIGURA 2. **Antes da requalificação**. Disponível em: estacoesferroviarias.com.br/varginha. Acesso em: 20 mar. 2022.

FIGURA 3. **Depois da requalificação**. Disponível em: g1.globo.com/mg/sul-de-minas/quinta-da-boa-musica. Acesso em: 20 mar. 2022.

FIGURA 4. **Início das pinturas em 2013**. Disponível em: g1.globo.com/mg/sul-de-minas/noticia/2013/11/artistas-substituem. Acesso em: 20 mar. 2022.

FIGURA 5. **Início das pinturas em 2013**. Disponível em: g1.globo.com/mg/sul-de-minas/noticia/2013/11/artistas-substituem. Acesso em: 20 mar. 2022.

FUNDAÇÃO CULTURAL DO MUNICÍPIO DE VARGINHA. **Quinta da Boa Música**. Disponível em: fundacaoculturaldevarginha.com.br. Acesso em: 20 mar. 2022.

FUNDAÇÃO volta atrás e decide reativar Quinta da Boa Música. **Varginha Online**, 26 de jun. de 2013. Disponível em: varginhaonline.com.br/noticias/. Acesso em: 26 mar. 2022.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HALL, Stuart Hall. **A centralidade da cultura**. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71361/40514>. Acesso em: 12 out. 2021 [1997].

INTERNAUTAS farão protesto contra o fim da Quinta da Boa Música. **Blog do Madeira**, 2012. Disponível em: Internautas farão protesto contra o fim da Quinta da Boa Música - Blog do Madeira. Acesso em: 26 mar. 2022.

LANDRY, C.; BIANCHINI, F. **The Creative City**. Londres: Demos, 1995. Disponível em: <http://www.demos.co.uk/files/thecreativecity.pdf>. Acesso em: 15 set. 2021.

LEFEBVRE, Henri. **Direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2015.

LIBÂNIO, Clarice de Assis. **Reinventando o urbano**: práticas culturais nas periferias e direito à cidade. Disponível em: [Repositório Institucional da UFMG: Reinventando o urbano: práticas culturais nas periferias e direito à cidade](#). Acesso em: 27 mar. 2022.

MADEIRA, Marcus. O dia que o QBM quase foi realizado na Rua Paraná. **Revista do Projeto Quinta da Boa Música**, Varginha, v. 1, n. 1, p. 6, jul. 2018. Disponível em: <https://fundacaoculturaldevarginha.com.br/5adaboamusica/>. Acesso em: 20 mar. 2022.

MARICATO, Ermínia. MetrÓpole, legislação e desigualdade. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/LJf4kyjgfBw9PyLxBxbNRbf/?lang=pt&format=pdf..> Acesso em: 20 out. 2021.

MENDES, Luís. **A regeneração urbana na política de cidades**: inflexão entre o fordismo e o pós-fordismo. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/urbe/a/3N9PYJv3CJ8W>. Acesso em: 20 jan. 2022.

MOURÃO, Joana Fazenda. **Regeneração urbana integrada**: proteção do património cultural e eficiência ambiental como objetivos divergentes nas políticas urbanas em Portugal (2000 – 2020). Disponível em: <https://journals.openedition>. Acesso em: 20 de mar. 2022.

ONU, Organização das Nações Unidas. **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**, 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/>. Acesso em 03 abr. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-HABITAT)**. Nova Agenda Urbana (Quito, 2016). Versão em português. ONU-HABITAT, 2017. Disponível em: <http://uploads.habitat3.org/hb3/NUA-Portuguese-Brazil.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2022.

PAIVA, Marlon; SCHICCHI, Maria Cristina da Silva. **Regeneração e resiliência**: as intervenções urbanas recentes na Praça Roosevelt em São Paulo. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/258/25865173006/html/>. Acesso em: 19 de mar. 2022.

QUINTA da Boa Música volta com modificações em Varginha, MG. **G1 Sul de Minas**, 22 de mar. de 2013. Disponível em: g1.globo.com/mg/sul-de-minas/noticia. Acesso em: 26 mar. 2022.

QUINTA da Boa Música volta para a estação ferroviária em Varginha, MG. **G1 Sul de Minas**, 10 de mar. de 2016. Disponível em: g1.globo.com/mg/sul-de-minas/noticiaa. Acesso em: 9 mar. 2022.

ROMANIELO, Ana Luiza. Fundação Cultural de Varginha inaugura Corredor Cultural. **Fundação Cultural do Município de Varginha**, 12 de nov. de 2015. Disponível em: [Fundação Cultural de Varginha inaugura Corredor Cultural \(fundacaoculturaldevarginha.com.br\)](http://fundacaoculturaldevarginha.com.br). 26 mar. 2022.

SENNETT, Richard. **O Declínio Do Homem Público**: as tiranias da intimidade. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

THORSBY, David. **Economics and Culture**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

TRIVIÑOS, Augusto N.S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: A Pesquisa Qualitativa em Educação**. São Paulo: Atlas, 2012.

UNESCO; UNICEF. 1988-1997 – Década Internacional para o Desenvolvimento Cultural. Em **Declaração Mundial sobre Educação para Todos** (Conferência de Jomtien – 1990). Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos-conferencia-de-jomtien-1990>. Acesso em: 12 mar. 2022.

YÚDICE, George. **A conveniência da cultura: usos da cultura na era global**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2004.

ZHENNER, RAFAEL (Rafael Zhenner). **A prefeitura fez de tudo para acabar com a Quinta**. Varginha, 20 de set. de 2016. Facebook: Rafael Zhenner. Disponível em: [facebook.com/rafael.zhenner](https://www.facebook.com/rafael.zhenner). Acesso em 25. mar. 2022.

IMPLEMENTAÇÃO DO CUSTEIO ABC EM UMA *STARTUP* PRESTADORA DE SERVIÇOS: UM ESTUDO DE CASO

IMPLEMENTATION OF ABC COSTING IN A *STARTUP* SERVICE PROVIDER: A CASE STUDY

IMPLEMENTACIÓN DEL COSTE ABC EN UNA INICIO DE PROVEEDOR DE SERVICIOS: UN ESTUDIO DE CASO

*Matheus Rodrigues Trindade*¹
Universidade Federal de Alfenas

*Maria Aparecida Curi*²
Universidade Federal de Alfenas

RESUMO

O presente trabalho aborda duas temáticas da administração e contabilidade de custos que ainda são pouco difundidas, não só no campo da teoria, mas também pouco praticadas empiricamente, sendo: a implementação do Custeio Baseado em Atividades (ABC) em empresas de micro e pequeno porte e este método de custeio aplicado a empresas prestadoras de serviços e de base tecnológica. Nesse sentido, o objetivo deste artigo consistiu em analisar a implementação da metodologia de custeio ABC em uma empresa prestadora de serviços *on-line*, de pequeno porte, auto-denominada *Startup* com infraestrutura operacional baseada em Sistemas de Tecnologia da Informação (STIs). Os principais resultados mostraram os fatores de sucesso e desafios na implementação e sua utilização no processo de tomada de decisão. Por fim, conclui-se que o Custeio Baseado em Atividades (ABC), pode ser uma propositiva ferramenta gerencial para empresas prestadoras de serviços, inclusive de base tecnológica.

Palavras-chave: *Startup*. Serviços. *Activity Based Costing*

ABSTRACT

The present work deals with two themes of administration and cost accounting that are still not widespread, not only in the field of theory, but also little practiced empirically, namely: the implementation of Activity Based Costing (ABC) in micro and small companies and this costing method applied to service providers and technology-based companies. In this sense, the objective of this article was to analyze the implementation of the ABC costing methodology in a small company providing online services, self-styled *Startup* with operational infrastructure based on Information Technology Systems (ITS). The main results showed the success factors and challenges in the implementation and its use in the decision-making process. Finally, it is concluded that Activity-Based Costing (ABC) can be a purposeful management tool for service providers, including technology-based ones.

Keywords: *Startup*. Services. *Activity Based Costing*.

RESUMEN

El presente trabajo aborda dos temas de la administración y contabilidad de costos que aún son poco difundidos, no sólo en el campo de la teoría, sino también poco practicados empíricamente, a saber: la implementación del Costeo Basado en Actividades (ABC) en las micro y pequeñas empresas y este método de costeo aplicado a empresas de servicios y de base tecnológica. En este sentido, el objetivo de este artículo

¹ Bacharel em Ciência e Economia pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). E-mail: matheusrodriguesrindade3@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7180-0724>.

² Doutora em Administração pela Universidade Federal de Lavras – UFLA e Professora da Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL-MG. E-mail: maria.curi@unifal-mg.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9811-0069>.

fue analizar la implementación de la metodología de costeo ABC en una pequeña empresa proveedora de servicios en línea, autodenominada Startup con infraestructura operativa basada en Sistemas de Tecnologías de la Información (ITS). Los principales resultados mostraron los factores de éxito y desafíos en la implementación y su utilización en el proceso de toma de decisiones. Finalmente, se concluye que el Costo Basado en Actividades (ABC) puede ser una propuesta herramienta de gestión para las empresas prestadoras de servicios, incluidas las de base tecnológica.

Palabras clave: *Puesta en marcha. Servicios. Costeo basado en actividades.*

1. INTRODUÇÃO

De acordo com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) (2014), o principal motivo da mortalidade das empresas com até cinco anos de vida é a dificuldade da empresa gerir e gerar capital e lucro, o que está diretamente ligado a falta de conhecimento dos gestores destas empresas acerca do custo de seus produtos e serviços, assim como a formação desses preços a partir da conceituação de custos (BACIC *et al.*, 2011).

No mundo real, a contabilidade de custos é algo praticamente fora da realidade das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (ME e EPP) (BACIC *et al.*, 2011), o que logo sugere um desafio para a contabilidade de custos, profissionais da área contábil, assim como na sobrevivência deste tipo de negócio. Conforme argumenta Megliorini (2012, p.7), o conhecimento sobre os custos “é uma condição essencial para ‘tocar’ uma empresa, independente do tipo - comercial, industrial ou prestadora de serviços - e do porte - pequeno, médio ou grande”. Ao considerar mercados com alta competitividade, “o conhecimento e a arte de administrar são fatores de sucesso em qualquer empresa” (MEGLIORINI, 2012, p. 7).

Nesse sentido, o presente trabalho busca contribuir com duas situações complexas e de relevância, uma delas amplamente percebida pela literatura de custos: a aplicação e o gerenciamento do custeio em ME e EPP, sendo essa a principal causa de mortalidade das micro e pequenas empresas (SEBRAE, 2014). A segunda situação igualmente complexa é a aplicação da contabilidade de custos em uma empresa nativa digital, cuja composição do custeio difere dos itens tradicionais da composição, como aluguel, despesas da operação de espaços físicos e composição da mão de obra (MEGLIORINI, 2012).

Soma-se a isso, o fato de que métodos de custeio tradicionais têm recebido diversas críticas, ao longo dos anos, haja vista as suas limitações quanto ao tratamento dos diversos elementos custos. É nesta perspectiva que surgiu e se desenvolveu o *Activity*

Based Costing (ABC) ou Custeio Baseado em Atividades, um método que consiste no direcionamento de custos às atividades geradoras de receita (CAVALCANTE, 2014).

Diante deste contexto, o objetivo desta pesquisa consistiu em analisar a implementação da metodologia de custeio ABC em uma empresa prestadora de serviços on-line, de pequeno porte, autodenominada *Startup* com infraestrutura operacional baseada em Sistemas de Tecnologia da Informação (STIs).

Além desta introdução, o artigo parte do marco teórico sobre Contabilidade de Custos e Custeio ABC para, em seguida, explicitar como o estudo de caso foi conduzido para avaliar a aplicação do custeio em uma *Startup* (NISUYAMA, 2021). Adiante, descreve-se os resultados e, ao fim, são tecidas conclusões.

2 MARCO TEÓRICO

2.1 Contabilidade de Custos: base teórica e tipos de custeio

Dentro das diversas vertentes derivadas da ciência contábil, a contabilidade de custos é substancial. De acordo com Ferreira (2018, p. 1): “A contabilidade de custos é a área da contabilidade que trata dos gastos incorridos na produção de bens e serviços”, e a gestão dos custos é fator crucial para as corporações, o que é amplamente reforçado pela literatura (MEGLIORINI, 2012; MARTINS, 2010; MACHADO, 2012; CAVALCANTE, 2014).

A Contabilidade de Custos, de acordo com Silva Filho e Silva (2022, p. 3), tem suas origens e desenvolvimento “juntamente com a Revolução Industrial na segunda metade do Século XVIII, como uma ramificação da Contabilidade Financeira, advinda da necessidade em obter um maior controle sobre os valores atribuídos aos produtos e serviços das indústrias”.

Ferreira (2018) explica que a contabilidade de custos não necessariamente servirá para alimentar um conteúdo ou fonte externa de informações, mas sim como um importante braço para conhecimento e formação de preços de produtos e serviços, assim como apoio basilar ao processo de tomada de decisão junto aos gestores. O autor também aponta a divisão da contabilidade de custos em dois tipos: Contabilidade Industrial e Contabilidade de Serviços.

Com a historicidade, é perceptível que o surgimento da contabilidade de custos veio da necessidade de se adequar as práticas contábeis as mudanças no mundo

econômico e social, o que foi intensificado pelas sucessivas eras de industrialização vivenciadas com o passar do tempo (SILVA FILHO; SILVA, 2022). Não obstante, é importante estabelecer que, atualmente, a contabilidade de custos é um importante apoio ao processo de tomada de decisão, e segundo Carvalho e Sabino (2021), é por meio desta que se alimenta os sistemas informacionais, que se gerencia dados de diversos tipos de gestão, além do exercício do controle de custos, ou seja, uma visão além da precificação e da avaliação do custo do estoque tão somente.

Ao empregar a contabilidade de custos, é essencial delimitar a diferença entre custos e despesas, sendo os custos aqueles diretamente ligados à produção e as despesas como sendo aquelas ligadas ao ambiente interno da empresa, como: despesas administrativas e de escritório, vendas e marketing (MEGLIORINI, 2012). Após a etapa de diferenciação entre custos e despesas, se inicia o processo de apropriação dos custos que pode seguir alguns métodos sendo os mais difundidos: o custeio por absorção, o custeio variável e o custeio ABC (MARTINS, 2010; MEGLIORINI, 2012), sendo este último o foco deste artigo e, portanto, explicado na próxima subseção.

2.2 Custeio ABC e mapeio de atividades

Há uma preocupação geral com relação a utilização de métodos de custeio pelas empresas, ou a defasagem dos métodos de gerenciamento de custos, o que sugere a utilização do custeio baseado em atividades traduzido do inglês *Activity Based Costing* (ABC). O ABC é considerado por muitos autores como o ideal para o enfrentamento dessa defasagem, ou novos recortes de implementação (MACHADO, 2012).

A lógica do custeio ABC consiste, basicamente, na atribuição dos custos das atividades ao produto ou serviço, partindo do pressuposto de que cada bem ou serviço possui um conjunto de atividades que levam a sua entrega final. Dessa forma, evita-se os equívocos do tradicional processo de rateio que vem sofrendo dificuldade, haja vista os novos custos com automação e o crescimento sem controle devido dos custos indiretos de produção (CAVALCANTE, 2014).

O Custeio Baseado em Atividades é também definido em um consenso bibliográfico como o mapeamento das atividades substanciais e de rentabilização da organização, seguido por atribuição dos custos a essas atividades. Nesse sentido, a implementação do ABC se torna mais desafiadora quando comparada a outros métodos de custeio, pois exige uma modelagem básica de todos os processos operacionais, tais

como, organograma, setorização, atividades de cada setor o que recai diretamente na coleta de informações de diversos aspectos para a definição do ABC (ALMEIDA, 2021). Reiterando, a aplicação do ABC em um negócio exige investimento em *softwares*, inteligência de dados, *know-how* e engajamento dos envolvidos, além da cultura organizacional que deve ser adaptável para que sua implementação seja possível (AILLÓN, 2018).

2.3 Startups: definição e custeio

À luz de Castells (2008), a sociedade tem se tornado cada vez mais voltada a utilização da tecnologia de informação para a realização de suas atividades, seja no estilo de vida das pessoas ou no *modus operandi* dos negócios. As relações sociais tem se moldado no digital e esse processo teve início nos anos 1990, com o teletrabalho e a necessidade de dispersão dos grandes fluxos frente às pandemias, mudanças climáticas, trânsito, superlotações e demais problemas ocasionados, segundo Castells (2018), pelos grandes fluxos. Tal contexto descortina uma sociedade que tende a utilização das Tecnologias de Informação (TICs) e, com isso, pode-se apontar o surgimento das *Startups* (BENEDICTO, 2019).

O Conceito de *Startup* não é consensual, coexistindo diversas assertivas que levam a distorções ou, até mesmo, causam equívocos pela vasta pluralidade de entendimentos sobre o termo (ROCHA, 2019). Por conta disso, para fins desta pesquisa, compreende-se que *startup* é um modelo de negócio que se baseia na inovação como critério básico para a produção de bens e serviços, normalmente utilizando-se das TICs em sua estruturação, cuja estratégia é voltada ao crescimento escalável e exponencial (BENEDICTO, 2019). Adicionalmente, as *startups* partem de um modelo de negócios novo, que se valida no mercado com base na prototipagem e na formação de novos produtos e serviços (BENEDICTO, 2019).

A Visão Baseada em Recursos (VBR) é um delimitador importante nas estratégias de negócios direcionados ao digital, pois por meio do entendimento do negócio enquanto um compilado de recursos disponíveis ou não, se tem por pressuposto o mapeamento das atividades (MEDEIROS JÚNIOR, 2015), requisito básico à implementação do ABC. Ainda que haja lacunas na literatura com relação a aplicação de custeio em *Startups*, Nisiyama (2021) argumenta que a aplicação do método ABC em negócios desse tipo, em especial no setor de tecnologia, mostra êxito na aplicação, além de resultados propositivos no encaixe do modelo de negócio.

3 METODOLOGIA

Para o presente trabalho, optamos pelo estudo de caso como metodologia de pesquisa, pois de acordo com Ventura (2007, p. 384) “com este procedimento se supõe que se pode adquirir conhecimento do fenômeno estudado a partir da exploração intensa de um único caso”. De forma complementar, no entendimento do citado autor, esta metodologia não possui um rigor, ou receita pré-definidos, mas parte da lógica da seleção do caso, entendimento deste, seguindo para a coleta, interpretação e análise do caso em estudo (VENTURA, 2007).

A investigação foi realizada em três etapas, quais sejam: (a) seleção da empresa estudada; (b) contato com a organização e levantamento de dados; (c) implementação do ABC.

Em relação à seleção da empresa, a entidade pesquisada foi escolhida com base na acessibilidade e na proximidade dos pesquisadores com a organização. Isso foi essencial para se ter acesso aos dados e processos internos.

Após isso, fez-se contato com a organização para levantamento dos dados necessários à confecção do método de custeio. É importante informar que os dados foram extraídos dos documentos e relatórios internos fornecidos pela empresa.

De posse disso, procedeu-se à implantação do custeio ABC, aqui desenvolvido em duas etapas, conforme explicado por Megliorini (2012). A primeira etapa consistiu em identificar as atividades executadas em cada setor. A forma de condução desta etapa foi por meio da realização de entrevistas com os gestores e funcionários. A segunda etapa foi o momento de atribuir os custos às atividades e depois aos produtos.

Por conta do desenho atribuído às etapas, esta pesquisa se caracterizou por uma investigação do tipo descritiva e, predominantemente, quantitativa.

4 ESTUDO DE CASO

4.1 Contextualização

Por questões de sigilo da informação estratégica e por solicitação da empresa, os dados apresentados, incluindo nome da entidade, atividades realizadas e demais informações que possam tornar reconhecível a organização, foram transcritas a nomenclaturas correlatas.

A empresa estudada se considera uma *Startup*, pois parte do pressuposto de que esteve boa parte de sua existência encontrando um modelo de negócio e validando um produto (BENEDICTO, 2019). Nesse sentido, o negócio está dentro de uma definição comum das empresas nascidas digitais chamada *Product a as service*, ou Serviço como Produto (LACY; RUTQVIST, 2015). Com base em tal designação, a empresa apoia-se em uma modalidade chamada: “Acordo de Desempenho (LACY; RUTQVIST, 2015, p. 99, tradução nossa), que se define como: “Os clientes compram um serviço e nível de qualidade pré-definidos e as empresas comprometem-se a garantir um resultado específico” (LACY; RUTQVIST, 2015, p. 99, tradução nossa). O conceito foi fundamental para a empresa visualizar o seu serviço de uma perspectiva quantitativa e com entregas pré-definidas, abrindo assim as possibilidades para implementação facilitada do custeio e, principalmente, o ganho de escala na prestação de serviços, objetivo chave da empresa.

À época de realização do estudo, a organização tinha um ano e sete meses de vida, 16 colaboradores e enquadramento como Empresa de Pequeno Porte. A empresa nasceu em meio a pandemia de Covid-19 e presta serviços de *Digital Marketing* para outras empresas - *Business to Business* (B2B), em um modelo completamente digital, estando todos os seus colaboradores em sistema de trabalho *Home-Office*, assim como gestão, comunicação e toda infraestrutura baseada em tecnologias da informação, inclusive vendas e divulgação. Também, possui uma característica comum às *startups*: curva de crescimento acentuada, principalmente após validação do modelo de negócio.

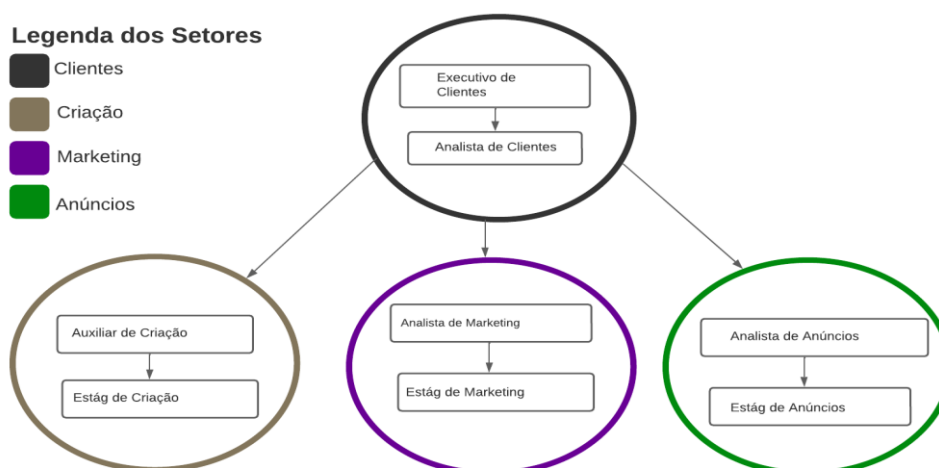
4.2 Implementação do Custeio

A empresa em questão demorou cerca de um ano para testar, validar e reconhecer o seu produto, assim como o modelo de negócio. A decisão da implantação do custeio foi recente, logo após a delimitação do modelo de negócio. Não obstante, a alta gestão se atentou em fazer o mapeamento das atividades e processos da empresa, inclusive, em conjunto com os colaboradores para obtenção de atividades e processos condizentes com a realidade operacional.

Ao observar a natureza de prestação de serviços, em consulta à literatura de custos e tendo criado uma cultura organizacional orientada à execução de atividades e processos previamente mapeados, a empresa optou pela aplicação do método de custeio ABC.

O primeiro passo consistiu na divisão da empresa em setores de operação (produção) e, posteriormente, na identificação das atividades executadas em cada setor. Isso resultou na definição dos organogramas desses setores e no reconhecimento das atividades realizadas por cada setor (Figura 1).

Figura 1 - Setores e Organograma Operacional



Fonte: Elaboração própria.

Em seguida, foi o momento de atribuir os custos às atividades e depois aos produtos. Neste sentido, identificou-se a existência de dois elementos de custos: mão de obra e *softwares*. O custo da mão de obra foi calculado conforme preconiza Megliorini (2012), resultando no custo e, conseqüentemente, custo por setor, conforme detalhado no conjunto de tabelas a seguir.

Na Tabela 1 tem-se a formação do custo da mão de obra. Por ser uma empresa enquadrada no Simples Nacional, o total de encargos trabalhistas e sociais foi de 34,59%. O salário base, em cada setor, foi definido conforme informado pelos registros internos.

Tabela 1 – Formação do custo da mão de obra

Provisão de Multa FGTS	Previdenciário s/ 13º e Férias	FGTS	13º	Férias
3,20%	2,18%	8%	9%	12,12%
Total de Encargos Trabalhistas e Sociais				34,59%
Cargo	Setor	Salário Base	Total de Encargos	Custo Mão de Obra
Executivo de Clientes	Clientes	R\$ 3.000,00	R\$ 1.037,76	R\$ 4.037,76
Analista de Clientes	Clientes	R\$ 2.000,00	R\$ 691,84	R\$ 2.691,84
Analista de Marketing	Marketing	R\$ 2.000,00	R\$ 691,84	R\$ 2.691,84
Estagiário (a) de Marketing	Marketing	R\$ 1.000,00	R\$ 0,00	R\$ 1.000,00
Auxiliar de Criação	Criação	R\$ 1.400,00	R\$ 484,29	R\$ 1.884,29
Estagiário (a) de Criação	Criação	R\$ 1.000,00	R\$ 0,00	R\$ 1.000,00
Analista de Anúncios	Anúncios	R\$ 2.000,00	R\$ 691,84	R\$ 2.691,84
Estagiário (a) de Anúncios	Anúncios	R\$ 1.000,00	R\$ 0,00	R\$ 1.000,00

Fonte: elaboração própria.

Após levantar o custo para cada cargo, fez-se o seu agrupamento por setor conforme o número de pessoas ocupadas (Tabela 2).

Tabela 2 – Custo da Mão de Obra por Setor e Totalização

Setor	Pessoas Ocupadas	Custo por Setor
Clientes	02	R\$ 6.729,61
Marketing	03	R\$ 6.383,68
Criação	05	R\$ 8.537,16
Anúncios	02	R\$ 2.691,84
Total		R\$ 24.342,29

Fonte: elaboração própria.

Para o desempenho das funções definidas nos cargos, é necessário o manuseio de diversos softwares, cuja distribuição dos custos por setor e totalização pode ser visualizada na Tabela 3.

Tabela 3 – Custos com *Softwares* por Setor e Totalização

Setor	Usuários	Custos Comuns	Custo Específicos	Custo Total
Clientes	02	R\$ 103,94	R\$ 345,12	R\$ 449,06
Marketing	03	R\$ 155,91	-	R\$ 155,91
Criação	05	R\$ 259,85	R\$ 35,40	R\$ 295,25
Anúncios	02	R\$ 103,94	-	R\$ 103,94
Total		R\$ 623,64	R\$ 380,52	R\$ 1.004,16

Fonte: elaboração própria.

Feita a identificação dos elementos de custos, atentando-se que no caso dos custos com *softwares* (Tabela III), foram escolhidos *softwares* de custos comuns a todos os setores, sendo que para este foi definido um critério de rateio baseado em usuários por setor e *softwares* específicos a cada setor, que não partem da lógica de rateio baseado em usuários. Consequentemente, obteve-se a composição dos custos totais, conforme explícito na Tabela 4.

Tabela 4 - Custo Total de Produção e Custo por Setor

Setor	Mão de Obra	Softwares	Custo Total por Setor
Cientes	R\$ 6.729,61	R\$ 449,06	R\$ 7.178,67
Marketing	R\$ 6.383,68	R\$ 155,91	R\$ 6.539,59
Criação	R\$ 8.537,16	R\$ 295,25	R\$ 8.832,41
Anúncios	R\$ 3.691,84	R\$ 103,94	R\$ 3.795,78
Custo Total	R\$ 25.342,29	R\$ 1.004,16	R\$ 26.346,45

Fonte: elaboração própria.

De forma complementar, foi realizada uma consulta com os colaboradores do departamento operacional para a delimitação do tempo gasto em cada atividade, em uma conversão de minutos, o que direcionou para o encontro do principal direcionador de custos: minutos gastos por atividade, prosseguindo com o processo de implementação do ABC.

Na Tabela 5 é descrita a distribuição dos custos do setor de Clientes para cada uma das quatro atividades levantadas como relevantes: envios de material; atendimento; planejamento de marketing; reuniões (*call*); supervisão.

Tabela 5 – Minutos Gastos por Atividade no Setor de Clientes

Direcionadores	Clientes					Total
	Envios	Atendimento	Planejamento	Call	Supervisão	
Minutos por Atividade	1,20	3,00	60,00	40,00	60,00	-
Total de Minutos	3600	9000	5994	3996	240	22830
Percentual	15,77%	39,42%	26,25%	17,50%	1,05%	100,00%
Distribuição	R\$ 1.131,98	R\$ 2.829,96	R\$ 1.884,75	R\$ 1.256,50	R\$ 75,47	R\$ 7.178,67

Fonte: elaboração própria.

Na Tabela 6 apresenta-se a distribuição dos custos do setor de Marketing para a única atividade relevante, isto é, a divulgação.

Tabela 6 - Minutos Gastos por Atividade no Setor de Marketing

Direcionadores	Marketing	Total
	Divulgação	
Minutos por Atividade	10,00	-
Total de Minutos	30000	30000
Percentual	1	1
Distribuição	R\$ 6.383,68	R\$ 6.383,68

Fonte: elaboração própria.

Na Tabela 7 mostra-se a distribuição dos custos do setor de Criação para as atividades consideradas como relevantes: criação e alteração de artes.

Tabela 7 - Minutos Gastos por Atividade no Setor de Criação

Direcionadores	Criação		Total
	Criativo	Alteração	
Minutos por Atividade	20,00	5,00	-
Total de Minutos	60000	5400	65400
Percentual	91,74%	8,26%	100,00%
Distribuição	R\$ 7.832,26	R\$ 704,90	R\$ 8.537,16

Fonte: elaboração própria

Por fim, na Tabela V tem-se a distribuição dos custos do setor de Anúncios para as três principais atividades : montagem, manutenção e verificação .

Tabela 8 - Minutos Gastos por Atividade no Setor de Anúncios

Direcionadores	Anúncios			Total
	Montagem	Manutenção	Verificação	
Minutos por Atividade	40,00	40,00	3,00	-
Total de Minutos	9600	9600	9000	28200
Percentual	34,04%	34,04%	31,91%	100,00%
Distribuição	R\$ 1.256,80	R\$ 1.256,80	R\$ 1.178,25	R\$ 3.691,84

Fonte: elaboração própria.

Com base no conjunto de tabelas supramencionadas, é possível perceber que o principal direcionador adotado foi o tempo, em minutos, por atividade, tendo em vista a característica da prestação de serviços que o principal insumo é a mão de obra e essa é remunerado por tempo de serviço, aqui neste caso mensalista. Pode-se observar, também, a adoção de um percentual para distribuição do montante de atividades em valores correntes, chegando assim no montante de custos por atividades executadas em cada setor, além da capacidade de produção de cada um desses setores ter sido encontrada em conformidade com o critério de direcionamento, logo capacidade de minutos disponíveis para a produção por setor.

Uma vez que os custos foram direcionados às atividades, chegou-se, por fim, ao custo do pacote de serviços prestado pela empresa (Tabela 9).

Tabela 9 – Custo do pacote de serviços oferecido pela empresa

Atividades	Custo	Custo Unitário	Quantidade	Pacote Unitário
Envios	R\$ 1.131,98	R\$ 0,38	20	R\$ 7,55
Atendimento	R\$ 2.829,96	R\$ 0,94	20	R\$ 18,87
Planejamento	R\$ 1.884,75	R\$ 18,87	01	R\$ 18,87
Call	R\$ 1.256,50	R\$ 12,58	01	R\$ 12,58
Supervisão	R\$ 75,47	R\$ 0,19	01	R\$ 0,19

Postagem	R\$ 6.383,68	R\$ 2,13	20	R\$ 42,56
Criativo	R\$ 7.832,26	R\$ 2,61	30	R\$ 78,32
Alteração	R\$ 704,90	R\$ 0,65	08	R\$ 5,22
Montagem	R\$ 1.256,80	R\$ 5,24	04	R\$ 20,95
Manutenção	R\$ 1.256,80	R\$ 5,24	04	R\$ 20,95
Verificação	R\$ 1.178,25	R\$ 0,39	80	R\$ 31,42
Custo Unitário do Produto				R\$ 257,46

Fonte: elaboração própria

Ao se obter o custo de cada atividade, eles foram relativizados conforme o número de clientes que a empresa tem condições de atender em um mês de prestação de seus serviços. Este custo unitário foi multiplicado pela quantidade de serviços prestados dentro do pacote básico oferecido pela empresa e, com isso, obteve-se o custo unitário do produto.

5. CONCLUSÃO

Nesta conclusão é importante mencionar alguns fatos que permitiram a implementação do método de custeio na empresa analisada, como: a cultura organizacional nativa de uma cultura de processos, o empenho da alta administração na implementação do custeio e o histórico de mapeamento das atividades (AILLÓN, 2018). A empresa em estudo contou com essas vantagens quando se fala em barreiras para implementação do método ABC.

Conforme pode ser observado no processo de implementação, a escolha do direcionador de custos como sendo minutos por atividade, permitiu observar algumas especificidades da prestação de serviços que podem ser contempladas pelo ABC, como a mão de obra enquanto insumo principal, levando-se em consideração que essa é remunerada por horas trabalhadas mensalmente (MEGLIORINI, 2012), o que permitiu a conversão facilitada em minutos despendidos pelo fato de que as atividades possuem vasta variação de tempo, podendo variar muito entre os minutos.

Por fim, é cedo para avaliar o impacto de longo prazo da implementação do custeio ABC na empresa, mas em curto prazo se mostrou eficiente para tomada de decisões gerenciais, como: disponibilidade para aumento salarial ou investimento em *softwares*, por exemplo. Além disso, o custeio encaminha para uma formação de preço correta, que permite estabelecer um *mark-up* assertivo, tornando esse processo um diferencial competitivo se comparado a outros métodos de custeio. Adicionalmente, o custeio definido permite à empresa operar estratégias para compor preços concorrentes por meio da reformulação desses custos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Ailjan Santos; PORTELA, Eunice Nóbrega; SILVA, Dirce Maria da. fundamentos da gestão de processos de negócio. **Revista Processus de Políticas Públicas E Desenvolvimento Social**, [S.L.], v. 3, n. 6, p. 121-130, 9 nov. 2021. Zenodo. <http://dx.doi.org/10.5281/ZENODO.5657943>.

AILLÓN, H. S.; ROCHA, W.; MARQUES, K. C. M. Deinstitutionalization of Activity Based Costing: Analysis from the New Institutional Sociology Perspective. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 29, n. 1, p. 101-129, 2018.

BACIC, Miguel Juan et al. **manual de técnicas e práticas de gestão estratégica de custos nas pequenas e médias empresas**. São Paulo: Crcsp, 2011.

BENEDICTO, S. C.; ROZA, R. H.; ZAMBALDE, A. L. Towards New Business Models: Strategies and Planning of Brazilian Startups in Digital Environment . **Reuna**, v. 24, n. 2, p. 25-43, 2019.

CARVALHO, Bruno Frois de; SABINO, Fabrício Sena. **aplicando contabilidade de custos em uma micro empresa**. in: iv encontro de iniciação científica e iv amostra de pós graduação do vale do ivaí, 4., 2021, Vale do Ivaí. Caderno de Resumos. Vale do Ivaí: Ucp - Univale, 2021. p. 105-107.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. 11 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008. pp. ISBN

CAVALCANTE, H. T.; RAUPP, F. M. Implementação do custeio baseado em atividades para gestão dos gastos de uma empresa de serviços alimentícios. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, v. 13, n. 38, p. 65-78, 2014.

FERREIRA, Ricardo J. **Contabilidade de Custos: teoria e questões comentadas**. 11. ed. Rio de Janeiro: Ferreira, 2018.

LACY, Peter; RUTQVIST, Jakob. **The Product as a Service Business Model: performance over ownership**. Waste To Wealth, [S.L.], p. 99-114, 2015. Palgrave Macmillan UK. http://dx.doi.org/10.1057/9781137530707_8.

MARTINS, E. **Contabilidade de custos**. 10. Ed., São Paulo: Atlas, 2010.

MEGLIORINI, Evandir. **Custos: análise e gestão**. 3. ed. São Paulo: Pearson, 2012.

MACHADO, M. J. C. V. Activity based costing knowledge: empirical study on small and medium- size enterprises. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 9, n. 18, p. 167-186, 2012.

MEDEIROS JÚNIOR, J. V.; AÑEZ, M. E. M.; SOUSA NETO, M. V.; BEZERRA, M. H. M. Elaboração do mapa de recursos: processo de apoio ao planejamento de um novo negócio de Internet. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 16, n. 5, p. 226-256, 2015.

NISYAMA, EDELICIO KOITIRO; FERNANDA GUIMARÃES COELHO; JOSÉ CARLOS TIOMATSU OYADOMARI. **Práticas em Contabilidade e Gestão**; Sao Paulo Vol. 9, Ed. 4, (2021): 1-22.

ROCHA, R. O.; OLAVE, M. E. L.; ORDONEZ, E. D. M. Estratégias de Inovação para Startups. **Revista Pretexto**, v. 20, n. 2, p. 87-99, 2019.

SEBRAE. CAUSA MORTIS: o sucesso e o fracasso das empresas nos primeiros 5 anos de vida. 2014. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/SP/Anexos/causa_mortis_2014.pdf>. Acesso em: 06 nov. 2022.

SILVA FILHO, Clodoaldo Alves da; SILVA, Clesiomar Rezende. Contabilidade de Custos: uma análise sobre os métodos de custeio para o auxílio na tomada de decisões. **Reiva Revista**, Jussara, v. 05, n. 03, p. 1-21, mar. 2022.

VENTURA, Magda Maria. O Estudo de Caso como Modalidade de Pesquisa. **Socerj**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 20, p. 383-386, out. 2007.

**TRANSDISCIPLINARIDADE E COMPLEXIDADE PARA A
ANÁLISE DO FENÔMENO CRIMINAL**

*TRANSDISCIPLINARITY AND COMPLEXITY FOR THE ANALYSIS OF
THE CRIMINAL PHENOMENON*

*TRANSDISCIPLINARIDAD Y COMPLEJIDAD PARA EL ANÁLISIS
DEL FENÓMENO PENAL*

*Igor Serrano Silva*¹
Universidade Federal de Alfenas

*Margarete Panerai Araujo*²
Faculdades Integradas de Taquara

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar a complexidade e a transdisciplinaridade de Edgar Morin como vetores para a compreensão do fenômeno criminal, com o objetivo de formular uma linha inicial de adequada resposta estatal. Objetiva-se, também, refletir a respeito de algumas das teorias que buscam explicar a criminalidade, verificar suas limitações e investigar a necessidade de um olhar global sobre o assunto. A temática se mostra fundamental em solo pátrio e em dias atuais uma vez que a criminalidade, como fenômeno humano e social, irradia reflexos na vida de toda a sociedade, sendo o assunto relevante para todo cidadão, eis que impactado, das mais diversas formas (seja financeiramente, psicologicamente ou fisicamente), pelos resultados danosos dos crimes praticados. Portanto, conhecer e entender sua dinâmica e seus atores é essencial na busca de políticas públicas adequadas para prevenir o delito, intervir eficazmente sobre a pessoa desviante e aperfeiçoar os modelos de resposta. Para tanto, o método utilizado é aplicado, explicativo, qualitativo e bibliográfico. Ao final, chega-se à conclusão de que a compreensão do fenômeno para os fins almejados exige o abandono dos radicalismos e das visões fragmentadas de mundo, exige, em síntese, a religação dos saberes.

Palavras-chave: Transdisciplinaridade. Complexidade. Crime.

ABSTRACT

This study aims to analyze Edgar Morin's complexity and transdisciplinarity as vectors for understanding the criminal phenomenon, with the aim of formulating an initial line of adequate state response. The objective is also to reflect on some of the theories that seek to explain criminality, verify its limitations and investigate the need for a global look on the subject. The theme is fundamental in the homeland and in the present day, since criminality, as a human and social phenomenon, radiates reflections in the life of the whole society, being the relevant subject for every citizen, behold, impacted, in the most diverse ways (whether financially, psychologically or physically), by the harmful results of the crimes committed. Therefore,

¹ Possui graduação em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (2002). Atualmente é Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Aluno especial do Programa de Pós-graduação em Gestão Pública e Sociedade (PPGPS) da Universidade Federal de Alfenas. E-mail: igor.serrano@sou.unifal-mg.edu.br.
ORCID <https://orcid.org/0009-0000-9025-7042>.

² Pós-doutorado em Desenvolvimento Regional PPGDR-UNISC (2023); Pós-doutorado em Administração Pública e de Empresas em Políticas e Estratégias pela FGV EBAPE/RJ (2013); e pós-doutorado em Comunicação Social, Cidadania e Região na UESP nas Cátedras UNESCO de Comunicação e Gestão de Cidades (2010). Possui Doutorado em Comunicação Social pela PUCRS (2004). É professora visitante do PPGDR FACCAT-RS. E-mail: margaretepanerai@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9231-8590>.

knowing and understanding its dynamics and its actors is essential in the search for adequate public policies to prevent crime, effectively intervene with the deviant person and improve response models. Therefore, the method used is applied, explanatory, qualitative and bibliographic. In the end, one comes to the conclusion that understanding the phenomenon for the desired purposes requires the abandonment of radicalisms and fragmented worldviews, it requires, in short, the reconnection of knowledge.

Keywords: Transdisciplinarity. Complexity. Crime.

RESUMEN

El presente estudio tiene como objetivo analizar la complejidad y la transdisciplinariedad de Edgar Morin como vectores para comprender el fenómeno penal, con el objetivo de formular una línea inicial de respuesta estatal adecuada. El objetivo es también reflexionar sobre algunas de las teorías que buscan explicar la delincuencia, verificar sus limitaciones e investigar la necesidad de una mirada global sobre el asunto. El tema es fundamental en casa y hoy ya que la delincuencia, como fenómeno humano y social, irradia efectos sobre toda la sociedad, siendo el tema relevante para cada ciudadano, he aquí, impactados, de las más diversas maneras (ya sea financiera, psicológica ofisicamente), debido a los resultados nocivos de los delitos cometidos. Por lo tanto, conocer y comprender sus dinámicas y actores es esencial en la búsqueda de políticas públicas medidas apropiadas para prevenir el delito, intervenir eficazmente sobre la persona desviada y mejorar los modelos de respuesta. Para ello se aplica el método utilizado, explicativo, cualitativo y bibliográfico. Al final se concluye que el comprender el fenómeno para los fines deseados requiere el abandono del radicalismo y visiones fragmentadas del mundo, requiere, en definitiva, la reconexión del conocimiento.

Palabras clave: Transdisciplinariedad. Complejidad. Delito.

1 INTRODUÇÃO

Viver em sociedade exige respeito ao próximo, à sua vida, saúde, liberdade e demais bens jurídicos necessários para a sua sobrevivência e sadio desenvolvimento enquanto pessoa dotada de dignidade. Cabe ao Estado a preservação de tais direitos a partir do momento em que cada cidadão cede parte de sua liberdade a ele em troca de proteção. Isso porque, hoje, possui o Estado o monopólio da punição daqueles que violam os bens jurídicos mais caros na vida em comunidade. Tal punição ocorre no âmbito do direito penal, que entra em ação quando o cidadão pratica uma infração penal (JESUS, 1998).

Com o objetivo de prevenir a prática de crimes que desassossegam o meio social e de reprimir aqueles já praticados, o Estado adota uma série de políticas públicas, todas com o objetivo de garantir a denominada paz social. Em que pese o significativo número de pessoas presas no Brasil, a sensação de insegurança e impunidade ainda reina. Portanto, mostra-se extremamente relevante estudar o fenômeno criminal, inclusive para induzir tais políticas.

Dentro dessa perspectiva, sempre se mostrou um desafio compreender o que leva o homem a delinquir e qual o melhor caminho a ser adotado pelo Estado para responder a tal comportamento. Dessa questão fundamental para o convívio social cuida a criminologia, ciência empírica e multidisciplinar que estuda o crime, o criminoso, a vítima e o controle social com o objetivo de conhecer e compreender o fenômeno criminal para prevenir o delito, intervir eficazmente sobre a pessoa do criminoso e valorar os modelos de resposta (LIMA JÚNIOR, 2015). É essencial, portanto, o estudo de tais pontos para a formulação, alteração ou implantação de políticas públicas eficientes

E, dentro desse panorama, a teoria da complexidade se mostra de enorme valia, contrapondo-se às visões fragmentadas de escolas e pensamentos que tentam reduzir essa realidade a perspectivas dicotômicas, que pouco colaboram no apontamento de caminhos de enfrentamento.

O presente trabalho, portanto, analisará o fenômeno criminal sob a ótica da complexidade e da transdisciplinaridade propostas por Edgard Morin, concepções capazes de lançar luz sobre a realidade de maneira holística, evitando-se os indesejáveis reducionismos dos conhecimentos parciais que circundam o tema. Igualmente será realizada uma reflexão a respeito de algumas das teorias e vertentes que buscam explicar a criminalidade, verificando-se suas limitações e investigando-se a necessidade de um olhar global sobre o assunto.

No Brasil, atualmente, o estudo proposto se mostra academicamente fundamental, uma vez que a criminalidade, como fenômeno humano e social, possui amplo reflexo na vida de toda a sociedade, sendo o assunto relevante para todo cidadão, eis que impactado, das mais diversas formas (seja financeiramente, psicologicamente ou fisicamente), pelos resultados danosos dos crimes praticados. Portanto, conhecer e entender sua dinâmica e seus atores é essencial na busca de políticas públicas adequadas para prevenir o delito, intervir eficazmente sobre a pessoa desviante e aperfeiçoar os modelos de resposta. Para tanto, o método utilizado será aplicado, explicativo, qualitativo e bibliográfico, analisando-se os teóricos, suas posições, as escolas e movimentos existentes sobre o tema criminalidade, cotejando-os com a finalidade de, à luz da complexidade, traçar uma saída possível para algo que parece insolúvel.

A primeira parte do artigo é composta pela introdução. A segunda, pelo referencial teórico, subdividido em três capítulos. A terceira parte compreende os procedimentos de

investigação. A quarta, as análises. Na sequência, haverá a conclusão, seguida das referências.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Transdisciplinaridade e complexidade para a compreensão da realidade humana

O enfrentamento dos problemas contemporâneos exige a adoção de novas formas de pensar. Nesse ambiente, a complexidade, assim como a transdisciplinaridade, contrapõe-se aos princípios cartesianos que conduzem à fragmentação (DESCARTES, 1996). Tal oposição conduz ao caminho que religa tais saberes fragmentados, promovendo a superação do longo processo histórico de atomização (MORIN, 2005).

Santos (2008), discorrendo a respeito da aplicação da complexidade e da transdisciplinaridade na área da educação, faz a seguinte ponderação, perfeitamente enquadrável às demais áreas do conhecimento:

Embora concebidas separadamente, a complexidade (também chamada de pensamento complexo) e a transdisciplinaridade articulam-se. Se vistas separadamente, uma torna-se princípio da outra. O pensamento complexo foi sistematizado por Edgar Morin (1991), e a transdisciplinaridade, por Basarab Nicolescu (1999). Ao servirem de instrumentos para a observação da realidade, seus princípios revelam a defasagem conceitual da prática educacional, realçando as concepções ancestrais tácitas na estrutura social, cultural e mental da sociedade moderna. A teoria da complexidade e transdisciplinaridade sugere a superação do modo de pensar dicotômico das dualidades (sujeito-objeto, parte-todo, razão-emoção etc.) proveniente da visão disseminada por Descartes (1973), estimulando um modo de pensar marcado pela articulação (SANTOS, 2008, p.72).

Conforme o pensamento cartesiano, sendo um fenômeno complexo, as dificuldades devem ser divididas em tantas parcelas quanto forem possíveis e necessárias para a melhor resolução, delineando-se, assim, o princípio da fragmentação (DESCARTES, 1996).

Segundo Santos, porém,

Essa visão descontextualizada e simplificadora, difundida pela ciência moderna, tornou-se hegemônica ao longo dos últimos 400 anos e manteve latente a questão da complementaridade dos pares binários. A partir das últimas décadas, no entanto, o que permanecia implícito se manifesta com força significativa e se transforma em princípios científicos, evolução acontecida no próprio seio da ciência moderna. Ainda que alguns autores considerem esse novo olhar como algo exótico (Carvalho, 2003), já não se pode mais ignorar a

penetração, na vida acadêmica, da articulação dos pares binários e da conectividade dos saberes (Morin, 2001). Não há dúvida de que o princípio de fragmentação acumulou conhecimentos, ocasionando um verdadeiro boom tecnológico hoje altamente visível e vivenciado. No entanto, no cerne desse progresso vem se praticando um outro tipo de relação com o conhecimento, na forma de rede de relações, o que sugere mudança conceitual e princípios mais adequados ao estágio atual de desenvolvimento da ciência (SANTOS, 2008, p.73).

Edgar Morin, em palestra ministrada na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, esclareceu que complexidade e transdisciplinaridade são termos inseparáveis, que remetem um ao outro. Afirmou que complexidade se origina da raiz latina “complexus”, que significa o que foi tecido conjuntamente. Nesse sentido, os conhecimentos que se encontram separados, fragmentados, enclausurados em disciplinas, não se ligam uns aos outros. Portanto, a complexidade exige a transdisciplinaridade (AUDY, 2007).

Prossegue o autor afirmando que as ciências humanas, que englobam a psicologia, a sociologia, a história, as religiões, a geografia, a economia, estão desconectadas umas das outras. Estão igualmente desconectadas das ciências da natureza. Porém, para compreender a complexidade humana, todos os aspectos da realidade do homem, não podemos colocá-las lado a lado como peças isoladas de um quebra cabeça, devemos juntá-las (AUDY, 2007).

E, para tanto, imprescindível o nexos promovido pela transdisciplinaridade, que vai além da interdisciplinaridade. Esta associa uma disciplina à outra, todavia, ambas conservam a autonomia, aquela une diferentes disciplinas em um conjunto coerente, conjuga-as (AUDY, 2007).

Finaliza o autor afirmando que a transdisciplinaridade não é o saber total, mas a aspiração de um saber menos particular. O pensamento complexo nos diz que o pensamento nunca estará completo e que a racionalidade tem seus limites (AUDY, 2007).

2.2 As escolas históricas que tentam compreender o fenômeno em busca de soluções

O que leva o homem a praticar crimes é a pergunta inicial que deve ser respondida na busca da compreensão do fenômeno para a tomada de decisões quanto ao seu enfrentamento. Várias escolas cuidam da análise em debate.

As duas grandes linhas teóricas sobre o tema foram traçadas pela Escola Clássica ou Retribucionista e pela Escola Positivista, sendo as demais escolas e teorias decorrentes delas.

A escola clássica entende que o ser humano possui o atributo da racionalidade, sendo livre para fazer as suas escolhas (livre-arbítrio). Quebrando o pacto social por intermédio da prática do crime, merece o delinquente uma retribuição, a pena. O enfoque clássico se vale de método dedutivo e abstrato, do geral ao particular e sem preocupação com o caso concreto. Pouco se dedicou, lado outro, ao entendimento das razões pelas quais alguém passa a delinquir (etiologia do crime). A pena, para os clássicos, é a retribuição em razão da responsabilidade moral do agente, buscando prevenir o delito e restaurar a ordem social abalada. Possui grande contribuição ao delimitar, fundamentar e legitimar a pena, substituindo o sistema penal desumano do antigo regime, alicerçado em penas corporais, degradantes e muitas vezes desproporcionais (LIMA JÚNIOR, 2015).

A escola positivista faz oposição ao racionalismo dedutivo dos clássicos, defendendo a observação do fenômeno criminal a partir da perspectiva do criminoso, valendo-se de método indutivo, empírico e multidisciplinar. Opondo-se ao livre-arbítrio, acreditava que o ser humano estava sujeito ao determinismo biológico (diferenças genéticas tornariam certas pessoas mais propensas ao crime) ou social (certas características do ambiente levariam as pessoas ao crime). Tenta-se, assim, compreender as razões pelas quais alguém é levado a praticar um crime. Diferentemente do que ocorre na escola clássica, a pena não deve ser proporcional ao mal causado, retribuição, portanto; deve ser adotada uma medida de segurança curativa, pelo tempo necessário para curar a patologia (LIMA JÚNIOR, 2015).

Outras escolas surgiram a partir de então, como a Escola de Lyon, a Terza Scuola, a Escola de Marburgo e Escola de Defesa Social, muitas vezes tentando conciliar as anteriores, assim como movimentos de pensamentos diversos a respeito da origem do crime e da melhor resposta social (LIMA JÚNIOR, 2015).

Contemporaneamente, a partir da década de 1960, surgiu teoria que encontra a explicação para o crime em fundamentos da Ciência Econômica. Para essa teoria, o criminoso não é um diferente, mas um sujeito como qualquer outro, que reage a incentivos ambientais. A sistematização desse pensamento é atribuída a Gary Becker (1974),

ganhador do prêmio Nobel de Ciências Econômicas em 1992 pela sua capacidade de estender o alcance da microeconomia sobre o comportamento humano.

A inovação apresentada por Becker, especialmente no artigo *Crime and punishment: an economic approach*, parte da consideração do crime como outras atividades economicamente relevantes, embora até então fossem negligenciadas pelos economistas. Nesse viés, o crime não é mais visto na perspectiva da escola positivista, das teorias de cunho marxista e/ou da teoria da anomia social. A compreensão das propostas de Becker passa pela concepção da escolha racional. Na linha de Beccaria (1764) e Bentham (1791), o homem age determinado a maximizar o seu bem-estar, afastando-se daquilo que lhe causa dor e aproximando-se do que lhe causa prazer. Essa relação dor-prazer é definida por Becker como custo-benefício. É dizer que, diante de incentivos (negativos ou positivos), o homem decidirá cometer ou não o crime a partir de análise racional (BECKER, 1974).

2.3 As visões parciais de um problema complexo

Outros autores igualmente se dedicam à compreensão das causas do fenômeno criminal e das possíveis soluções. As bases teóricas possuem clara influência das escolas descritas no capítulo anterior, com sistematização diversa, levando em consideração, também, outros fatores e realidades, mas com um objetivo comum.

Segundo Marcelo Lopes de Souza

Atualmente, com o acúmulo de experiências e de análises a respeito dos equívocos do passado em matéria de estratégias de enfrentamento da problemática da criminalidade violenta e da insegurança, é um dever fazer um balanço honesto, a fim de se constatar, para começo de conversa, o que não se deve fazer no que diz respeito a uma política de segurança pública. Seguindo aquilo que o autor já havia salientado em trabalhos anteriores (SOUZA, 2000:83-4; 2003), três abordagens do assunto da segurança pública merecem, por seu excessivo simplismo, ser descartadas de antemão: o “institucionalismo”, o “culturalismo” e o “redistributivismo”. Antes de entrar diretamente no debate, porém, faz-se mister um esclarecimento. Os estudos criminológicos, enquanto campo de estudos essencialmente interdisciplinar, possuem uma longa história, e ênfases muito diferentes emanaram de disciplinas e abordagens (ou teorias) distintas a propósito da questão das causas da criminalidade. Já se pôs o acento em explicações de cunho biológico (enfoques antropométricos, biotipológicos, neurofisiológicos, endocrinológicos etc.), de natureza psicológica (enfoques de psicopatologia criminal, modelos psicodinâmicos e outros) e inspiradas nas diversas ciências sociais (da Escola de Chicago às abordagens inspiradas no pensamento marxista) - e até mesmo nos trabalhos de arquitetos (como os *defensible spaces*

e seu desdobramento igualmente capitaneado por arquitetos, o enfoque denominado Crime Prevention Through Environmental Design [CPTED]). Em vista disso, o agrupamento em três correntes apenas, utilizando-se os termos “institucionalismo”, “culturalismo” e “redistributivismo”, não visa a substituir as designações das abordagens e vertentes específicas, nem representar um quadro classificatório que dê conta da estonteante diversidade de orientações e enfoques. É um artifício simplificador, que procura abarcar uma parte, mas uma parte seguramente significativa, do debate brasileiro atual a respeito das causas da criminalidade e das possíveis soluções. Em boa medida, aliás, essa classificação também é útil para refletir sobre as discussões travadas em muitos outros países. Panoramas menos incompletos, que recuperem, de olho nos debates internacionais, a longa e rica história de estudos criminológicos e formação de correntes e subcorrentes específicas podem ser encontrados em outros trabalhos (SOUZA, 2008, p.176-177).

Ainda segundo o autor, uma postura “institucionalista” se preocupa prioritariamente com a “reengenharia” e a reforma das instituições pertencentes ao aparato repressivo, judiciário e punitivo do Estado (polícias, sistema judiciário e sistema prisional), além da melhoria e das reformas dos marcos legais. Pecaria, porém, ao negligenciar a injustiça social, o que poderia até mesmo agravar o quadro (SOUZA, 2008).

O “culturalismo”, por sua vez, interpreta o crime como fenômeno cultural, fazendo-se referência à perda ou deterioração de certos valores ou de certas instituições sociais. A ênfase um tanto exagerada nas transformações dos sistemas de valores e dos códigos culturais não exclui a importância desse olhar, tal como também é importante, em certa medida e em certos pontos, o olhar institucionalista. O problema é enxergar exclusivamente através dessas lentes (SOUZA, 2008).

Os “institucionalistas” e os “culturalistas” tendem a um perfil político menos ou mais conservador. Lado outro, à esquerda do espectro político ideológico se encontram os “redistributistas”. Segundo essa última visão

O aumento da criminalidade violenta é considerado não um “caso de polícia” (ou seja, determinado pelas falhas das forças responsáveis pela manutenção da ordem sócio-espacial capitalista e pela punição dos transgressores desta), nem tampouco uma “questão cultural” ou de “transformação de valores e formas de sociabilidade”, mas sim uma “questão social”, sendo ele imputado, em primeiríssimo lugar, a fatores materiais, como pobreza e privação. A solução, de um ponto de vista “redistributivista”, residiria, como o nome da corrente sugere, em uma redistribuição da renda e da riqueza socialmente produzida, devendo isso ser feito por meio de reformas estruturais ou, mesmo, na esteira de uma mudança social ainda mais profunda [...] (SOUZA, 2008, p. 181-182).

Toda a problemática, portanto, estaria na desigualdade, sendo o sistema capitalista, por si só, um fator criminógeno.

3 METODOLOGIA

A pesquisa se vale, conforme consignados linhas acima, de método aplicado, explicativo, qualitativo e bibliográfico. Deste modo, a análise busca destacar, das obras literárias e artigos sobre o tema, seus pontos fortes e as disciplinas de base. Na sequência, opera-se o desvelamento das omissões de cada movimento e o apontamento no sentido da necessidade de complementações viáveis por intermédio da costura metódica dos saberes, um movimento transdisciplinar.

4 DISCUSSÃO DE DADOS: A RELIGAÇÃO DOS SABERES

Importante ressaltar, inicialmente, que as vertentes e correntes apontadas linhas acima não esgotam a diversidade monumental de orientações e enfoques sobre o assunto. Representam, porém, uma amostragem interessante para o debate, suficiente para o inicial ensaio a respeito das causas da criminalidade e de possíveis soluções.

Nesse sentido, são elevadas as críticas que as escolas e movimentos formulam reciprocamente, apontando sempre, no outro, falhas, omissões, reducionismos, parcialismos e simplismos. Se, por um lado, as críticas são válidas e até mesmo verdadeiras, por outro, via de regra, não são, ao mesmo tempo, um olhar no espelho. Tampouco são, pois radicais, críticas que conseguem reconhecer méritos nos criticados, que certamente existem. Começemos pelas escolas de base.

A escola clássica é criticada por se concentrar unicamente no livre-arbítrio e nos efeitos dissuasórios da sanção, como mera retribuição, sem preocupação com causas exteriores, sociais ou biopsíquicas. É igualmente criticada porque não se preocupa com a etiologia do crime ou com a recuperação do criminoso. A escola positiva, em sentido oposto, é criticada por entender que o delito teria suas origens no determinismo, seja biológico ou social, inexistindo liberdade de escolha.

Quantos aos movimentos, os institucionalistas são criticados duramente pois privilegiam aspectos repressivos e punitivos e deixam de conferir importância à injustiça social. A consecução de seus objetivos, portanto, em nada alteraria uma das causas da

criminalidade, a desigualdade socioeconômica. Serviriam apenas para garantir a perpetuação de instituições sociais injustas através da perseguição de desprivilegiados. Os redistributivistas, na verdade, entendem os institucionalistas como reacionários, sob a influência da péssima imagem que possuem das instituições policiais, decorrente da violência que empregaram, inclusive, durante o Regime de 1964 (SOUZA, 2008).

Os culturalistas são duramente criticados por conferirem demasiado valor a aspectos socioculturais (crise e mudança de valores), o que poderia levar ao imobilismo, dado que a cultura é refratária à manipulação e esforços de reengenharia. Talvez sejam ainda mais criticados por comungarem, também, de ideias institucionalistas, supostamente preconceituosas. Segundo os redistributivistas, culturalistas seriam “pequenos burgueses” (SOUZA, 2008).

Os redistributivistas são criticados porque imputam a problemática unicamente à pobreza e à privação, sendo a solução, portanto, a redistribuição da renda e da riqueza. Na verdade, também seria um posicionamento demasiadamente simplista, criticam, tão superficial e ineficiente quanto os dois primeiros, que tanto abomina, pois a pobreza “não conduz simplística e linearmente, sem mediações culturais, ao aumento da criminalidade, nem mesmo no caso daqueles delitos mais facilmente vinculáveis à privação como fator condicionante” (SOUZA, 2008, p.182). Fatores institucionais e culturais também interferem decisivamente nessa dinâmica. Na Índia, por exemplo, onde a religiosidade é mais presente, em que pese mais pobre, são menores os índices de crimes ligados a tal condição de privação (SOUZA, 2008). Ademais, sua visão de mundo exigiria investimentos sociais de longo prazo, sendo certo que, até lá, os problemas prosseguiriam sem solução.

Observa-se, da análise das vertentes e correntes acima apontadas que, cada uma, alicerçada em determinadas disciplinas, oferece análises e soluções somente para aquilo que sua visão consegue alcançar, todavia, desconsidera outras variantes e é absolutamente incapaz de compreender, explicar e apontar soluções para problemas tão importantes quanto aqueles que consegue identificar.

Cada uma, entretanto, oferece a sua contribuição, em que pese as críticas postas.

A escola clássica, com sua visão humanista inspirada na revolução francesa, foi fundamental para a delimitação, fundamentação e legitimação da pena, substituindo o

sistema penal desumano do antigo regime, alicerçado em penas corporais, degradantes e muitas vezes desproporcionais.

A escola positiva, com seus estudos empíricos e indutivos, em que pese imputando à biologia (determinismo biológico - diferenças genéticas dos indivíduos tornariam uns mais propensos ao crime do que outros) e à sociedade (determinismo social - características do meio social levariam o indivíduo ao crime) as causas da criminalidade, foi igualmente relevante para a compreensão da etiologia do crime e para pensar em soluções com vistas à reabilitação do agente.

Os institucionalistas, assim como os culturalistas e redistributivistas, igualmente possuem pontos positivos de reflexão, conforme consignados linhas acima, sendo certo que conseguem, em boa medida, suprir as lacunas uns dos outros. Não há dúvida de que instituições policiais, judiciárias e penais democráticas, funcionais e livres de corrupção têm a capacidade de diminuir as taxas criminais, pois, além da atuação preventiva, tornariam os custos maiores que os benefícios diante da alta possibilidade de apuração e efetiva punição de virtuais criminosos, conforme preceitua Becker (1974). Igualmente não há dúvida de que fatores socioculturais auxiliam na atenuação do risco criminal em face dos efeitos dissuasórios de valores morais bem internalizados. A redistribuição de renda igualmente tem a sua importância na mudança das causas primeiras, estruturais e fundamentais da criminalidade ligada à privação.

Cada um desses movimentos se alicerça em conhecimentos de determinadas áreas do saber, tais como sociologia, antropologia, biologia, psicologia, economia, psiquiatria, estatística e até mesmo geografia, como em Souza (2008). Isolados, não são capazes de oferecer respostas adequadas para um fenômeno tão complexo.

Veja-se que os redistributivistas, por exemplo, não oferecem explicações ou soluções para os crimes passionais ou do colarinho branco, eis que sua leitura de mundo se resume à desigualdade, algo que fica longe de explicar os tipos relatados. No primeiro caso, o auxílio viria da psiquiatria ou da psicologia, num viés positivista. No segundo caso, a teoria econômica do crime de Becker (1974) certamente seria mais valiosa para explicar e combater os delitos praticados por agentes abastados.

Uma situação concreta descrita por Souza evidencia que nem mesmo o uso de políticas públicas redistributivistas podem prescindir de soluções trazidas por aqueles que mais desprezam, os institucionalistas. Narra o autor um episódio no qual os próprios

destinatários das políticas redistributivistas (traficantes de drogas, no caso) impedem a evolução da regularização fundiária urbana e da retomada dos espaços públicos ameaçando e matando líderes comunitários com o objetivo de impedir a perda de território e de “soldados” do tráfico (SOUZA, 2008). Os oprimidos pelo sistema se tornam opressores e, movidos por uma mentalidade do mercado capitalista, impedem a adoção de medidas que, em tese, foram pensadas exatamente para beneficiá-los. O que fazer, no curto e médio prazo, nesses casos?

Na verdade, as diferenças existentes entre as correntes “não impedem a absorção crítica de alguns elementos de cada uma delas, tomando-se, evidentemente, cuidado para não produzir uma salada incoerente” (SOUZA, 2008, p. 199). É necessário ponderar, nesse ponto, que a intelectualidade não mais pode encarar o tema segurança pública, dentro das políticas públicas, como um tabu, como um entrave à evolução social, instrumento de simples reprodução do sistema:

[...] é um equívoco ainda maior fazer do tema da segurança pública em geral uma espécie de tabu, o qual, uma vez transgredido, amaldiçoaria e macularia o transgressor (o estudioso ou pesquisador). É indiscutível que se costuma focalizar o assunto segurança pública de um ponto de vista que não questiona o status quo: “segurança pública” confunde-se, imediata ou mediata, com a segurança dos cidadãos nos marcos da ordem socioespacial vigente. No limite, qualquer questionamento dessa ordem é uma ameaça real ou potencial à “segurança pública”. A oposição política a essa ordem é um alvo de repressão (e prevenção) tão óbvio quanto a criminalidade ordinária, a “violência cega” ou “despolitizada”. Daí até mesmo os estudiosos progressistas do tema serem, na sua maioria, no máximo “reformistas”. O horizonte político-filosófico é quase sempre a sociedade existente, quando muito tomada um pouco menos injusta do ângulo da distribuição de renda. É possível (e necessário), contudo, dialetizar a questão. É possível (e necessário) preocupar-se com a segurança pública considerando que o aumento da criminalidade ordinária não interessa às forças de transformação da sociedade, por dificultar até mesmo as ações dos movimentos sociais e ensejar um frenesi legislativo, repressivo e de controle sócioespacial que acaba se voltando contra as forças de mudança. É possível (e necessário) entender melhorias de segurança pública como se baseando não no aumento das deformações e dos vieses institucionais (caráter antipopular e classista do sistema prisional, da justiça criminal, da ação policial etc.), mas sim em uma mitigação dessas deformações e desses vieses, privilegiando-se instrumentos não-convencionais (policamento comunitário, penas alternativas, mais prevenção e menos repressão etc.). E é possível (e necessário), por fim, conceber essa mitigação como sendo não necessariamente um fator de estabilização do próprio status quo (apanágio de um horizonte “reformista” estreito), mas sim como uma contribuição para que as forças de mudança ganhem fôlego e tempo, em vez de verem estas a

sua margem de manobra encolher. Esta segunda posição não é incompatível com um horizonte de transformação radical, pelo contrário (SOUZA, 2008, p. 170-171).

Ao contrário do que pode sugerir a agenda progressista, quando a intelectualidade crítica não se debruça sobre o tema, ignorando-o, não se rebela contra o sistema, na verdade, simplesmente contribui para a sua reprodução, pois um ambiente de insegurança e medo é impermeável a soluções que não se alinhem com a repressão.

Enfim, é necessário lançar um olhar crítico sobre o assunto e, dentro de uma análise global dos problemas e possíveis soluções, valendo-se de variados ramos do conhecimento humano, propor caminhos, pois “o silêncio seletivo de muitos intelectuais e pesquisadores de esquerda, atordoados pela realidade e algemados por alguns preconceitos, não é outra coisa senão deserção” (SOUZA, 2018, p. 176).

5 CONCLUSÃO

O presente trabalho objetivou analisar o fenômeno criminal sob a ótica da complexidade e da transdisciplinaridade propostas por Edgar Morin, assim como algumas das teorias que buscam explicar a criminalidade, apontando suas limitações e investigando a necessidade de um olhar global sobre o assunto.

O tema se mostrou adequado e relevante, uma vez que a criminalidade, como fenômeno humano e social, possui amplo reflexo na vida de toda a sociedade, sendo o assunto relevante para todo cidadão. Os objetivos propostos foram respondidos a partir da conjugação dos saberes, evidenciando-se o problema e buscando-se respostas de forma holística, evitando-se reducionismos e preconceitos de todas as formas.

O método utilizado, aplicado, explicativo, qualitativo e bibliográfico foi adequado, uma vez que efetuada a análise do tema cotejando-se as posições, escolas e movimentos existentes sobre o assunto criminalidade à luz da complexidade. Observou-se que, hoje, o assunto, em que pese extremamente relevante em termos de políticas públicas e interesse social, é permeado por análises extremamente parciais, reducionistas e preconceituosas, o que interdita o debate e impede a construção de caminhos para a solução do problema.

As linhas acima escritas são, obviamente, apenas um início de análise diante de um assunto tão complexo e controvertido, mostrando-se necessário um aprofundamento

em cada linha de pensamento, pois cada uma oferece interessantes soluções para uma parte estanque do problema. Uma análise global, porém, exige a conjugação de diversas áreas do conhecimento, formando um todo mais harmônico e capaz de oferecer respostas mais completas, realistas e menos ideológicas. O caminho é longo e espinhoso, sendo que a conjugação dos saberes pode ser uma inestimável bússola.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AUDY, J.L.N, MOROSINI, M.C. (org). **Inovação e Interdisciplinaridade na Universidade**. Porto Alegre: Edipucrs, 2007.
- BECKER, Gary S. Crime and Punishment: an economic approach. In: BECKER, Gary S.; LANDES, William M. (Eds.) *Essays in the Economics of Crime and Punishment*. [S.l.]: **National of Economic Research**, 1974. p. 1-54. Disponível em: <http://www.nber.org/chapters/c3625>. Acesso em: 10 out. 2022.
- DESCARTES, René. **Discurso do método**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- JESUS, Damásio E. de. **Direito penal** – 1º Volume – Parte Geral. 21.ed. São Paulo: Saraiva, 1998.
- LIMA JÚNIOR, José César Naves de. **Manual de Criminologia**. 2.ed. Salvador, Bahia: Juspodivm, 2015.
- MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. 8.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- SANTOS, Akiko. **Complexidade e transdisciplinaridade em educação: cinco princípios para resgatar o elo perdido**. *Revista Brasileira de Educação*, v. 13, n.º 37, jan/abr. 2008, p. 71-83. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/5qbJPVmkqkqbqNMj8hGTXVBN/?lang=pt>. Acesso em 05 jun. 2023.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. **Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

PERCEÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA ÁREA FISCAL E AFINS SOBRE A REFORMA TRIBUTÁRIA NO BRASIL: UMA ANÁLISE DA PROPOSTA E SUAS IMPLICAÇÕES

PERCEPTION OF PROFESSIONALS IN THE TAX AND RELATED AREA OF TAX REFORM IN BRAZIL: AN ANALYSIS OF THE PROPOSAL AND ITS IMPLICATIONS

PERCEPCIÓN DE LOS PROFESIONALES DEL ÁREA TRIBUTARIA Y AFINES DE LA REFORMA TRIBUTARIA EN BRASIL: UN ANÁLISIS DE LA PROPUESTA Y SUS IMPLICACIONES

Giulia Izidoro Colozza¹
Universidade Federal de Alfenas

Karla Luisa Costa Sabino²
Universidade Federal de Alfenas

RESUMO

A arquitetura tributária de um país é um dos pilares fundamentais que sustenta sua economia e suas políticas públicas. A proposta de reforma tributária, deliberada pela Proposta de Emenda Constitucional nº 45 de 2019, visa trazer mudanças substanciais nesse cenário. Diante disso, o objetivo do trabalho é entender a percepção dos profissionais das áreas fiscal, contábil, jurídica, administrativa ou outras correlatas, sobre a reforma tributária e suas possíveis implicações. Para isso, utilizou-se um questionário composto por 16 afirmativas para identificar a percepção dos profissionais sobre a reforma tributária. A amostra contou com 31 profissionais. Os resultados indicaram concordância em relação às afirmativas que apontam para possíveis impactos positivos da Reforma para a economia e sociedade como um todo, ao simplificar o sistema tributário atual e para os benefícios e desafios para o setor fiscal e a profissão. Além disso, foi evidenciado uma distribuição equilibrada de opiniões, revelando uma significativa incerteza quanto aos aspectos desfavoráveis da proposta de reforma tributária.

Palavras-Chave: Reforma. Contabilidade. Tributos.

ABSTRACT

A country's tax architecture is one of the fundamental pillars that support its economy and public policies. The tax reform proposal, approved by Constitutional Amendment Proposal No. 45 of 2019, aims to bring substantial changes to this scenario. Therefore, the objective of the work is to understand the perception of professionals in the tax, accounting, legal, administrative or other related areas about tax reform and its possible implications. For this, a questionnaire composed of 16 statements was used to identify the professionals' perception of tax reform. A sample includes 31 professionals. The results indicated agreement in relation to the statements that point to possible positive results of the Reform for the economy and society as a whole, by simplifying the current tax system and the benefits and challenges for the tax sector and the profession. Furthermore, a balanced distribution of opinions was evident, revealing significant uncertainty regarding the unfavorable aspects of the tax reform proposal.

Keywords: Reform. Accounting. Taxes.

¹ Bacharela em Ciência e Economia pela Universidade Federal de Alfenas.
E-mail: giulia.colozza@sou.unifal-mg.edu.br
ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-0341-1100>

² Doutora em Controladoria e Contabilidade, Mestre em Ciências Contábeis e pós-graduada em Finanças e Controladoria pela Universidade Federal de Minas Gerais. Atua como vice coordenadora do curso de Ciências Contábeis e como professora adjunta na Universidade Federal de Alfenas.
E-mail: karla.costa@unifal-mg.edu.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3037-4014>

RESUMEN

La arquitectura tributaria de un país es uno de los pilares fundamentales que sustentan su economía y sus políticas públicas. La propuesta de reforma tributaria, aprobada por el Proyecto de Reforma Constitucional No. 45 de 2019, pretende traer cambios sustanciales a este escenario. Por lo tanto, el objetivo del trabajo es comprender la percepción de los profesionales del área tributaria, contable, jurídica, administrativa u otras áreas afines sobre la reforma tributaria y sus posibles implicaciones. Para ello, se utilizó un cuestionario compuesto por 16 afirmaciones para identificar la percepción de los profesionales sobre la reforma tributaria. Una muestra incluye 31 profesionales. Los resultados indicaron coincidencia en relación a las afirmaciones que apuntan a posibles resultados positivos de la Reforma para la economía y la sociedad en su conjunto, al simplificar el sistema tributario actual y los beneficios y desafíos para el sector tributario y la profesión. Además, se evidenció una distribución equilibrada de opiniones, lo que reveló una importante incertidumbre sobre los aspectos desfavorables de la propuesta de reforma tributaria.

Palavras clave: Reforma. Contabilidad. Impuestos.

1. INTRODUÇÃO

A arquitetura tributária de um país é um dos pilares fundamentais que sustenta sua economia e suas políticas públicas. Conforme Rezende (1996), modificar o sistema tributário é uma tarefa complexa, permeada por interesses conflitantes e que não pode subestimar as consequências das alterações para a economia, os contribuintes e o governo. No Brasil, a discussão sobre a reforma tributária é de relevância inquestionável, dada a complexidade e as peculiaridades do sistema fiscal vigente. De acordo com Freitas (2021), o alto custo do sistema tributário, juntamente ao nível de complexidade, que guarda uma relação intrínseca com o alto custo, abrem brechas para o planejamento tributário e a sonegação fiscal e, além disso, o sistema apresenta diminuta eficiência econômica.

O sistema tributário brasileiro atual é caracterizado por uma alta carga tributária e uma multiplicidade de tributos (impostos, contribuições e taxas) que, muitas vezes, resultam em uma excessiva burocracia para as empresas e para sociedade. Neste contexto, a necessidade de simplificação, transparência e eficiência no sistema tributário é amplamente reconhecida pela sociedade. De acordo com Appy (2015), o sistema tributário brasileiro - embora nenhum seja perfeito - é considerado um dos piores do mundo, resultando em uma organização econômica ineficiente e de baixa produtividade, gerando distorções distributivas e beneficiando indivíduos de alta renda. Além disso, a complexidade do sistema também aumenta os custos de apuração e recolhimento de impostos.

A proposta de reforma tributária, deliberada pela Proposta de Emenda Constitucional nº 45 de 2019, visa trazer mudanças substanciais nesse cenário. Seu

objetivo principal é simplificar o sistema, transformando cinco tributos (ICMS, ISS, IPI, Pis e Cofins) em dois Impostos sobre o Valor Adicionado (IVA dual). Com isso, pretende-se garantir maior flexibilidade na gestão do orçamento e maior transparência para os contribuintes, sem prejudicar nenhuma das áreas beneficiadas pelas atuais destinações de receita destes tributos, conforme descrito na PEC 45/2019.

Conforme publicado pelo Ministério da Fazenda do Brasil (2023), a Câmara dos Deputados deu um passo importante rumo à criação de um novo e moderno sistema tributário para o Brasil. Por 375 votos a favor, 113 contra e 3 abstenções, a Proposta de Emenda à Constituição nº 45 de 2019, que dispõe sobre a Reforma Tributária, foi aprovada em segundo turno dia 07 de Julho de 2023 na casa legislativa. Após aprovação no Senado Federal em novembro de 2023, a proposta de emenda à Constituição foi aprovada em 15 de dezembro de 2023 pela Câmara dos Deputados. Cabe destacar, que o trabalho foi realizado antes da aprovação pelo Senado Federal, sendo assim, os destaques aqui apresentados, referem-se às considerações feitas pela primeira votação da Câmara dos Deputados.

Desta forma, o objetivo do trabalho é entender a percepção dos profissionais das áreas fiscal, contábil, jurídica, administrativa ou outras correlatas, sobre a reforma tributária e suas possíveis implicações.

A tributação, além de essencial para manutenção de direitos, segundo Piketty (2015), é um importante mecanismo de redistribuição de riquezas destinada à redução das desigualdades sociais. Sendo assim, é muito relevante o aperfeiçoamento do sistema tributário nacional, buscando sempre uma tributação mais justa, transparente e menos burocrática, para que o recolhimento de tributos seja mais eficiente no seu retorno para sociedade.

Dado o cenário atual, de forte expectativa da aprovação da PEC 45 de 2019, estão surgindo muitas especulações sobre os possíveis impactos dessa Reforma Tributária, tanto para as empresas, como para a sociedade, enquanto consumidores finais e, principalmente, para os profissionais da área. No entanto, essa onda de exposição de opiniões nos canais de comunicação pode conter discursos exagerados e falaciosos, levando a população a um sentimento de ansiedade e incerteza sobre o futuro, além de levantar muitas dúvidas sobre as mudanças propostas pela Reforma.

Dentro desse contexto, é relevante entender a percepção e as opiniões dos profissionais da área fiscal ou áreas correlatas sobre a proposta de reforma tributária, pois

estes profissionais, com seu conhecimento e experiência, possuem uma visão valiosa sobre as implicações práticas que a reforma pode ter, fornecendo subsídios para uma análise aprofundada sobre como essas possíveis mudanças podem impactar as atividades profissionais e o setor como um todo.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Tendo em vista as disposições tributárias importantes na Constituição Federal de 1988, a emenda constitucional é a maneira mais apropriada de se fazer alterações significativas no sistema tributário brasileiro, para garantir segurança jurídica, proteção dos direitos dos contribuintes e para evitar mudanças constantes por motivos políticos. Para Rezende (1996), modificar o sistema tributário é complexo, pois envolve interesses conflitantes e impactos na economia, contribuintes e governo.

O texto original da Proposta de Emenda à Constituição nº 45 de 2019 teve como objetivo propor uma ampla reforma do modelo brasileiro de tributação de bens e serviços, através da substituição de cinco tributos atuais por um imposto sobre bens e serviços, com características de um bom imposto sobre o valor adicionado (IVA), modelo adotado pela maioria dos países para a tributação do consumo de bens e serviços.

As mudanças sugeridas no texto constitucional têm como referência a proposta de reforma tributária desenvolvida pelo Centro de Cidadania Fiscal, instituição independente constituída para pensar melhorias do sistema tributário brasileiro com base nos princípios da simplicidade, neutralidade, equidade e transparência. O modelo proposto busca simplificar radicalmente o sistema tributário brasileiro, sem, no entanto, reduzir a autonomia dos Estados e Municípios, que manteriam o poder de gerir suas receitas através da alteração da alíquota do IBS (PEC 45/2019).

Após todas as alterações feitas no texto original, a PEC 45 de 2019 que foi aprovada pela Câmara dos Deputados traz importantes mudanças no modelo brasileiro de tributação da produção e consumo de bens e serviços. A base dessas mudanças é a substituição de cinco tributos atuais de competência das três esferas da federação: PIS, Cofins e IPI (federais), ICMS (estadual) e ISS (municipal), por dois tributos sobre o valor adicionado e um Imposto Seletivo (federal), de caráter extrafiscal, incidente sobre produtos prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, conforme documento elaborado pela Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda (SERT/MF) de agosto de 2023.

Os dois tributos sobre o valor adicionado são a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), cuja competência será compartilhada entre os Estados e os Municípios. Ambos terão a mesma legislação, o que significa que para os contribuintes, é como se houvesse apenas um tributo, com parte sendo cobrada pela União e parte pelos Estados e Municípios. Na prática, caso aprovada a Reforma, o Brasil irá adotar um modelo de imposto sobre o valor adicionado (IVA) dual, ou seja, a proposta é substituir cinco tributos que possuem uma base de incidência fragmentada e são extremamente complexos, por um IVA dual, com base de incidência ampla e regras simples e homogêneas (SERT/MF, 2023).

A PEC 45 de 2019 justifica a reforma com base em efeitos esperados da mudança proposta extremamente relevantes. Desse modo, espera-se uma notável simplificação do sistema tributário brasileiro, o que reduzirá as disputas tributárias e os custos burocráticos de arrecadação de impostos. Além disso, a reforma promete um aumento substancial na produtividade e no potencial do PIB do Brasil.

Além disso, é reforçado na PEC 45 de 2019 que a reforma da tributação sobre o consumo no Brasil é urgente devido a várias razões. O atual modelo gera problemas para o crescimento econômico, cria distorções competitivas e torna opaca a carga tributária para os cidadãos. Um primeiro problema é a fragmentação da base de incidência, o Brasil adota uma multiplicidade de impostos sobre a produção e o consumo de bens e serviços. Em segundo lugar, nenhum desses tributos possui as características adequadas ao modelo de tributação sobre o consumo mediante cobrança não cumulativa sobre o valor adicionado, como em outros países, o que acaba provocando um aumento do custo dos investimentos, a oneração desproporcional da produção nacional relativamente à de outros países, além de um enorme contencioso entre o fisco e os contribuintes.

Tem-se ainda um terceiro problema do modelo brasileiro, que resulta da cobrança predominantemente na origem do ICMS nas operações interestaduais e do ISS nas operações intermunicipais, contrariando o desenho do IVA, que é um imposto cobrado no destino. Este modelo estimulou a guerra fiscal entre estados e municípios, afetando o equilíbrio da estrutura federativa brasileira, além de gerar um viés ante exportação no sistema tributário do país. Todas essas distorções apontadas são agravadas pela profusão de alíquotas e pela expressiva quantidade de exceções, benefícios fiscais e regimes especiais que caracterizam os impostos atuais (PEC 45/2019).

Quando consideradas em conjunto, as distorções estruturais dos tributos brasileiros sobre bens e serviços e sua enorme complexidade resultam em três consequências negativas: em primeiro lugar, ensejam efeitos econômicos indesejados, além de onerar exportações e investimentos, induzem à adoção de formas de organização da produção e comercialização de bens e serviços pouco eficientes; em segundo lugar, geram enorme contencioso e custos de conformidade altíssimos para padrões mundiais, o resultado é não apenas redução da produtividade, mas também aumento da insegurança jurídica, prejudicando os investimentos; em terceiro lugar, impedem a transparência da carga tributária de tributos que são cobrados das empresas, mas pagos pelo consumidor, ou seja, ao contrário do IVA, no qual o montante de imposto pago pelo consumidor corresponde ao recolhido pelas empresas ao longo da cadeia, no Brasil a multiplicidade de alíquotas, benefícios e regimes especiais tornam impossível saber qual o montante de tributos cobrado ao longo da cadeia de produção e comercialização de qualquer bem ou serviço (PEC 45/2019).

De acordo com texto original da PEC 45/2019, os atuais tributos sobre bens e serviços são partilhados com outros entes federados e possuem uma série de destinações previstas na Constituição. A consolidação em um IVA, mantidos as atuais vinculações e critérios de partilha, poderia aumentar ainda mais a rigidez orçamentária, sendo assim, a proposta de reforma tributária do CCiF busca resolver ou mitigar essas dificuldades por meio de diversos mecanismos:

- (i) substituição dos cinco tributos atuais sobre bens e serviços por um único imposto, mas preservação da autonomia dos entes federativos através da possibilidade de fixação das alíquotas e da atuação coordenada na cobrança, fiscalização e arrecadação do imposto;
- (ii) transição para que as empresas possam se adaptar ao novo regime e não tenham seus investimentos atuais prejudicados;
- (iii) transição para que os entes federativos ajustem num horizonte de longo prazo aos efeitos da migração para um modelo de cobrança no destino; e (iv) redução da rigidez orçamentária, através da substituição das atuais vinculações e partilhas por um sistema baseado em alíquotas singulares do imposto (cuja soma corresponde à alíquota total), gerenciáveis individualmente.

A PEC 45/2019 destaca que o IBS incidirá sobre base ampla de bens, serviços e direitos, tangíveis e intangíveis, independentemente da denominação; será cobrado em todas as etapas de produção e comercialização, independentemente da forma de organização da atividade; será totalmente não-cumulativo; não onerará as exportações, já

que contará com mecanismo para devolução ágil dos créditos acumulados pelos exportadores; não onerará os investimentos, já que crédito instantâneo será assegurado ao imposto pago na aquisição de bens de capital; incidirá em qualquer operação de importação (para consumo final ou como insumo); terá caráter nacional e legislação uniforme, sendo instituído por lei complementar e tendo sua alíquota formada pela soma das alíquotas estadual e municipal; garantirá o exercício da autonomia dos entes federativos por meio de lei ordinária que altere a alíquota de competência do respectivo ente; terá alíquota uniforme para todos os bens, serviços ou direitos no território do ente federativo e nas operações interestaduais e intermunicipais pertencerá ao Estado e ao Município de destino. Cabe ressaltar que as características valem também para o CBS, que juntamente com IBS, compõe o IVA dual.

Ainda de acordo com a PEC 45/2019, esse modelo é complementado pela criação de um imposto seletivo federal, que incidirá sobre bens e serviços geradores de externalidades negativas, cujo consumo se deseja desestimular, como cigarros e bebidas alcoólicas. Sua incidência seria monofásica, sendo a tributação realizada apenas em uma etapa do processo de produção e distribuição (provavelmente na saída da fábrica) e nas importações.

No entanto, na PEC 45/2019, quando tratado o assunto de questões federativas, é colocado que uma das principais características do modelo proposto é o respeito à autonomia dos Estados e Municípios na gestão de sua receita, sem gerar a complexidade que resulta da incidência de múltiplos tributos, ou seja, para os contribuintes o IBS será um único imposto, com legislação uniforme e recolhido de forma centralizada, mas para os entes federativos será como se cada um tivesse o seu próprio imposto, na medida em que terão autonomia na fixação da alíquota.

Esta seção da PEC 45/2019 explica que:

Embora seja garantida a prerrogativa dos entes federativos de fixar sua alíquota (não a base de cálculo, que será uniforme em todo o país), ela não pode variar entre quaisquer bens, serviços ou direitos. Por exemplo, se a alíquota estadual de referência do IBS for 10%, o Estado de São Paulo poderá reduzi-la para 9% ou aumentá-la para 11%, mas alíquota fixada se aplicará a todas as operações, não sendo possível adotar uma alíquota maior ou menor somente para televisores ou automóveis.(PEC 45/2019)

Ainda sobre questões federativas, conforme a PEC 45/2019, para o contribuinte o relevante será apenas a alíquota total, não havendo diferenciação entre os entes federativos no cumprimento de obrigações principal ou acessórias, logo, o contribuinte

irá apurar os débitos e créditos do IBS e recolherá o imposto mediante procedimentos unificados e guia única, parecido com o que ocorre no Simples Nacional. Por fim, “a operacionalização da distribuição da receita entre os Estados e Municípios, proporcionalmente aos débitos e créditos atribuíveis a cada ente federativo, será regulamentada pela lei complementar” (PEC 45/2019).

No que tange a Transição para Contribuintes, a substituição dos tributos atuais pelo IVA dual será feita em dez anos, sendo os dois primeiros anos um período de teste e os oito anos seguintes o período de transição. No período de teste o IVA dual será cobrado a alíquota de 1%, sendo o aumento de arrecadação compensado pela redução das alíquotas da Cofins. Já no período de transição todas as alíquotas do ICMS, do ISS, do IPI, do PIS e da Cofins serão reduzidas em 1/8 por ano, sendo estes cinco tributos extintos no oitavo ano. Um dos objetivos do teste é o de fazer eventuais ajustes, pois se trata de um imposto novo, cuja operação precisa ser conhecida. Outro objetivo é o de conhecer o potencial de arrecadação, pois isso permite fazer a transição mantendo a carga tributária constante, sem gerar riscos de aumento da carga para os contribuintes e de perda de receita para os entes federativos (PEC 45/2019).

Ainda de acordo com a PEC 45 de 2019, na regulamentação por lei complementar, o processo de redução das alíquotas dos tributos existentes será simplificado, em vez de modificar as alíquotas na legislação, o ajuste será feito diretamente na emissão dos documentos fiscais. Durante o primeiro ano de transição, a alíquota a ser aplicada no cálculo dos tributos existentes na emissão dos documentos fiscais será 7/8 da alíquota prevista na lei, no segundo ano de transição, será 6/8, e assim por diante.

Além disso, o processo de transição do IBS terá como referência o ano de publicação do regulamento. Sendo assim, se o regulamento for publicado no primeiro semestre, a cobrança do imposto começará no ano seguinte, se for publicado no segundo semestre, a cobrança começará no segundo ano seguinte, isso garante que as empresas e o fisco terão pelo menos seis meses de preparação entre a publicação do regulamento e o início da cobrança do imposto (PEC 45/2019).

Por fim, conforme destacado na PEC 45 de 2019, o prazo de transição proposto, de dez anos, atende bem, pois é longo o suficiente para permitir um ajuste não traumático por parte das empresas que realizaram investimentos, mas é curto o suficiente para que os novos investimentos passem a ser realizados com base no novo sistema tributário.

Em suma, ainda de acordo com o texto da PEC 45 de 2019, se essa proposta for aprovada, o sistema tributário brasileiro passará por uma significativa simplificação, resultando em um ambiente de negócios melhorado e em um maior potencial de crescimento econômico no Brasil. Isso eliminará a competição fiscal entre Estados e Municípios, mantendo a autonomia fiscal. Além disso, as alterações propostas na Constituição reduzirão a rigidez orçamentária e aumentarão a transparência, tornando mais claro para os eleitores o custo do financiamento do governo, promovendo a responsabilidade política no país.

De acordo com o Tribunal de Contas da União (TCU), a reforma tributária tem como premissa manter a carga tributária brasileira em torno de 33,7% do PIB, com a maior parte destinada ao Governo Federal. No entanto, apenas 10,1% do PIB é alocado para políticas públicas federais, enquanto a Previdência Social utiliza 8% do PIB. Estados e municípios, somando suas receitas próprias e transferências federais, representam 15,5% do PIB. A tributação sobre bens e serviços corresponde a 40% da carga tributária total em 2022, com destaque para o ICMS, responsável por mais da metade. A COFINS é o tributo federal que mais arrecada, superando o ISS municipal. Dada a magnitude desses tributos, a análise dos “impactos” da proposta de unificação em um IVA dual é de grande importância para a economia.

3. METODOLOGIA

Em síntese, a pesquisa em questão é de natureza aplicada, adotando uma abordagem qualitativa. Quanto ao seu propósito, classifica-se como pesquisa descritiva, enquanto em relação aos procedimentos, configura-se como uma pesquisa de levantamento.

A natureza da pesquisa é aplicada, o que significa que objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática dirigidos à solução de problemas específicos e envolve verdades e interesses locais, segundo Prodanov e Freitas (2013). Nesse contexto, a pesquisa busca abordar questões práticas e possíveis desafios que serão enfrentados pelos profissionais da área, tendo como objetivo oferecer contribuições direcionadas para entender a opinião desses profissionais.

A abordagem metodológica adotada é qualitativa, o que significa que a pesquisa se concentra na compreensão e na interpretação das experiências e percepções dos profissionais. Segundo Prodanov e Freitas (2013), nesta abordagem a pesquisa obtém

dados diretamente do ambiente e é necessário contato direto com o contexto de estudo, envolvendo um trabalho de campo mais profundo, ou seja, questões são exploradas no ambiente natural, sem manipulação intencional, ademais, não se baseia em dados estatísticos para análise, não priorizando a quantificação ou medição de unidades.

Quanto ao seu propósito, classifica-se em uma pesquisa descritiva, pois seu objetivo principal é descrever e entender as percepções e perspectivas desses profissionais em relação à reforma proposta. Segundo Prodanov e Freitas (2013) tal pesquisa observa, registra, analisa e ordena dados, sem manipulá-los, isto é, sem interferência do pesquisador e procura descobrir a frequência com que um fato ocorre, sua natureza, suas características, causas, relações com outros fatos. Assim, para coletar tais dados, utiliza-se de técnicas específicas, dentre as quais se destacam a entrevista, o formulário, o questionário, o teste e a observação. Logo, a pesquisa descritiva busca detalhar e documentar as características, opiniões e comportamentos de um grupo específico, neste caso,

Foi utilizado um questionário com base em escala de *likert* de 5 pontos, que varia de "discordo completamente" a "concordo completamente," permitindo aos participantes expressar suas opiniões e avaliações. A coleta de dados foi realizada por meio de uma amostra intencional, um tipo de amostragem não probabilística, selecionando um subgrupo da população que, com base em informações disponíveis, possa ser considerado representativo de toda a população, conforme Prodanov e Freitas (2013).

O questionário contou com cinco perguntas de caracterização pessoal, (gênero, idade, formação acadêmica, local de atuação e tempo de experiência profissional na área) com o intuito de conhecer o perfil pessoal e profissional dos respondentes e 16 afirmativas sobre as possíveis implicações da Reforma Tributária, dispostas no Quadro 1.

Quadro 1. Descrição das Afirmativas utilizadas na pesquisa qualitativa.

Afirmativas	
Reforma Tributária - Possíveis Implicações	
1	A reforma tributária é necessária para simplificar o sistema tributário brasileiro.
2	A reforma tributária, ao reduzir a complexidade do sistema, poderá reduzir também custos administrativos de empresas.
3	A reforma tributária, caso bem executada, poderá estimular investimentos e o crescimento econômico do país.
4	A proibição de benefícios fiscais no âmbito do IBS pode contribuir para uma tributação mais justa e transparente.

5	Uma alíquota uniforme para todos os bens e serviços é uma boa ideia, pois evita as questões de classificação.
6	A tributação no destino é uma abordagem eficaz para acabar com a guerra fiscal entre Estados e Municípios, que afeta o equilíbrio da estrutura federativa.
7	Os impostos sobre o consumo devem ser mais transparentes para os cidadãos, dado que no sistema atual é impossível saber qual o montante de tributos cobrado ao longo da cadeia de produção e comercialização de qualquer bem ou serviço.
8	A reforma tributária foi suficientemente discutida antes de sua aprovação na Câmara dos Deputados e deve ser bem-sucedida, pois todos os detalhes sobre as possíveis implicações foram considerados, inclusive sobre a distribuição de renda e medidas para mitigar qualquer regressividade.
9	Ainda que o IBS (imposto sobre bens e serviços) tenha caráter nacional, ele preservará o exercício da autonomia dos entes federativos, que podem por meio de lei ordinária alterar a alíquota de competência.
10	A reforma tributária trará mudanças positivas para o dia a dia dos profissionais que atuam no setor fiscal, pois a quantidade de serviço diminuirá e as tarefas serão mais simples.
11	A reforma tributária pode criar oportunidades adicionais para profissionais de consultoria fiscal e planejamento fiscal à medida que empresas e indivíduos buscam se adaptar às novas regras.
12	A implementação da reforma tributária exigirá muitos treinamentos adicionais e adaptação por parte dos profissionais fiscais para entender e aplicar as novas regulamentações.
13	Certos setores poderão ser prejudicados pelas mudanças na tributação, o que poderá resultar em perda de empregos e desaceleração econômica.
14	A reforma tributária poderá resultar em um aumento da carga de impostos para os cidadãos, empresas ou setores específicos.
15	As mudanças na tributação poderão levar ao aumento dos preços de bens e serviços, afetando o custo de vida das pessoas.
16	A reforma tributária poderá agravar a desigualdade econômica, prejudicando os mais vulneráveis.

Fonte: Elaborado pelas autoras.

A amostra contou com 31 profissionais. A análise foi realizada por meio de estatística descritiva das respostas da escala *likert* obtidas com o questionário. Por meio da categorização e análise detalhada das respostas, foi possível obter uma compreensão das percepções desses profissionais em relação à Reforma Tributária em discussão. Isso contribuirá para uma análise dos dados coletados, fornecendo insights sobre as perspectivas daqueles que trabalham na área em questão.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Análise Descritiva Da Amostra

A partir da investigação da caracterização pessoal, que permitiu uma análise detalhada das características da amostra de participantes que responderam ao

questionário, destaca-se uma significativa predominância, de 64,52%, de participantes do sexo masculino, conforme explicitado na tabela 1.

Tabela 1. Distribuição do Gênero

Gênero	Quantidade	%
Masculino	20	64,52%
Feminino	11	35,48%

Fonte: Dados da pesquisa.

Já no quesito da idade, observa-se uma boa distribuição entre as diferentes faixas etárias, com um ligeiro predomínio de pessoas na faixa de até 30 anos, totalizando 36,67% da amostra, conforme mostrado na tabela 2. Essa diversificação etária oferece maior representação, permitindo análise da percepção sobre as diferentes perspectivas e experiências dos participantes ao longo das diversas fases da vida.

Tabela 2. Distribuição da Idade

Faixa de idade	Quantidade	%
Até 30 anos	11	36,67%
De 31 a 40 anos	6	20,00%
De 41 a 50 anos	8	26,67%
Mais de 50 anos	5	16,67%

Fonte: Dados da pesquisa.

Quanto ao tempo de experiência profissional, é possível observar uma maioria significativa, de 54,84% dos participantes, que relataram possuir mais de 10 anos de experiência, como apresentado na tabela 3. A quantidade expressiva de profissionais experientes na amostra pode influenciar de maneira substancial e positiva as percepções extraídas da pesquisa.

Tabela 3. Tempo de Experiência.

Tempo de Experiência	Quantidade	%
Entre 0 a 5 anos	9	29,03%
Entre 6 a 10 anos	5	16,13%
Mais de 10 anos	17	54,84%

Fonte: Dados da pesquisa.

Quanto à formação acadêmica dos respondentes, verifica-se que 64,52% das pessoas, a grande maioria da amostra, possuem graduação em Ciências Contábeis, conforme Tabela 4. Essa constatação alinha-se às expectativas, considerando que a

pesquisa visava abranger profissionais diretamente ligados à área fiscal. Sendo assim, essa predominância reforça a representatividade específica da amostra intencional.

Tabela 4. Distribuição dos cursos de graduação.

Formação Acadêmica	Quantidade	%
Ciências Contábeis	20	64,52%
Administração	3	9,68%
Direito	2	6,45%
Economia	2	6,45%
Outros	4	12,90%

Fonte: Dados da pesquisa.

Por fim, com relação ao local de atuação, observa-se que a maior parte dos indivíduos exerce suas atividades em empresas, seguido por escritórios de contabilidade e setor público, com ênfase em cargos ligados a prefeituras. Em proporções inferiores, encontram-se profissionais atuantes em consultoria, auditoria e no âmbito educacional, conforme Tabela 5. Sendo assim, a amostra mostrou uma variedade de contextos profissionais, trazendo também diversidade para pesquisa.

Tabela 5. Local de atuação profissional.

Local de Atuação	Quantidade	%
Escritório de Contabilidade	6	19,35%
Empresas	13	41,94%
Consultoria ou Auditoria	4	12,90%
Educação	3	9,68%
Setor Público	5	16,13%

Fonte: Dados da pesquisa.

Em síntese, a análise da caracterização pessoal da amostra destaca a predominância do gênero masculino, de formação acadêmica em Ciências Contábeis e a presença equilibrada entre as faixas etárias. Quanto à experiência profissional, a maior parte dos participantes possui mais de 10 anos de atuação e, no cenário profissional, a amostra é composta principalmente por profissionais que atuam em empresas. Portanto, esta seção do questionário permitiu entender o perfil dos respondentes, sendo assim, a amostra revelou-se uma composição diversificada e representativa dos profissionais da área fiscal e afins.

4.2 Análise das Afirmativas

Nesta etapa do questionário, os participantes expressaram as suas percepções em relação às 16 afirmativas sobre as possíveis implicações da Reforma Tributária, fundamentada pela Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 45 de 2019. Considerando a representatividade adequada da amostra intencional, conforme previamente abordado, os resultados das trinta e uma respostas serão analisados nesta seção, conforme apresentado na Tabela 6.

Tabela 6. Distribuição das respostas das afirmativas.

Afirmativas	Discordo Totalmente				Concordo Totalmente
	1	2	3	4	5
1. A reforma tributária é necessária para simplificar o sistema tributário brasileiro.	0,00%	6,45%	9,68%	29,03%	54,84%
2. A reforma tributária, ao reduzir a complexidade do sistema, poderá reduzir também custos administrativos de empresas.	0,00%	3,23%	22,58%	35,48%	38,71%
3. A reforma tributária, caso bem executada, poderá estimular investimentos e o crescimento econômico do país.	0,00%	0,00%	12,90%	54,84%	32,26%
4. A proibição de benefícios fiscais no âmbito do IBS pode contribuir para uma tributação mais justa e transparente.	0,00%	16,13%	29,03%	41,94%	12,90%
5. Uma alíquota uniforme para todos os bens e serviços é uma boa ideia, pois evita as questões de classificação.	3,23%	29,03%	16,13%	35,48%	16,13%
6. A tributação no destino é uma abordagem eficaz para acabar com a guerra fiscal entre Estados e Municípios, que afeta o equilíbrio da estrutura federativa.	0,00%	6,45%	29,03%	35,48%	29,03%
7. Os impostos sobre o consumo devem ser mais transparentes para os cidadãos, dado que no sistema atual é impossível saber qual o montante de tributos cobrado ao longo da cadeia de produção e comercialização de qualquer bem ou serviço.	0,00%	0,00%	12,90%	22,58%	64,52%
8. A reforma tributária foi suficientemente discutida antes de sua aprovação na Câmara dos Deputados e deve ser bem-sucedida, pois todos os detalhes sobre as possíveis implicações foram considerados, inclusive sobre a	19,35%	35,48%	35,48%	6,45%	3,23%

distribuição de renda e medidas para mitigar qualquer regressividade.					
9. Ainda que o IBS (imposto sobre bens e serviços) tenha caráter nacional, ele preservará o exercício da autonomia dos entes federativos, que podem por meio de lei ordinária alterar a alíquota de competência.	0,00%	9,68%	58,06%	29,03%	3,23%
10. A reforma tributária trará mudanças positivas para o dia a dia dos profissionais que atuam no setor fiscal, pois a quantidade de serviço diminuirá e as tarefas serão mais simples.	0,00%	25,81%	25,81%	35,48%	12,90%
11. A reforma tributária pode criar oportunidades adicionais para profissionais de consultoria fiscal e planejamento fiscal à medida que empresas e indivíduos buscam se adaptar às novas regras.	3,23%	0,00%	19,35%	54,84%	22,58%
12. A implementação da reforma tributária exigirá muitos treinamentos adicionais e adaptação por parte dos profissionais fiscais para entender e aplicar as novas regulamentações.	0,00%	3,23%	25,81%	29,03%	41,94%
13. Certos setores poderão ser prejudicados pelas mudanças na tributação, o que poderá resultar em perda de empregos e desaceleração econômica.	3,23%	32,26%	35,48%	29,03%	0,00%
14. A reforma tributária poderá resultar em um aumento da carga de impostos para os cidadãos, empresas ou setores específicos.	6,45%	12,90%	38,71%	35,48%	6,45%
15. As mudanças na tributação poderão levar ao aumento dos preços de bens e serviços, afetando o custo de vida das pessoas.	3,23%	29,03%	32,26%	32,26%	3,23%
16. A reforma tributária poderá agravar a desigualdade econômica, prejudicando os mais vulneráveis.	3,23%	41,94%	38,71%	9,68%	6,45%

Fonte: Dados da pesquisa.

Inicialmente, foram examinadas as potenciais repercussões positivas da Reforma Tributária com o intuito de avaliar a percepção dos profissionais quanto à necessidade e ao aspecto favorável dessa mudança. Notavelmente, a maioria dos participantes concordam que a reforma tributária é essencial para simplificar o sistema tributário brasileiro, evidenciando uma expressiva concordância dentro da amostra.

Além disso, a maioria dos respondentes concordam que a reforma tributária, ao reduzir a complexidade do sistema, poderá reduzir também custos administrativos de

empresas. Essa quantidade expressiva de concordância pode se dar ao fato de que unificando impostos e simplificando regras, a reforma visa economizar tempo e recursos para as empresas, o que teoricamente permitirá uma administração tributária mais eficiente e reduzirá o risco de penalidades.

Em relação à afirmativa que aborda a perspectiva de que a Reforma Tributária, caso bem executada, poderá estimular investimentos e o crescimento econômico do país, destaca-se que uma expressiva maioria dos participantes concorda com essa visão e os 12,9% restantes se posicionaram de forma neutra, indicando que nenhum profissional discorda da possível conexão entre a reforma tributária bem implementada e o estímulo aos investimentos e ao crescimento econômico.

Cerca de metade dos profissionais concordam que a proibição de benefícios fiscais no âmbito do IBS pode contribuir para uma tributação mais justa e transparente. Essa concordância considerável, representando um pouco mais da metade da amostra, pode ser atribuída aos inúmeros problemas decorrentes da falta de clareza na tributação de determinados produtos ou serviços, visto que existem variações devido ao leque muito amplo de benefícios concedidos pelos diferentes entes federativos, dificultando reconhecer a carga tributária envolvida.

Praticamente metade dos participantes, concorda que uma alíquota uniforme para todos os bens e serviços é uma boa ideia, pois evita as questões de classificação. O Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) é frequentemente palco de desafios, com empresas alterando sua classificação para se enquadrarem em categorias que ofereçam uma carga tributária menor. A proposta de uma alíquota única surge como uma potencial solução para essa prática. Apesar disso, parte dos respondentes discordam dessa ideia, talvez devido ao receio de mudanças significativas em nosso sistema, que podem ser percebidas como muito impactantes, como é o caso da alíquota única para todos bens e serviços.

Por fim, a maioria dos profissionais concordam que a tributação no destino é uma abordagem eficaz para acabar com a guerra fiscal entre Estados e Municípios, que afeta o equilíbrio da estrutura federativa. Essa concordância expressiva também é compreensível diante da atual intensa disputa fiscal entre os entes federativos, em que a tributação é frequentemente utilizada como estratégia para atrair empresas.

Pode-se inferir, sobre essa primeira seção de afirmativas, um notável grau de concordância entre os participantes. Ainda vale destacar que apenas uma resposta indicou

discordância total, corroborando para o entendimento de que grande parte dos profissionais percebem a reforma tributária como necessária e que, no geral, poderá resultar em implicações positivas.

A sétima afirmativa tinha como objetivo entender a opinião dos profissionais sobre o sistema tributário atual, que reforça a necessidade de uma reforma tributária. Neste contexto, grande parte dos respondentes concordam que os impostos sobre o consumo devem ser mais transparentes para os cidadãos, dado que no sistema atual é impossível saber qual o montante de tributos cobrado ao longo da cadeia de produção e comercialização de qualquer bem ou serviço. Os 12,9% restantes permaneceram neutros, não havendo discordância quanto a isso. Sendo assim, é nítida a insatisfação com nosso sistema tributário atual e urgência de uma reforma tributária que traga mais transparência.

No entanto, a oitava afirmativa teve o propósito de sondar a percepção dos profissionais sobre a discussão anterior à aprovação da Câmara dos Deputados. Dessa forma, 19,35% discordam totalmente que a reforma tributária foi suficientemente discutida antes de sua aprovação na Câmara dos Deputados e deve ser bem-sucedida, pois todos os detalhes sobre as possíveis implicações foram considerados, inclusive sobre a distribuição de renda e medidas para mitigar qualquer regressividade. Portanto, é evidente que a proposta da PEC 45 de 2019 poderia ter sido examinada mais detalhadamente, possivelmente sendo aprovada pelos deputados com algumas lacunas ou falhas.

Outro ponto muito polêmico da Reforma Tributária em votação é a autonomia dos entes federativos, visto que muitos Estados e Municípios estão com receio de perder sua “independência” no que tange a suas receitas, uma vez que atualmente eles possuem legislação própria sobre os tributos de sua competência. Neste contexto, cerca de metade dos profissionais consideram-se neutros de que ainda que o IBS (imposto sobre bens e serviços) tenha caráter nacional, ele preservará o exercício da autonomia dos entes federativos, que podem por meio de lei ordinária, alterar a alíquota de competência. Essa neutralidade substancial na nona afirmativa pode indicar muita incerteza entre os profissionais sobre a autonomia dos entes federativos, pois ter a competência de alterar a alíquota pode não parecer suficiente.

As seguintes afirmativas tiveram intuito de entender os possíveis impactos para a profissão, ou seja, as implicações das mudanças no departamento fiscal das empresas e escritórios de contabilidade ou consultoria para os profissionais. Neste sentido aproximadamente metade dos participantes concordam que a reforma tributária trará

mudanças positivas para o dia a dia dos profissionais que atuam no setor fiscal, pois a quantidade de serviço diminuirá e as tarefas serão mais simples. Destaca-se que a maioria dos respondentes concordam que a reforma tributária pode criar oportunidades adicionais para profissionais de consultoria fiscal e planejamento fiscal à medida que empresas e indivíduos buscam se adaptar às novas regras.

No entanto, 41,94% concordam totalmente que a implementação da reforma tributária exigirá muitos treinamentos adicionais e adaptação por parte dos profissionais fiscais para entender e aplicar as novas regulamentações. Portanto, pode-se concluir que a maioria dos profissionais entende que a reforma tributária pode trazer muitas mudanças positivas e benéficas para a profissão, mas que representará, inicialmente, um grande desafio.

Por fim, diante das incertezas inerentes ao processo de mudança da potencial reforma tributária, as últimas questões visam compreender a opinião dos profissionais acerca de eventuais implicações negativas. Nesta conjuntura, observa-se uma distribuição equilibrada entre os participantes, com uma divisão proporcional entre aqueles que discordam, os neutros e os que concordam. Além disso, vale destacar que a neutralidade nessa seção ultrapassou 30% nas quatro afirmativas, sendo um número expressivo de profissionais que não conseguem opinar sobre as possíveis repercussões negativas da reforma.

Dessa forma, mais de 30% dos profissionais discordam que certos setores poderão ser prejudicados pelas mudanças na tributação, o que poderá resultar em perda de empregos e desaceleração econômica, enquanto 35,48% são neutros e o restante concorda com a afirmativa. Esse cenário reflete uma considerável incerteza entre os profissionais acerca do potencial impacto negativo que a reforma poderá ou não exercer sobre setores específicos da economia.

Além disso, 41,94% dos respondentes concordam que a reforma tributária poderá resultar em um aumento da carga de impostos para os cidadãos, empresas ou setores específicos, ao mesmo tempo em que 38,71% são neutros e 19,35% discordam. Neste caso, pode-se dizer que pela concordância da maioria dos profissionais, pode-se considerar o aumento da carga tributária um possível impacto futuro, mas ainda houve muita neutralidade e discordância, reforçando certa incerteza sobre o assunto.

Do mesmo modo, porém com ainda mais igualdade nas proporções dos participantes que concordam que as mudanças na tributação poderão levar ao aumento

dos preços de bens e serviços, afetando o custo de vida das pessoas, ao passo que 32,26% são neutros e 32,26% discordam. Isso significa que o nível de dubiedade dos profissionais salienta a indeterminação deste quesito de aumento de preços.

Por último, nota-se que a maioria dos profissionais discorda que a reforma tributária poderá agravar a desigualdade econômica, prejudicando os mais vulneráveis, enquanto 38,71% são neutros. É compreensível e consistente que a maioria manifeste discordância, uma vez que a tributação desempenha um papel crucial na redistribuição de renda, e a reforma não deve contrariar essa atribuição.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dado o objetivo inicial do trabalho de entender a percepção dos profissionais da área fiscal, contábil, jurídica, administrativa ou outras áreas correlatas sobre a reforma tributária e suas possíveis implicações, é evidente que a pesquisa atingiu seu propósito, visto que foi possível através da análise de respostas do questionário de amostra intencional com base em escala likert, captar as perspectivas dos profissionais que atuam na área, analisando o percentual de concordância, discordância ou neutralidade para cada afirmativa.

Diante do exposto, é possível concluir que a proposta de reforma tributária em votação provoca um cenário de muitas dúvidas e preocupações. Contudo, é notável um nível considerável de concordância em relação às afirmações que apontam para possíveis impactos positivos da Reforma para a economia e sociedade como um todo, ao simplificar o sistema tributário atual e para os benefícios e desafios para o setor fiscal e a profissão, com uma quase ausência de respostas indicando discordância total. Por outro lado, no que concerne às possíveis repercussões negativas para as empresas e sociedade, observa-se uma distribuição equilibrada de opiniões, revelando uma significativa incerteza quanto aos aspectos desfavoráveis da proposta.

A pesquisa apresentou limitações no que diz respeito à amostra do questionário, restringindo-se a profissionais da área e a quantidade reduzida de respostas. Além disso, a abrangência foi condicionada pela natureza emergente do tema, uma vez que a proposta final foi aprovada após a aplicação do questionário. Adicionalmente, a disponibilidade limitada de material sobre o assunto também influenciou as possibilidades de investigação.

Sendo assim, seria muito interessante, em futuras pesquisas, ampliar a amostra para incluir profissionais de outras esferas, como gestores de empresas, que, ao considerarem a estratégia e a sobrevivência da empresa no mercado, podem oferecer perspectivas diferenciadas, uma vez que a tributação pode exercer impactos significativos. Além disso, buscar um maior número de participantes seria crucial para aprimorar ainda mais a abrangência e a profundidade da pesquisa.

Adicionalmente, seria relevante replicar o questionário após a aprovação integral da versão final da PEC nº45 de 2019, quando a reforma tributária se tornar uma realidade consolidada. Isso permitirá uma análise mais abrangente e atualizada das percepções, considerando as mudanças efetivas no cenário tributário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AFONSO, J. Federalismo Fiscal Brasileiro: uma visão atualizada. **Caderno Virtual**, 2016.
- ALVES, J. **Os impostos indiretos, as contribuições sociais e a tomada de decisão em uma organização**. Trabalho de Conclusão de Curso (Administração de Empresas), Universidade Federal do Ceará, 2004.
- ARAÚJO, D.; ULTRAMARI, J.; SANTOS, J. **Tributação do IRPJ/CSLL: Lucro Real, Lucro Presumido e Lucro Arbitrado**. Trabalho de Conclusão de Curso (Ciências Contábeis), UNIVEM. Marília, 2010.
- APPY, B. Por que o sistema tributário brasileiro precisa ser reformado. **Interesse Nacional**, v. 8, n. 31. 2015.
- BAZZI, S. **Gestão tributária**. Editora Pearson. 2016.
- BRASIL. **Congresso Nacional**. Câmara dos Deputados. Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2196833>. Acesso em: 30 nov 2023.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 30 nov 2023.
- BRASIL. **Senado Federal**. Código Tributário Nacional. 2012. Disponível em: Acesso em: 30 nov 2023.
- BRASIL. Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda (SERT/MF). Alíquota-padrão da tributação do consumo de bens e serviços no âmbito da Reforma Tributária. **Ministério da Fazenda**; 2023. Disponível em: https://www.gov.br/fazenda/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/reforma-tributaria/estudos/8-8-23-nt-mf_-sert-aliquota-padrao-da-tributacao-do-consumo-de-bens-e-servicos-no-ambito-da-reforma-tributaria-1.pdf. Acesso em: 30 nov 2023.
- FERNANDES, J.; MACIEL, L.; SOSSAI, Henrique M. **O Microempreendedor Individual (MEI): vantagens e desvantagens do novo sistema**. Belo Horizonte, 2010.
- FREITAS, M. **Impostos indiretos e suas consequências para a população de baixa renda**. Trabalho de Conclusão de Curso (Direito). PUC Goiás. 2021.
- LOPES, C. *et al.* Planejamento tributário: estudo de caso sobre lucro presumido e lucro

real. **Revista Linceu Online**, 2017.

PADOVEZE, C. *et al.* **Contabilidade e gestão tributária: teoria, prática e ensino**. São Paulo: Cengage, 2017.

PIKETTY, T. **A Economia da Desigualdade**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015.

PRODANOV, C; FREITAS, E. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico** - 2ª Edição. Editora Feevale, 2013.

REZENDE, F. O processo da reforma tributária. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. Brasília, 1996.

SIMÕES, L. O Pacto Federativo e Competências Tributárias Como Instrumento Balizador de Receita na Constituição Federal De 1988. COLEÇÃO DIREITO E PAZ RESUMOS EXPANDIDOS VOL II. **Instituto Memória**, 2017.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU). **Resultados do Grupo de Trabalho sobre a REFORMA TRIBUTÁRIA**. 2023. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2023/09/28/relatorio-grupodetrabalho-reformatributaria_web-_1_.pdf. Acesso em: 30 nov 2023.

PROTÓTIPO DE UM APLICATIVO DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA POR MEIO DE *DESIGN THINKING*

*PROTOTYPE OF A FINANCIAL EDUCATION APPLICATION THROUGH DESIGN
THINKING*

*PROTOTIPO DE APLICACIÓN DE EDUCACIÓN FINANCIERA A TRAVÉS DEL
DESIGN THINKING*

Ana Caroline Cabral Ribeiro¹
Centro Universitário do Sul de Minas

Fernando Batista Pereira³
Universidade Federal de Alfenas

Mayara Palmutti Oliveira²
Centro Universitário do Sul de Minas

Pollyanna Miranda de Abreu⁴
Centro Universitário do Sul de Minas

RESUMO

Este artigo propõe a criação de um protótipo de *software* de educação financeira, para celular, que ajude o usuário a entender como nossa mente funciona e como grande parte das decisões financeiras são influenciadas por vieses comportamentais. O objetivo é entregar um protótipo de aplicativo de educação financeira que criará testes (quiz) para medir o conhecimento do usuário sobre o assunto e conduzi-lo pelo conceito de vieses comportamentais. Para tanto, além do protótipo do aplicativo, foi criado um banco de questões inspiradas na teoria institucionalista da educação financeira. Espera-se que o software seja um convite ao usuário a parar, refletir e reconhecer que suas decisões são influenciadas por fatores que muitas vezes não é capaz de perceber. Adicionalmente, espera-se que, ao internalizar a existência dos vieses comportamentais, perceba-se que por mais letrado financeiramente que o indivíduo possa ser, ele está sujeito às “armadilhas” que podem levá-lo a tomar más decisões.

Palavras-Chave: Educação Financeira. *Software* educativo. *Design thinking*.

ABSTRACT

This paper proposes the creation of a prototype of financial education software for cell phones that helps the user understand how our minds work and how a large part of financial decisions are influenced by behavioral biases. The objective is to deliver a prototype of a financial education application that will create tests (quiz) to measure the user's knowledge on the subject and guide them through the concept of behavioral biases. To this end, in addition to the application prototype, a bank of questions inspired by the institutionalist theory of financial education was

¹ Bacharela em Ciências da Computação no UNIS Varginha (MG) em 2022 e Bacharela em Administração na Faculdade de Administração de Curvelo em 2007, além de ser Desenvolvedora de Software na Philips Medical Systems.

E-mail: caroline.cabral.ribeiro@gmail.com.
ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-5702-0303>.

²Possui graduação em Ciência da Computação pelo Centro Universitário do Sul de Minas (2022).

E-mail: mayarapalmuttiooliveira@hotmail.com.
ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-3774-6395>.

³Doutor em Economia pelo CEDEPLAR/UFMG (2015, bolsa da Fapemig), com doutorado sanduíche realizado na Leeds University Business School. Professor na Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), campus Varginha.

E-mail: fernando.pereira@unifal-mg.edu.br.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5726-829X>.

⁴ Mestra em Ciência da Computação pela Universidade Federal de Minas Gerais (2011). É professora de Ciências da Computação do Centro Universitário do Sul de Minas.

E-mail: pollyanna.m.abreu@gmail.com.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5726-829X>.

created. The software is expected to be an invitation to the user to stop, reflect and recognize that their decisions are influenced by factors that they are often unable to perceive. Additionally, it is expected that, by internalizing the existence of behavioral biases, one will realize that no matter how financially literate an individual may be, they are subject to “traps” that can lead them to make bad decisions.

Keywords: Financial Education. Educational software. Design thinking.

RESUMEN

Este artículo propone la creación de un prototipo de software de educación financiera para celulares que ayude al usuario a comprender cómo funciona nuestra mente y cómo gran parte de las decisiones financieras están influenciadas por sesgos de comportamiento. El objetivo es entregar un prototipo de aplicación de educación financiera que creará pruebas (quiz) para medir el conocimiento del usuario sobre el tema y guiarlo a través del concepto de sesgos de comportamiento. Para ello, además del prototipo de la aplicación, se creó un banco de preguntas inspiradas en la teoría institucionalista de la educación financiera. Se espera que el software sea una invitación al usuario a detenerse, reflexionar y reconocer que sus decisiones están influenciadas por factores que muchas veces no logra percibir. Además, se espera que, al internalizar la existencia de sesgos de comportamiento, uno se dé cuenta de que no importa cuán alfabetizado financieramente pueda ser un individuo, está sujeto a “trampas” que pueden llevarlo a tomar malas decisiones.

Palavras clave: Educación financiera. *Software* educativo. *Design thinking*.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo aborda métodos de *design thinking* para a criação de um protótipo de aplicativo sobre os vieses comportamentais aplicados à educação financeira, mostrando como tais vieses influenciam as tomadas de decisões pessoais.

Tal abordagem se faz necessária pois a maioria dos aplicativos de educação financeira existentes se propõe a mostrar como realizar cálculos e operações financeiras, focando exclusivamente no indivíduo em um cenário abstrato. A proposta do presente aplicativo é mostrar como decisões dos indivíduos podem ser afetadas por fatores externos e vieses cognitivos, que são, largamente, explorados pela indústria em geral, particularmente pelo mercado financeiro – de forma não necessariamente harmônica com os interesses das pessoas.

É importante ressaltar também a contribuição deste trabalho para a sociedade, em termos educacionais: os usuários poderão perceber como as emoções (medos, ansiedades e desejos inconscientes) dominam a maneira de lidar com as finanças e guiam hábitos e decisões de consumo (às vezes desastrosos). Eventualmente, o usuário poderá usar essas informações para conter tais instintos e fazer melhores escolhas financeiras e gastar com inteligência.

O artigo se divide em quatro seções, além desta introdução. A seção dois introduz os temas de uso de software educativo, a situação atual do letramento financeiro no Brasil,

e a apresentação da teoria institucionalista da educação financeira, passando pelos princípios comportamentais e pela metodologia de *design thinking*. A seção três contém a descrição da metodologia adotada neste trabalho. A seção quatro detalha como o trabalho foi realizado e os resultados dele decorrentes: *layout* do protótipo e banco de dados de questões a serem aplicadas ao usuário. Por fim, a última seção traz as considerações finais relativas ao trabalho.

2 EDUCAÇÃO FINANCEIRA E OS *SOFTWARES* EDUCATIVOS

Segundo estimativa feita pela Fundação Getúlio Vargas (Meirelles, 2023), o Brasil, em 2023, tem um total de 464 milhões de dispositivos digitais, ativo e em uso nas empresas – sendo 51% de smartphones e 49% de computadores -, o que corresponde a um número de aproximadamente 2,3 dispositivos por habitantes. A comunicação móvel está transformando as atividades econômicas e os meios de comunicação. O preço acessível e a mobilidade que os aparelhos, combinado com a redução do preço da internet móvel, está facilitando a aquisição dessa tecnologia.

Esse cenário é propício para desenvolvimento de uso de softwares educativos. Um software educativo é um sistema computacional, criado para facilitar a aprendizagem de conceitos característicos de alguma área de ensino (Gomes; Padovani, 2005). A gamificação é uma das técnicas que vem sendo utilizada em softwares educativos para apoiar a aprendizagem, resolver problemas ou elucidar para o público reflexões acerca de tomada de decisões (Viana *et al.*, 2013).

2.1 Panorama do letramento financeiro no Brasil

O sistema financeiro quase dobrou sua participação no Produto Interno Bruto (PIB) desde 1980. Isso ocorreu por meio de um processo denominado de financeirização. Nesse processo, o circuito financeiro passou a ter maior participação na acumulação de capital que outros setores, o que causou uma dependência/participação cada vez maior dos circuitos produtivo e comercial em relação às finanças para realizar seus negócios, promover lucro e acumulação de riqueza (Pereira, 2015; Silber, 2010).

Da mesma forma, as famílias também foram afetadas pela financeirização, com a ampliação e diversificação de produtos e serviços financeiros oferecidos pelos bancos e instituições. O processo de ampliação só foi possível por conta de avanços tecnológicos:

banco de dados elaborados e aumento da disponibilidade de informações pessoais dos clientes. Assim, os bancos, por exemplo, puderam realizar análises de risco de forma mais ágil e eficiente, ampliando, portanto, a carteira de clientes, sem necessidade de análise individualizada, antes realizadas por gerentes de conta. Há de se esclarecer que o tratamento personalizado não foi extinto, entretanto passou a ser mais direcionado para os clientes de maior poder aquisitivo - os denominados VIP (*Very Important Person*) (Pereira, 2015).

A diversificação diz respeito aos inúmeros produtos financeiros criados pelas instituições, seja crédito, poupança, seguros ou previdência privada. Assim, (a) diversas formas de meios de pagamento, inclusive o PIX; (b) os créditos podem ser de curto, médio e longo prazo e créditos pré-aprovados (cheque especial e cartão de crédito); (c) inúmeras opções de poupança vinculadas a diversas variáveis macroeconômicas (ações, juros, câmbio, inflação e *commodities*), (d) seguros surgiram representando uma nova forma de proteção social, patrimonial e financeira e, por fim, (e) os serviços complementares de previdência.

Nesse sentido, as pessoas estão cada vez mais dependentes da bancarização para exercerem a vida em sociedade. Nos anos 1990, no Brasil, era comum empresas pagarem seus funcionários em dinheiro, transportando porta-malas abarrotados de notas em carros-fortes. Antes da popularização das máquinas de autoatendimento, as pessoas costumavam sacar toda sua renda para realizarem pagamentos mensais. Por último, não é novidade que os grandes varejistas estejam há décadas se apropriando dos serviços financeiros do seu negócio (ex. cartão de crédito próprio da loja), seja para reduzir custos, seja para acumular capital sobre os juros cobrados no financiamento do produto (EY, 2020).

Portanto, a pergunta que surge é: essas pessoas, especialmente as historicamente excluídas financeiramente da sociedade, estão preparadas para lidar com a complexidade do sistema financeiro?

Uma pesquisa realizada por Klapper *et al.* (2015) em mais de 140 países mostrou que só 33% dos adultos no mundo são letradas financeiramente. Para ser assim considerado, o entrevistado devia responder corretamente pelo menos três dos quatro conceitos financeiros básicos: diversificação de risco, inflação, aritmética e juros compostos. O Brasil ficou na 74ª posição. A pesquisa revela também que mulheres (29%) são menos letradas financeiramente que homens (42%).

Por fim, ela traz a informação relevante de que o conhecimento dos conceitos e dos riscos financeiros não está acompanhando o aumento da inclusão/ampliação dos usuários bancários, ou seja, o processo de bancarização está mais avançado que o conhecimento dos usuários. Os cartões de crédito, por exemplo, estão cada vez mais populares, mas muitos usuários não entendem totalmente a velocidade com que os juros compostos podem inflar os valores da dívida do cartão de crédito. Por exemplo, no Brasil, 32% dos adultos têm um cartão de crédito, e desse só 4 a cada 10 são letrados financeiramente e apenas metade dos entrevistados respondeu corretamente à questão sobre juros compostos (Klapper *et al.*, 2015).

Dito isso, temos um cenário, em que, de um lado, formado por uma população altamente dependente do sistema financeiro, com pouco conhecimento sobre ele, e sujeita a ação de vieses. Do outro lado temos grandes corporações de mercado que realizam investimentos pesados em marketing e publicidade, influenciando decisões de consumo e gerando uma grande assimetria. Para se ter uma ideia, o governo norte-americano estima que os gastos com marketing financeiro são 25 vezes superiores aos gastos com educação financeira naquele país (Consumer Financial Protection Bureau, 2013).

Assim, tão importante quanto educar a população financeiramente, é estender como se dá a relação entre oferta e demanda financeira. Isto é, não simplesmente habilitar os usuários de produtos e serviços financeiros, mas garantir um sistema financeiro regulamentado suficientemente para permitir seu bom uso (Pereira, 2015).

2.2 Como vieses comportamentais influenciam decisões pessoais

Em 2021, foi publicada uma matéria no site Uol que tratava sobre uma grande quantia perdida por artistas famosos num golpe financeiro e terminava com a seguinte conclusão: “Tudo o que você precisa para você se blindar contra isso são conhecimentos básicos de educação financeira e matemática, (...). Conhecimento que pode ser adquirido gratuitamente e que pode evitar perdas milionárias” (Mosmann, 2021).

Ao contrário do que a autora dessa matéria conclui, possuir um arcabouço de informações/conhecimento financeiro e matemático é necessário, mas não é suficiente para garantir sempre a melhor decisão, e tampouco blindar o indivíduo contra estelionatários e golpes. No caso citado, alguns famosos foram vítimas de estelionato, mas para além das fraudes cometidas por terceiros, nossas emoções e instintos

influenciam na maneira de lidar com dinheiro e muitas vezes são responsáveis por decisões desastrosas, ainda que o indivíduo possua conhecimento e informações sobre o assunto (Ariely; Kreisler, 2019).

Kahneman (2012) usa a teoria dos sistemas para explicar as formas que o cérebro humano age: o sistema 1 – rápido, intuitivo e barato (energeticamente falando) e sistema 2 – devagar e que depende de muita energia e concentração. O sistema 1 é usado todas as vezes que temos respostas rápidas e automáticas, como reação a sustos, imagens ou placas, dirigir em condições normais e conversas simples na língua nativa. Já o sistema 2 envolve um grau de raciocínio mais elaborado, como fazer contas de matemática, ler textos complexos, conversar em um idioma que não possui fluência ou como dirigir em condições adversas. Ambos os sistemas se comunicam e se aperfeiçoam.

O cérebro humano representa só 2% do peso corporal, mas consome 20% do oxigênio e glicose do nosso corpo. É o órgão que consome mais energia no corpo humano, e faz o que pode para tentar economizá-la. Por isso, o sistema 2 só é acionado quando absolutamente necessário. Na maior parte do tempo, o sistema 2 (racional) adota as sugestões do sistema 1 (intuitivo) com poucas ou nenhuma alteração (Kahneman, 2012).

Ao dizer que o sistema 2 é racional e o sistema 1 é intuitivo, podemos cair na armadilha de desprezar ou minimizar a relevância do sistema 1. Contudo, a divisão entre eles, em geral, é muito eficiente, minimizando o esforço e otimizando o desempenho. Na maior parte do tempo, o sistema 1 funciona perfeitamente bem para aquilo que se propõe. Contudo, o sistema 1 pode ser influenciado por vieses, coloquialmente chamados de emoções e instintos, mas que são, a rigor, erros sistemáticos repetidos e em circunstâncias determinadas (Kahneman, 2012).

Alguns dos principais vieses comportamentais e que podem afetar decisões financeiras são:

- i) A procrastinação acontece quando uma pessoa adia, de forma sucessiva, uma decisão financeira que traga benefícios futuros. Por exemplo, ao deixar de contribuir para previdência hoje, o indivíduo aumenta seu poder de consumo imediato, resultando num prazer no curto prazo, mas que pode prejudicar as finanças futuras. Um simples adiamento não gera impacto significativo, mas se esse ocorrer de forma sucessiva, ao longo do tempo, haverá um expressivo prejuízo em suas finanças futuras (Pereira, 2015).

- ii) A aversão à perda mostra que pessoas são geralmente avessas ao risco para situações que envolvam ganhos, mas propensas ao risco para situações que envolvam perdas. Em outras palavras, as pessoas são geralmente avessas ao risco para situações que tendem a superestimar as possibilidades de perdas, em comparação a eventuais ganhos de mesma magnitude (Kahneman, 2012; Ariely; Kreisler, 2019).
- iii) A aversão ao arrependimento é o receio de constatar, no futuro, que a decisão tomada no presente não foi a mais adequada. Isso pode levar uma pessoa a optar por, por exemplo, adotar a alternativa mais popular, pelo medo de fracassar sozinha (fracassar coletivamente é aceitável) (Ariely; Kreisler, 2019; Pereira, 2015).
- iv) A contabilização mental é a hipótese de que as pessoas possuem categorias separadas para cada tipo de decisão, de forma parecida com as empresas. Assim, as pessoas agem como se cada uma dessas categorias apresentasse um resultado específico, acumulando ganhos ou perdas, calculado por categoria, e não de forma agregada, em um saldo global de sua carteira. Apesar de ser muito útil e ajudar a tomar decisões mais rapidamente, com frequência leva a decisões ruins, especialmente se usada de forma inconsciente (Ariely; Kreisler, 2019; Pereira, 2015).
- v) O viés de status quo se manifesta no desconforto das pessoas em alterar decisões tomadas anteriormente, mesmo que existam fortes evidências sustentando tal procedimento. Este viés é explorado pelas empresas com frequência quando concedem a primeira mensalidade gratuita (degustação), sabendo que existe a possibilidade de o consumidor não cancelar o serviço por ter se adaptado a situação (Pereira, 2015).
- vi) A sobrecarga de informação acontece quando há abundância de informação, ou a oferta de muitas alternativas de escolhas, isso pode complexificar a análise comparativa e o processo decisório, o que pode parecer ser contraintuitivo. Como o poder de raciocínio e atenção são limitados, o excesso de informações não comparáveis, pode desfocar a atenção no que é realmente relevante para a decisão. Os títulos de capitalização, por exemplo, são produtos financeiros de baixa rentabilidade e baixa liquidez. Em geral, são realizados sorteios (de valores ou

bens) para os investidores e esses sorteios são a grande propaganda das instituições, desviando o foco da rentabilidade e liquidez do ativo financeiro (Pereira, 2015).

- vii) O processo decisório tomado *ex ante* ou viés da confirmação acontece quando as pessoas já estão previamente inclinadas para uma determinada opção, e realiza a busca por informações e argumentos para subsidiar essa decisão previamente tomada, ainda que isso se dê de modo inconsciente (Pereira, 2015).
- viii) O otimismo e autoconfiança excessiva ocorre quando as pessoas assumem ter um falso controle sobre determinada situação, da qual não detêm real domínio. Isso pode provocar comportamentos inadequadamente arriscados por parte deste indivíduo. Um exemplo comum é de pessoas físicas, que sem conhecimento suficiente, começam a operar de forma agressiva como day-trade sem realmente conhecer os riscos envolvidos nas operações. Estudo brasileiro que analisou todos os indivíduos que fizeram algum day-trade mostrou que 97% perderam dinheiro, e que eles não aprenderam com o tempo (Chague; Giovannetti, 2019; Pereira, 2015).
- ix) Os fatores viscerais como fome, sede, cansaço, desejos sexuais, humor, emoção, pânico, angústia e vícios moldam o comportamento pessoal, influenciando a tomada de decisão de forma desproporcional em relação ao esperado em condições normais. A pessoa, ao tomar uma decisão num estado de visceral latente, tende a desprezar elementos do plano racional para mitigar a ação visceral no curto prazo. O exemplo clássico para este viés são as compras compulsivas no supermercado quando se está com fome (Pereira, 2015).

2.3 Sobre o *design thinking*

O *design thinking* é uma abordagem à inovação centrada no ser humano cuja ideia é identificar necessidades não declaradas, ou latentes, das pessoas e transformar essas necessidades em oportunidades. Para tanto, usa-se das técnicas de insight, observação e empatia (Brown, 2020).

Para Vianna *et al.* (2012) *design thinking* é composto de três fases: Imersão, Ideação e Prototipação não lineares, que não se sobrepõem ao longo do projeto. Em outras

palavras, os projetos podem percorrer esses espaços mais de uma vez à medida que a equipe responsável lapida suas ideias e explora novos direcionamentos (Brown, 2020).

De acordo com Vianna *et al.* (2012), as principais técnicas/ferramentas que podem ser usadas nas fases do *design thinking* são:

- i) Fase de imersão, dividida em duas etapas: (a) Preliminar, que busca o entendimento do problema, definição do escopo, identificação dos usuários, de outros atores-chave e as áreas de interesse a serem exploradas no projeto usando técnicas de reenquadramento, pesquisa exploratória, bem como pesquisa desk e (b) Profundidade, que busca identificar as necessidades e oportunidades que irão orientar a fase de ideação, elaborando de um Plano de Pesquisa. Para tanto, as técnicas mais comumente usadas são de entrevistas, cadernos de sensibilização e sessões generativas.

As informações coletadas no período de imersão devem ser organizadas, analisadas e sintetizadas. Para tanto, procuram-se padrões e desafios que ajudem na compreensão do problema, usando por exemplo cartões de insights para inserir em cartões questões relevantes achadas na fase de imersão.

- ii) Ideação: Nesta fase, utiliza-se as ferramentas para organizar as ideias (obtidas a partir dos *insights*) a serem validadas com o cliente, utilizando, por exemplo, uma Matriz de Posicionamento, *brainstorming* e *workshop* de cocriação.
- iii) Prototipação, a partir de dois eixos: de um lado, têm-se os desenvolvedores que, ao materializar o projeto, aprendem com o processo (*learning by doing*) e do outro lado tem-se a colaboração do usuário (*learning by using*). Os principais tipos de prototipagem apontados pela literatura são protótipo em papel e *storyboard*.

3 MATERIAIS E MÉTODOS

Durante a imersão em profundidade foram realizadas sessões generativas. Essas sessões eram divididas em duas etapas: a primeira num grupo de discussão e a segunda, num encontro de 2 horas entre os autores para levantamento de *insights* e definição dos próximos passos. Para isso, participamos de encontros semanais do grupo de discussão em projeto de extensão sobre educação financeira, oferecida por membros da Universidade Federal de Alfenas, *campus* Varginha, durante o ano letivo de 2021.

O método de grupo de discussões é a técnica que ocorre através da reunião de várias pessoas, com objetivo de conversar e debater sobre um tema comum a esse grupo, assim é importante na prática qualitativa de análise social, proporcionando uma profundidade em temas ocultos e possibilitando a prática da escuta (Meinerz, 2011). Essas reuniões são organizadas por um mediador que estimula a discussão e propõe tópicos a serem conversados. Os participantes, então, podem conversar entre si, realizar reflexões e dar opiniões, em um exercício de cocriação ou jornada e na geração de ideias, fazendo com que os integrantes tenham vários pontos de vista, gerando mais questionamentos e novas discussões acerca do tema.

A metodologia pesquisa-ação, também utilizada, é uma forma de investigação baseada em autorreflexão coletiva, ou seja, uma forma de investigação que utiliza técnicas de pesquisa para informar as ações a serem tomadas para melhorar a prática. Apresenta um ciclo em que ocorre um processo para aprimorar o sistema entre agir no campo da prática e investigar sobre ela. Esse ciclo tem como finalidade agir, monitorar e descrever, avaliar e planejar as ações da prática (Tripp, 2005).

4 RESULTADO E DISCUSSÃO

Durante as reuniões com o grupo de discussão supracitado, os membros apresentavam suas leituras sobre textos de educação financeira, e discutiam o tema. Participavam das discussões, professores, alunos de graduação ou mestrado, e ex-alunos, além da comunidade externa. Na fase de imersão, tomamos notas dos temas abordados e fizemos cartões de *insight* que ajudaram na idealização do trabalho, o que foi particularmente importante na definição do projeto.

Além de educação financeira, o grupo também discutiu especificamente textos de economia comportamental, quando foram expostos vários exemplos práticos de vieses comportamentais que afetam sistematicamente as decisões humanas. Esse foi o primeiro *insight* do trabalho, quando achamos que o tema de economia comportamental seria interessante poderia ser explorado em nossa pesquisa.

Outro *insight* gerado durante uma reunião do grupo de discussão foi o modelo de como iríamos fazer o aplicativo. O aplicativo *Duolingo* foi mencionado como um caso de sucesso por um dos membros do grupo, e achamos que esse seria um bom modelo de *software* educacional para replicarmos no projeto. Concluímos em sessões de

brainstorming, que o modelo final do projeto seria um aplicativo de quiz com poucas perguntas, numa linguagem simples e com um *layout* enxuto.

Os critérios norteadores surgiram da análise dos *insights*, na pesquisa *desk* e nas sessões generativas, quais sejam: (i) Criar um modelo de *software* educacional para educação financeira, (ii) Orientar o conteúdo para educação financeira institucional, fora das normas da educação financeira tradicional, (iii) Reconhecer que educação financeira proporcionada a indivíduos irá orientá-lo, embora não será capaz de blindá-lo dos efeitos de vieses (dele próprio ou induzido) e das incertezas dos ambientes de decisões.

Após três rodadas de prototipagem, chegamos a uma versão de protótipo que atende aos requisitos propostos nos critérios norteadores, conforme pode ser observado na Figura 1. Esta última proposta possui um design enxuto e intuitivo. As telas possuem uma barra de progresso que indica ao usuário onde ele está e quantas perguntas restam para completar o quiz. Ao final do *quiz*, é apresentado um resultado ao usuário, de acordo com as respostas dadas a cada grupo de questões.



Exemplo tela de perguntas

Exemplo da tela de resultados

Figura 1 – Exemplo de resultado do protótipo final⁵

Fonte: Elaboração própria.

O aplicativo é composto por um banco de questões relativas o tema do projeto. Cada vez que o aplicativo é iniciado, um bloco de questões é apresentado ao usuário. Em

⁵ Acesso ao protótipo completo está disponível em:

<<https://www.figma.com/proto/oy0PJdDGVg3oUNWGTVR4HE/EducaF?node-id=309-3542&scaling=scale-down&page-id=309%3A3407&starting-point-node-id=309%3A3542>>. Acesso em: 16/12/2023.

geral, cada bloco criado ao iniciar o aplicativo conterà entre sete e 10 questões. Esse número foi escolhido para que o usuário não perca o interesse e consiga finalizar o *quiz* em um tempo razoável.

O banco de questões é subdividido em grupos. Cada grupo corresponde a uma série de questões vinculadas, todas com os mesmos pesos, de modo que o resultado é obtido pela análise das questões em conjunto, e não individualmente. Na composição do bloco, o algoritmo deve aleatoriamente escolher grupos e todas as perguntas deste grupo deverão ser mostradas em ordem embaralhada. Esse recurso será adotado para que, nos casos de perguntas semelhantes, a proximidade das perguntas não influencie a resposta do usuário.

As questões foram extraídas e adaptadas das obras Ariely e Kreisler (2019), Kahneman (2012) e Klapper *et al.* (2015), e, em geral, compuseram questionários de importantes pesquisas dos autores, tendo sido, portanto testadas, validadas, e com os resultados decorrentes delas publicados em artigos acadêmicos. Outras questões são de elaboração própria.

Abaixo será apresentado o banco de questões, sendo indicados (i) de onde foi extraído, (ii) o que os autores desejam demonstrar com as perguntas e o comentário sobre os resultados encontrados pelos autores nas pesquisas originais.

Eixo Temático - aversão à perda: Kahneman (2012) comenta que estava estudando diferentes contextos sobre apostas com alta ou baixa probabilidade de ganho ou perda, percebendo que os resultados eram opostos. A aversão ao risco por ganhos foi substituída por propensão ao risco quando tratavam de perdas.

As perguntas nos Quadros 1 e 2 são inspiradas nas que Kahneman (2012) apresenta.

Quadro 1 – Grupo 1 do eixo temático Aversão à perda

<p>Pergunta 1 Grupo 1 Eixo Temático: aversão à perda O que você prefere?</p> <p>a) Ganhar R\$ 900 com certeza</p> <p>b) Participar de uma aposta com 90% de chance de ganhar R\$ 1 mil.</p>		
<p>Pergunta 2 Grupo 1 Eixo Temático: aversão à perda Imagine que você tem uma dívida de R\$900,00 com seu amigo. Ele te propõe fazer jogo: se você ganhar, fica livre da dívida, mas se perder, deve pagar R\$ 1 mil. Você sabe que nesse jogo você tem 90% de chance de perder e 10% de chance de ganhar. Você prefere:</p> <p>a) Pagar R\$ 900 para seu amigo sem jogar.</p> <p>b) Jogar e pagar R\$ 1 mil caso perca</p>		
<p>Resposta padrão: Em geral, as pessoas são AVESSAS AO RISCO quando tem algo a GANHAR e PROPENSAS AO RISCO quando tem algo a PERDER.</p>		
<p>Matriz para cálculo do resultado:</p>		
Pergunta 1	Pergunta 2	Resultado ⁶
a	a	Você tem um comportamento diferente da maioria das pessoas! Você não gosta de se arriscar, e evita assumir riscos tanto para ganhos quanto para perdas. Isso é incomum na maioria das pessoas.
a	b	Você se sente bem com a certeza do ganho e evita a dor da perda. A maioria das pessoas também tem esse comportamento!
b	a	Você tem um comportamento diferente da maioria das pessoas! Você acha melhor pagar o que deve e não se arrisca para tentar se livrar da dívida, mas quando o assunto é ganhar, você se arrisca a perder tudo para ganhar um pouco mais.
b	b	Uau, você é propenso ao risco! Você se arrisca a perder tudo para ter a chance de ganhar um pouco mais e também se arrisca para tentar se livrar da dívida.

Fonte: elaboração própria.

Quadro 2 – Grupo 2 do eixo temático Aversão à perda

<p>Pergunta 3 Grupo 2 Eixo Temático: aversão à perda Além do que já tem, você recebeu R\$ 1 mil. Escolha uma dessas opções:</p> <p>a) jogar no cara-e-coroa. Se ganhar, consegue mais R\$1 mil reais</p> <p>b) ganhar R\$ 500 com certeza.</p>		
<p>Pergunta 4 Grupo 2 Eixo Temático: aversão à perda Além do que já tem, você recebeu R\$ 2 mil. Escolha uma dessas opções:</p> <p>a) jogar no cara-e-coroa, se perder, paga R\$1 mil reais</p> <p>b) perder R\$ 500 com certeza</p>		
<p>Resposta padrão: Em geral, as pessoas são AVESSAS AO RISCO quando tem algo a GANHAR e PROPENSAS AO RISCO quando tem algo a PERDER.</p>		

⁶ O resultado que segue em cada uma das questões (grupo) foi elaborado com a finalidade de oferecer um retorno ao respondente (ao final da participação), para que ele entendesse se está ou não sob efeito do viés. Isso foi feito com base na literatura, em especial nos textos e pesquisas empíricas das quais as perguntas foram extraídas ou inspiradas.

Matriz para cálculo do resultado:		
Pergunta 3	Pergunta 4	Resultado
b	b	Você tem um comportamento diferente da maioria das pessoas! Você não gosta de se arriscar, e evita assumir riscos tanto para ganhos quanto para perdas. Isso é incomum na maioria das pessoas.
b	a	Você se sente bem com a certeza do ganho e evita a dor da perda. A maioria das pessoas também tem esse comportamento!
a	b	Você tem um comportamento diferente da maioria das pessoas! Você acha melhor pagar o que deve e não se arrisca para tentar se livrar da dívida, mas quando o assunto é ganhar, você se arrisca a perder tudo para ganhar um pouco mais.
A	a	Uau, você é propenso ao risco! Você se arrisca a perder tudo para ter a chance de ganhar um pouco mais e também se arrisca para tentar se livrar da dívida.

Fonte: elaboração própria.

As questões a seguir (Quadro 3) são usadas por Kahnemam (2012) para mostrar que uma mudança de impossibilidade (0%) para possibilidade ou de possibilidade para certeza (100%) apresenta um impacto maior do que uma mudança comparável no meio da escala.

Na Pergunta 5, que representa o meio da escala, (58%) dos entrevistados escolheram a opção a, preferindo se arriscar para ganhar mais. Por sua vez, na Pergunta 6, que representa a mudança de possibilidade para certeza, (74%) dos entrevistados preferiram não apostar e ganhar o prêmio com certeza.

A Pergunta 6 também mostra o que Kahnemam (2012) chama de pseudocerteza. A pessoa se esquece da primeira fase (ser sorteada na lista) e foca sua atenção somente no que vai fazer depois, ou seja, na certeza de ganhar os R\$ 3mil. Contudo, se fizermos as contas apropriadamente, veremos que a probabilidade real das duas questões abaixo é exatamente a mesma: $(80\% * 25\% = 20\%$ de chance de ganhar R\$ 4mil) e $(100\% * 25\% = 25\%$ de chance de ganhar R\$ 3mil).

Quadro 3 – Grupo 3 do eixo temático Aversão à perda

Pergunta 5 Grupo 3 Eixo Temático: aversão à perda		
Escolha uma opção:		
a) participar de loteria com 20% de probabilidade de ganhar R\$ 4 mil		
b) participar de loteria com 25% de probabilidade de ganhar R\$ 3 mil		
Pergunta 6 Grupo 3 Eixo Temático: aversão à perda		
Para participar dessa rodada você precisa colocar numa lista o seu nome e a opção escolhida (a ou b). 25% das pessoas dessa lista serão sorteadas e vão poder realizar a opção que tiverem colocado na lista.		
a) participar de loteria com 80% de probabilidade de ganhar R\$ 4 mil		
b) ganhar R\$ 3mil com certeza		
Resposta padrão: A maioria das pessoas prefere a sensação de certeza de ganhar os R\$ 3 mil reais, mas prefere apostar quando a probabilidade está no meio da escala.		
Matriz para cálculo do resultado:		
Pergunta 5	Pergunta 6	Resultado
A	a	Uau, você é arrojado! Você se sente confortável assumindo riscos para ter ganhos maiores.
A	b	Você pensa com a maioria dos entrevistados. Assume alguns riscos, mas não troca o certo pelo duvidoso!
B	a	Você pensa diferente da maioria das pessoas! Assume riscos mesmo quando há possibilidade de certeza de ganho e se mantém conservador em alguns casos para ter ganhos maiores.
B	b	Você é conservador em relação a riscos! Não troca o certo pelo duvidoso e prefere uma maior chance de ganhar a se arriscar para ganhar mais.

Fonte: elaboração própria.

Eixo Temático - Valores e porcentagens: O próximo conjunto de questões (Quadro 4) se encontra na obra de Ariely e Kreisler (2019), em que se trata sobre relatividade, demonstrando através de pesquisas e exemplos práticos que a relatividade é um cálculo básico da mente humana e que ela afeta nossa compreensão do valor de coisas concretas e também a forma de como lidar com o dinheiro.

As perguntas são inspiradas em exemplo usados pelos autores para demonstrar como o cérebro trata valores em porcentagens, relativizando o valor dos produtos. A maioria das pessoas não olha o valor real, absoluto, apresentado nas duas perguntas: R\$11,00 por um percurso do shopping ao centro. Em vez disso, consideram os R\$11,00 em comparação com os R\$19,00 e os R\$754,00. A economia no primeiro caso seria de 57% e no segundo de 1,45%, mas o dinheiro poupado (R\$11,00) é o mesmo.

Quadro 4 - Grupo 4 do eixo temático Valores e porcentagens

Pergunta 7 Grupo 4 Eixo Temático: Valores e porcentagens
Você viu uma propaganda de uma loja no centro da cidade anunciando uma capinha de celular que você quer comprar por R\$8,00. Passeando pelo shopping, você vê a mesma capinha por R\$ 19,00. Você compraria a capinha na loja do shopping?
a) Shopping

b) Centro da cidade		
Pergunta 8 Grupo 4 Eixo Temático: Valores e porcentagens		
Você vai a um casamento em breve e viu uma propaganda de uma loja no centro da cidade anunciando a roupa ideal que você quer usar nesse casamento por R\$743,00. Passeando pelo shopping, você vê a mesma roupa por R\$754,00. Você compraria a roupa na loja do shopping ou no centro?		
a) Shopping		
b) Centro da cidade		
Resposta padrão: Em geral, as pessoas respondem que não comprariam a capinha de celular, mas que comprariam a roupa para ir ao casamento. Nos dois casos a diferença de valor entre os produtos é de R\$ 11,00 mas em geral nosso cérebro faz a conta em termos relativos: R\$11,00 não parece muito perto de R\$700,00, mas é bastante perto de R8,00!		
Matriz para cálculo do resultado		
Pergunta 7	Pergunta 8	Resultado
A	a	Você teve um pensamento diferente da maioria, mas seu raciocínio parece coerente. Você prefere comprar ali mesmo porque talvez os R\$ 11.00 não valem a caminhada até o centro. E faria igual nos dois casos. Afinal, R\$ 11,00 são 11 reais em qualquer situação.
A	b	Você teve um pensamento oposto da maioria! Você pagaria o dobro do preço pela capinha de celular mas não pagaria 1,5% a mais pela roupa.
B	a	Você pensa em termos relativos, como a maioria das pessoas, afinal a capinha no shopping custa o dobro do preço, enquanto a roupa custa só 1,5% a mais. É importante sempre avaliar se o desconto vale o seu tempo e o deslocamento.
B	b	Você teve um pensamento diferente da maioria, mas seu raciocínio parece coerente. Você prefere andar um pouco mais e aproveitar o desconto de R\$11,00 nos dois casos. Afinal, 11 reais são 11 reais em qualquer situação. É importante sempre avaliar se o desconto vale o seu tempo e o deslocamento.

Fonte: elaboração própria.

Eixo Temático - viés da autoconfiança e otimismo: esse tema é particularmente importante para alertar os indivíduos para as situações em que se sentem confiantes ou com conhecimento suficiente sobre determinado assunto sem realmente possui-lo, o que pode levar a comportamentos arriscados.

As perguntas de 10 a 14 foram extraídas (devidamente adaptadas à realidade nacional, conforme já apontado anteriormente) da pesquisa de Klapper *et al.* (2015) sobre educação financeira realizada mundialmente que pretendia medir o nível de letramento das pessoas. As perguntas foram conjugadas com uma pergunta inicial em que a pessoa autoavalia seu conhecimento sobre finanças. Em seguida são apresentadas as perguntas da pesquisa para verificar se o indivíduo reconhece conceitos básicos financeiros sobre diversificação de risco, inflação, aritmética e juros compostos.

A partir do somatório de respostas corretas nas questões de 10 a 14, faz-se a comparação em relação à autoavaliação realizada para verificar o grau de autoconfiança e otimismo do usuário (Quadro 5).

Quadro 5 - Grupo 5 do eixo temático Viés de autoconfiança

<p>Pergunta 9 Grupo 5 Eixo Temático: viés da autoconfiança e otimismo De um a 5, quanto você sabe lidar com finanças?</p>	
<p>Pergunta 10 Grupo 5 Eixo Temático: viés da autoconfiança e otimismo - Diversificação de risco Suponha que você tenha algum dinheiro. É mais seguro colocar seu dinheiro:</p> <p>a) Em um único negócio ou investimento b) Em vários negócios ou investimentos (correta. Vale 1 ponto) c) Não sei</p>	
<p>Pergunta 11 Grupo 5 Eixo Temático: viés da autoconfiança e otimismo - Inflação Suponha que, nos próximos 10 anos, os preços das coisas que você compra dobrem. Se sua renda também dobrar, você poderá comprar</p> <p>a) Menos do que pode comprar hoje. b) O mesmo que pode comprar hoje. (correta. Vale 1 ponto) c) Mais do que pode comprar hoje. d) Não sei</p>	
<p>Pergunta 12 Grupo 5 Eixo Temático: viés da autoconfiança e otimismo - Aritmética Suponha que você precise pedir 100 reais emprestados. Qual é o valor mais baixo a pagar:</p> <p>a) 105 reais b) 100 reais mais três por cento (correta. Vale 1 ponto) c) não sei</p>	
<p>Pergunta 13 Grupo 5 Eixo Temático: viés da autoconfiança e otimismo - Juros compostos Suponha que você coloque dinheiro no banco por dois anos e o banco concorde em adicionar 15% ao ano à sua conta. O banco adicionará:</p> <p>a) Mais dinheiro no segundo ano do que no primeiro (correta. Vale 1 ponto) b) A mesma quantia de dinheiro nos dois anos c) Não sei</p>	
<p>Pergunta 14 Grupo 5 Eixo Temático: viés da autoconfiança e otimismo - Juros compostos Suponha que você tenha 100 reais em uma conta de poupança e o banco acrescente 10% ao ano à conta. Quanto dinheiro você teria na conta após cinco anos se não removesse nenhum dinheiro da conta?</p> <p>a) Mais de 150 reais (correta. Vale 1 ponto) b) Exatamente 150 reais c) Menos de 150 reais d) Não sei</p>	
<p>Regra para cálculo do resultado: - Somar as respostas corretas de Pergunta 10 a Pergunta 14. - Comparar a autoavaliação (Pergunta 9) com a soma das respostas corretas.</p>	
<p>Matriz para cálculo do resultado:</p>	
	<p>Resultado</p>
Se autoavaliação > resposta	É mais comum do que você imagina acreditarmos que temos controle sobre determinada situação ou um conhecimento maior do que realmente possuímos. Isso se chama viés da autoconfiança excessiva. Precisamos ter cuidado com esse viés porque pode provocar comportamentos inadequadamente arriscados.
Se autoavaliação < resposta	Você foi melhor no teste de conceitos financeiros do que achava! Isso demonstra que você tem uma boa percepção do seu conhecimento. Isso te ajuda a não cair no viés da autoconfiança excessiva, que pode provocar comportamentos inadequadamente arriscados.

Se autoavaliação é igual resposta	Você foi tão bem no teste de conceitos financeiros quanto você achava! Isso demonstra que você tem uma boa percepção do seu conhecimento. Isso te ajuda a não cair no viés da autoconfiança excessiva, que pode provocar comportamentos inadequadamente arriscados.
-----------------------------------	---

Fonte: elaboração própria.

Eixo Temático – prognóstico por representatividade: A questão no Quadro 6 trata da heurística da representatividade. Para ilustrar, Kahneman (2012) propõe a seguinte analogia. Dada uma caixa com bolas verdes e vermelhas, para dizer a probabilidade de que uma bola retirada da caixa seja vermelha, é preciso saber qual é a proporção das bolas vermelhas em relação às bolas verdes (taxa-base). Da mesma forma, para dizer a probabilidade da profissão de Gabriel, seria necessário conhecer a taxa base, mas em geral, as pessoas tentam encaixar o perfil em um estereótipo, que não tem nenhuma relevância estatística. Portanto, em geral as pessoas tendem a dizer que Gabriel é bibliotecário, sendo que há poucos profissionais bibliotecários em relação às demais profissões.

Quadro 6 - Grupo 6 do Eixo Temático prognóstico por representatividade.

Pergunta 15 Grupo 6 Eixo Temático: prognóstico por representatividade.	
Considere o perfil abaixo:	
Gabriel é muito tímido e retraído, invariavelmente prestativo, mas com pouco interesse nas pessoas ou no mundo real. De índole dócil e organizada, tem necessidade de ordem e estrutura, e uma paixão pelo detalhe.	
Ordene da maior (1) para a menor probabilidade (5) as profissões para Gabriel.	
() cabeleireiro () vendedor () piloto comercial () bibliotecário () médico	
Regra para cálculo do resultado:	
	Resultado
Se bibliotecário = 1	Bibliotecários podem ser prestativos, organizados e ter paixão pelo detalhe! É normal que usemos estereótipos para julgar situações, afinal, na evolução quem conseguiu perceber que uma sombra podia ser um perigo, fugiu e sobreviveu! Mas para o bem das nossas previsões, é legal perceber que existem muito mais profissionais vendedores que bibliotecários por exemplo!
Se bibliotecário <> 1	Em geral as pessoas tendem a responder questões probabilísticas usando estereótipos. Para o bem das previsões, é legal perceber que existem muito mais profissionais vendedores que bibliotecários, por exemplo.

Fonte: elaboração própria.

Eixo Temático – falácia da conjunção: As questões do Quadro 7 foram usadas em pesquisas realizadas por Kahneman (2012) para demonstrar essa falácia. Ela acontece quando as pessoas avaliam que uma conjunção de dois eventos é mais provável do que um dos eventos em uma comparação direta. Em outras palavras, significa que dois

eventos em conjunto contam uma história mais coerentes. Como pontua Kahnemam (2012), as histórias mais coerentes não são, necessariamente, as mais prováveis, mas elas são plausíveis, e as noções de coerência, plausibilidade e probabilidade são facilmente confundidas pelos leigos. Na questão dos dados, dois terços das pessoas responderam letra b, isso porque ela conta uma história mais coerente, afinal existem mais lados verdes que vermelhos e um verde foi adicionado em relação à opção A. No entanto, se você fizer as contas de probabilidade, verá que a opção A é mais provável.

Quadro 7 - Grupo 7 do eixo temático Falácia da conjunção.

Pergunta 16 Grupo 7 Eixo Temático: falácia da conjunção	
Um dado normal de seis lados com quatro faces verdes e duas faces vermelhas será jogado vinte vezes. Qual é a sequência mais provável:	
a)	
b)	
c)	
Matriz para cálculo do resultado:	
Regra para cálculo do resultado:	
	Resultado
Se resposta igual a	Você conseguiu escapar da falácia da conjunção. Em geral as pessoas acreditam que 2 verdes e 3 vermelhos são mais prováveis que 1 verde e 4 vermelhos.
Se resposta diferente a	É normal que usemos a falácia da conjunção para verificar questões probabilísticas. Mas na verdade, ao fazermos as contas verificamos que a opção de 1 verde e 4 vermelhos é a mais provável.

Fonte: elaboração própria.

No experimento exposto no Quadro 8, Kahnemam (2012) conta que os aparelhos de jantar maiores foram subvalorizados na avaliação isolada; no entanto, ele fez a pesquisa com um outro grupo que mostrava ambos os conjuntos ao mesmo tempo. Nesse último caso, o aparelho maior recebeu uma avaliação melhor. Isso acontece porque nossa mente trabalha sob uma perspectiva de média, e, isoladamente, atribui valor médio ao aparelho que contém peças quebradas, comprometendo todo o conjunto.

Quadro 8 - Grupo 8 do eixo temático Falácia da conjunção

Pergunta 17 Grupo 8 Eixo Temático: falácia da conjunção
Quanto você pagaria em reais por um aparelho de jantar nessas condições:
Prato de jantar.....8, em boas condições

Ana Caroline Cabral RIBEIRO, Mayara Palmutti OLIVEIRA, Fernando Batista PEREIRA, Pollyanna Miranda ABREU

Tigelas de sopa/salada.....8, em boas condições Pratos de sobremesa.....8, em boas condições Xícaras.....8, 2 delas quebradas Pires.....8, 7 deles quebradas Total.....40 peças	
Pergunta 18 Grupo 8 Eixo Temático: falácia da conjunção	
Quanto você pagaria em reais por um aparelho de jantar nessas condições:	
Prato de jantar.....8, em boas condições Tigelas de sopa/salada.....8, em boas condições Pratos de sobremesa.....8, em boas condições Total.....24 peças	
Regra para cálculo do resultado:	
	Resultado
Pergunta 17 > Pergunta 18	Você foi coerente na sua resposta e deu maior valor ao conjunto de jantar que possui mais peças, embora algumas estejam quebradas.
Pergunta 17 < Pergunta 18	Quem quer jogo de jantar com peças quebradas, não é mesmo? É comum atribuímos um valor médio às coisas que avaliamos, por isso, diminuimos o valor do conjunto maior. Contudo, o conjunto maior tinha as mesmas peças do jogo de jantar menor e um pouco mais! Cuidado com a falácia da conjunção, histórias coerentes como um conjunto sem nenhuma peça quebrada nem sempre será a melhor solução.

Fonte: elaboração própria.

Eixo Temático – Incerteza: As questões do Quadro 9 são originais e foram elaboradas pelos autores deste artigo com base em série histórica da iBovespa. A ideia é demonstrar que, como dito por Pereira (2015), o conhecimento técnico não é suficiente para ultrapassar a falta de informação ao público. Dentre os diversos problemas da disponibilidade da informação, um deles é a sua inexistência em decorrência da incerteza fundamental. O que significa que o futuro é imprevisível, irrefutável e irreversível.

Nesse sentido, Kahnemam (2012) aponta a que a ilusão de que compreendemos o passado fomenta a superconfiança em nossa capacidade de prever o futuro. A verdade é que tudo faz sentido quando visto em retrospectiva!

Quadro 9- Grupo 9 do eixo temático Incerteza

Pergunta 19 Grupo 9 Eixo Temático: Incerteza	
Você aplicou em um fundo iBovespa. Dois meses depois houve queda de 10,08% . Indique a sua decisão conforme a evolução do índice:	
a) Tiraria, já que deu prejuízo	b) Compraria mais, já que o preço está mais baixo
c) Não faria nada	d) Não sei responder
Pergunta 20 Grupo 9 Eixo Temático: Incerteza	

Você aplicou em um fundo iBovespa. Três meses depois houve **queda de 40,08%**. Indique a sua decisão conforme a evolução do índice:

a) Tiraria, já que deu prejuízo b) Compraria mais, já que o preço está mais baixo c) Não faria nada
d) Não sei responder

Resposta padrão:

Tudo faz sentido quando visto em retrospectiva! Nas questões do fundo do iBovespa são apresentados dados reais de março e abril de 2020 em relação a janeiro de 2020 (momento da aplicação). Em janeiro de 2020, não se podia imaginar a proporção que a pandemia do Covid-19 iria tomar, mas visto em retrospectiva, parece claro que a bolsa teria uma grande queda.

Fonte: elaboração própria.

Eixo Temático – Arrependimento: Tomadores de decisão sabem de sua tendência a se arrepender, e a antecipação dessa emoção dolorosa desempenha um papel em inúmeras decisões. A questão abaixo trata do arrependimento e que como para perdas idênticas, para 92% dos participantes da pesquisa Jorge se sentiu mais arrependido que Paulo. Isso é curioso, pois os valores “perdidos” são os mesmos. A diferença está no fato de Jorge realizou ativamente uma ação.

Quadro 10 - Grupo 10 do eixo temático Arrependimento

Pergunta 22 | Grupo 10 | Eixo Temático: Arrependimento

Qual dos dois personagens abaixo está mais arrependido?

- a) Paulo é dono de ações na companhia A. No ano passado ele considerou investir em ações da companhia B, mas decidiu não investir. Ele hoje sabe que estaria 1200 reais mais rico se tivesse passado a investir na companhia B
- b) Jorge tinha dono de ações na companhia B. No ano passado ele mudou seu investimento para as ações da companhia A. Ele hoje sabe que estaria 1200 reais mais rico se tivesse mantido o investimento na companhia B.

Regra para cálculo do resultado:

	Resultado
A	Você pensa diferente da maioria das pessoas, em geral, as pessoas pensam que o arrependimento é maior quando o ato se dá por uma ação do que por uma omissão
B	Em geral as pessoas pensam que o arrependimento por uma ação realizada é maior que por uma inação. É o famoso se arrepender de fazer alguma coisa!

Fonte: elaboração própria.

Eixo Temático – Contabilidade mental: Há uma tendência natural de que tomadores de decisão assumam categorias distintas para analisar diferentes desempenhos, constituindo a denominada Contabilidade Mental. Isso representa uma certa miopia para analisarmos a situação como um todo.

Como apontado por Kahneman (2012), o sistema MPG (milhas por galão; similar ao indicador quilômetros por litro, usado no Brasil) é reconhecidamente problemático

para fornecer informações para tomada de decisões dos indivíduos, que podem ser iludidos pelo real ganho de consumo.

No Quadro 11, a maioria das pessoas tende a acreditar que o resultado de Valentina seria melhor, uma vez que economizaria 5 km/l ($(18 - 13 = 5)$), enquanto Enzo economizaria apenas 2 km/l. Contudo, quando se usa o sistema 2 para fazer as contas, percebe-se que, por exemplo, para uma distância de 100 km, Valentina economizaria 2,14 litros (passando de $100\text{km}/13$ para $100\text{km}/18$), enquanto Enzo economizaria 5,71 litros (passando de $100\text{km}/5$ para $100\text{ km}/7$) – portanto mais que o dobro ⁷.

Quadro 11 - Grupo 11 do eixo temático Contabilidade Mental.

Pergunta 23 Grupo 11 Eixo Temático: Contabilidade mental	
Considere dois donos de carro que procuram reduzir seus custos. Os dois percorrem iguais distâncias ao longo de um ano. Quem vai poupar mais combustível com a troca?	
a)	Enzo, que troca um carro que faz 5km/l por um que faz 7 km/l.
b)	Valentina, que troca um carro que faz 13km/l por um que faz 18 km/l.
Regra para cálculo do resultado:	
	Resultado
A	Você pensa diferente da maioria das pessoas. Em geral, as pessoas pensam que o carro da Valentina, por apresentar melhor ganho de km/l.
B	A intuição disseminada é que a ação da Valentina é mais significativa que a de Enzo. Mas, supondo que os dois tenham percorrido 10 mil km, Enzo teria economizado mais de 570 litros de combustível, enquanto Valentina teria economizado 213 litros.

Fonte: elaboração própria.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do artigo, foi discutido como a metodologia do *design thinking* poderia ser usada para criar soluções para um aplicativo de educação financeira com foco em mostrar que os vieses comportamentais influenciam nossas decisões, diferentemente do que muitas vezes podemos esperar.

Discutimos também como *softwares* educativos são ferramentas que podem dinamizar e facilitar o processo educativo e que eles devem promover o pensamento crítico, usando os erros como oportunidade para refletir e aprender. Nesse sentido, é muito útil um *software* que nos ajude a entender como nossa mente funciona, que seja um

⁷ Não por acaso, conforme descrito por Kahneman (2012), muitos países adotam o sistema de litros/100 km, ao invés de km/litro para minorar o efeito desse viés, denominado também como *MPG Illusion*.

convite a parar, refletir e reconhecer que nossas decisões são influenciadas por fatores que muitas vezes não somos capazes de perceber.

Trouxemos também dados sobre a letramento financeiro no Brasil e propusemos um olhar crítico sobre a educação financeira sob a ótica da teoria institucionalista, que parte do pressuposto de que a capacitação financeira não pode se dar somente na ótica do indivíduo, mas que deve incorporar todo o sistema econômico e financeiro, projetado para agravar as falhas nas tomadas de decisão e tirar vantagens dessas deficiências.

Além disso, mostramos que essas “falhas/deficiências” são causadas por vieses comportamentais, tais como a procrastinação, aversão à perda, aversão ao arrependimento, contabilização mental, viés do status quo, sobrecarga de informação, viés da confirmação, viés da autoconfiança excessiva e fatores viscerais. Eles decorrem de como nossa mente funciona e suas duas formas de pensar (a rápida e a devagar) para tomar decisões e reagir a situações. O cérebro sempre busca balancear o seu gasto de energia usando o sistema ‘devagar’ na maioria das vezes para adotar as sugestões do sistema “rápido”. O custo do uso do sistema 2 é possível de ser observado na fadiga após muitas horas gastas na realização de atividades que demandam muita concentração.

Por fim, realizamos um apanhado de questões utilizadas em pesquisas de comportamento financeiro. Separamos as questões por área temática e explicamos o que o pesquisador desejava demonstrar com a questão e os resultados eventualmente obtidos com a questão. Tendo assim, um banco de dados de questões para serem aplicadas ao quiz, objeto deste trabalho.

Uma das limitações do trabalho é que o aplicativo foi proposto para funcionar somente como um quiz, mas seria interessante que ele pudesse transmitir as respostas do usuário para um servidor a fim de que os dados possam ser usados em pesquisas futuras, com o consentimento do usuário. Seria interessante que o quiz também fosse disponibilizado em página de internet responsiva, que pudesse ser acessada de qualquer dispositivo, evitando a necessidade de o usuário baixar o aplicativo em seu celular. Isso pode ajudar usuários que não tenham espaço suficiente em disco para baixar o aplicativo ou cuja versão do sistema operacional não seja compatível.

Entende-se que com a entrega do protótipo e do banco de questões foi atingido o objetivo deste trabalho. Contudo, esperamos que ele não acabe por aqui, que seja aperfeiçoado e implementado em futuros projetos de pesquisa. A partir deste trabalho,

pretende-se obter mais perguntas e melhorias para após a criação deste protótipo ser realizado futuramente o desenvolvimento do aplicativo para uso, auxiliando as pessoas no melhor entendimento sobre esses vieses comportamentais que são imperceptíveis no dia a dia financeiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARIELY, D.; KREISLER, J. **A psicologia do dinheiro**. Rio de Janeiro: Sextante, 2019.
- EY. **Não é novidade que o setor financeiro está passando por grandes mudanças**, 2020. Disponível em: <https://www.ey.com/pt_br/financial-services/transformacao-do-setor-bancario>. Acesso em 11dez. 2023.
- BROWN, T. **Design Thinking** – Uma metodologia poderosa para decretar o fim das velhas ideias. Rio de Janeiro: Alta Books, 2020.
- CHAGUE, F.; GIOVANNETTI, B. **É Possível Viver De Day-Trading?** Relatório CVM, p. 23, 2019.
- CONSUMER FINANCIAL PROTECTION BUREAU. **Navigating the market: a comparison of sending on financial education and financial marketing**. Iowa: CFPB, 2013.
- GOMES, A.; PADOVANI, S. **Usabilidade no ciclo de desenvolvimento de software educativo**. Simpósio Brasileiro de Informática na Educação, Juiz de Fora –MG, 2005.
- KAHNEMAN, D. **Rápido e Devagar: duas formas de pensar**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.
- KLAPPER, L.; LUSARDI, A.; VAN OUDHEUSDEN, P. **Insights From the Standard & Poor’S Ratings Services Global Financial Literacy Survey**. Financial literacy around the world. [S.l: s.n.], 2015. Disponível em: <https://gflec.org/wp-content/uploads/2015/11/3313-Finlit_Report_FINAL-5.11.16.pdf?x56258>. Acesso em 11 dez. 2023.
- MEINERZ, C. B. Grupos de Discussão: uma opção metodológica na pesquisa em educação. **Educ. Real.**, Porto Alegre, v. 36, n. 2, p. 485-504, maio/ago. 2011.
- MEIRELLES, F. **Pesquisa do uso de Tecnologia de Informação nas Empresas**. Fundação Getúlio Vargas (FGV-EAESP), 34º edição anual. 2023. Disponível em: https://eaesp.fgv.br/sites/eaesp.fgv.br/files/u68/pesti-fgvcia-2023_0.pdf. Acesso em 12 dez 2023.

MOSMANN, G. **Você teria caído no golpe que fez Juliana Paes perder dinheiro; entenda.** Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/mais/colunas/2021/09/20/falta-de-conhecimento-financeiro-investimentos.htm>>. Acesso em: 26 set 2021.

PEIXOTO, M. M.; SILVA, C. (2015) Requisitos para Softwares Educacionais Gamificados: Uma Revisão Sistemática de Literatura. In **Anais do 18º Ws em Engenharia de Requisitos**, Lima, Peru.

PEREIRA, D. R. M. **O ensino através do computador:** os tipos de softwares educativos e seu uso. 2011.

PEREIRA, F. B.; **Notas de um plano nacional de capacitação financeira.** Tese doutoramento na UFMG. 2015.

SILBER, S. D. A economia mundial após a crise financeira de 2007 e 2008. **Revista USP**, v. 0, n. 85, p. 82, 2010.

TRIPP, D. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005.

VIANNA, M. et al. **Design Thinking:** Inovação em negócios. Rio de Janeiro: MJV Press, 2012.

O TRABALHO INFANTIL NO CONTEXTO BRASILEIRO

THE CHILD LABOR IN THE BRAZILIAN CONTEXT

EL TRABAJO INFANTIL EM EL CONTEXTO BRASILEÑO

Isabela Freitas Martins¹
Universidade Federal de Alfenas

Lidia Noronha Pereira²
Universidade Federal de Alfenas

RESUMO

O presente texto visa refletir sobre o trabalho infantil no cenário brasileiro, considerando as possíveis justificativas e as consequências para esse tipo de trabalho. Esse ensaio justifica-se por apresentar os impactos que a atividade laboral realizada por crianças tem em suas vidas, tanto no âmbito social quanto físico e mental. Para tanto, utilizou-se a metodologia qualitativa de caráter bibliográfico, sustentando-se nos textos de Alkmim e Souza (2017), Muniz (2008) e a Constituição Federal de 1988. Em conclusão, é de suma importância combater o trabalho infantil para proteger a dignidade física e mental dos infantes, oportunizando, assim, uma vida adulta digna.

Palavras-chave: Trabalho infantil; Menor trabalhador; Criminalidade; Desigualdade, Infância.

ABSTRACT

This text aims to reflect on child labor in the Brazilian context, considering possible justifications and the consequences of this type of work. This essay is justified by presenting the impacts that labor activities performed by children have on their lives, both socially and physically and mentally. To do so, a qualitative bibliographical methodology was used, relying on the texts of Alkmim and Souza (2017), Muniz (2008), and the Federal Constitution of 1988. In conclusion, it is of utmost importance to combat child labor to protect the physical and mental dignity of children, thus providing them with a dignified adult life.

Keywords: Child labor; Child worker; Criminality; Inequality; Childhood.

RESUMEN

Este texto tiene como objetivo reflexionar sobre el trabajo infantil en el escenario brasileño, considerando las posibles justificaciones y las consecuencias de este tipo de trabajo. Este ensayo se justifica al presentar los impactos que la actividad laboral realizada por los niños tiene en sus vidas, tanto en el ámbito social como físico y mental. Para ello, se utilizó una metodología cualitativa de carácter bibliográfico, basándose en los textos de Alkmim y Souza (2017), Muniz (2008) y la Constitución Federal de 1988. En conclusión, es de suma importancia combatir el trabajo infantil para proteger la dignidad física y mental de los niños, brindándoles así una vida adulta digna.

Palabras clave: Trabajo infantil; Menor trabajador; Criminalidad; Desigualdad; Infancia.

¹ Graduanda em Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Economia pela Universidade Federal de Alfenas, *campus* Varginha.

² Doutora em Ciências da Linguagem (UNIVAS-MG). Docente da Universidade Federal de Alfenas, *campus* Varginha.

O seguinte texto aborda o tema “O trabalho Infantil no Brasil”, discutindo quais são as determinações da lei, as justificativas mais comuns para sua ocorrência, as suas consequências e como as crianças são afetadas pelo trabalho na infância. Para tanto, foram tomados como base, principalmente, os textos de Muniz (2008), Alkmim e Souza (2017), e a Constituição Federal de 1988 para melhor elucidar a abordagem.

Inicialmente, deve-se pontuar que o trabalho infantil é proibido por lei. Segundo o Tribunal Superior do Trabalho, a Constituição Federal apenas admite que os adolescentes de 16 a 18 anos, na condição de menor trabalhador, tenham permissão para trabalhar (artigo 7º, inciso XXXIII), e na CLT são admitidos os adolescentes a partir dos 14 anos de idade, contanto que sejam contratados na condição de aprendiz. Ainda, é importante estabelecer que é considerada criança a pessoa de 12 anos de idade incompletos, e adolescente aquele entre 12 e 18 anos (Lei nº 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, artigo 2º).

Entretanto, ao observar o cenário brasileiro, sabe-se que há inúmeras crianças exercendo atividades análogas às realizadas por um trabalhador. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019), quase dois milhões de crianças e jovens foram encontrados realizando trabalho infantil em 2019, sendo, desse total, 21,3% de entre 5 a 13 anos de idade.

A principal justificativa para essa realidade é que a renda familiar não é suficiente para sustentar a família, então, é preciso que todos ajudem, sendo uma questão de sobrevivência. É compreensível pensar assim, no entanto, de acordo com Muniz (2008), tal prática só resolve o problema a curto prazo, já que limita as chances da criança se desenvolver, e pode, ainda, trazer problemas de saúde.

Outra alegação muito comum é a de que o trabalho é uma maneira de fazer com que essas crianças não acabem nas ruas aumentando a mendicância e o índice de criminalidade. Contudo, aí nasce outro problema, pois, conforme afirmam Alkmim e Souza (2017), a quantidade de crianças trabalhando nas ruas e que, por isso, se associam a bares, casas noturnas e, conseqüentemente, adentram no mundo da prostituição e da criminalidade é estarrecedora.

É possível ver um exemplo dessa realidade no filme “Pixote: A Lei do Mais Fraco”, de Héctor Babenco (1981). Na obra, Pixote, o protagonista, é preso aos 10 anos de idade e levado a um reformatório, mas, em determinado momento, junto de seus amigos, decide fugir. Após a fuga, os garotos encaram as ruas de São Paulo, onde começam a roubar para

sobreviver, sendo essa a única opção. Mais tarde, após passarem por muitas dificuldades, os meninos se envolvem com Sueli, uma prostituta com quem montam um esquema para assaltar os clientes. A todo momento o filme deixa claro que esses jovens se tornaram criminosos devido ao ambiente onde cresceram, à sua realidade. Embora o filme se passe na década de 80, por ele, é possível observar que o meio em que a criança cresce e se desenvolve exerce grande influência em seu futuro, quando não o determina.

Nesse passo, ao possibilitar o trabalho infantil, tem-se: crianças que deixam de estudar e brincar, pois não sobra tempo; crianças com problemas psicológicos e de saúde, pois o trabalho exige muito de seu corpo e mente ainda não desenvolvidos completamente; crianças que acabam seguindo caminhos da ilegalidade, pois esse foi o único modo que encontraram de sobreviver. (ALKMIM; SOUZA, 2017)

Nesse sentido, é fundamental o combate ao trabalho infantil, como diz Muniz (2008), pois assim é possível assegurar a dignidade psicológica e física dessas pessoas, permitindo que desenvolvam suas capacidades e lhes proporcionando uma projeção da vida adulta com uma melhor qualidade de vida. Assim, conforme aponta o autor (idem), lutar contra o trabalho infantil é sinônimo de lutar pelos direitos humanos universais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei 8.069/90. São Paulo, Atlas, 1991.
- BRASIL. **Constituição**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. **Tribunal Superior do Trabalho**. Trabalho Infantil. Regulamentação permite trabalho de menor na condição de aprendiz a partir dos 14 anos. 2013.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo Brasileiro de 2019. Rio de Janeiro: IBGE, 2019
- MUNIZ, André Luiz Pires. O trabalho infantil vale a pena? Um levantamento dos argumentos a favor e contra o trabalho infantil. **Rev. Ed. Popular**, Uberlândia, v. 7, p.64-79. jan./dez. 2008
- PIXOTE – A LEI DO MAIS FRACO. Héctor Babenco. Embrasil, Brasil. 1981. Drama. Filme. 127 min.
- SOUZA, Ana Maria Viola de; ALKIMIM, Maria Aparecida. Trabalho Infantil no Brasil: o dilema entre a sobrevivência e a exploração. *dir. gar. fund., vitória*, v. 18, n. 2, p. 131-152, mai./ago. 2017

“OS DESAFIOS PARA COMBATER O TRABALHO INFANTIL NO BRASIL”

“THE CHALLENGES OF COMBATING CHILD LABOR IN BRAZIL”

“LOS DESAFÍOS PARA COMBATIR EL TRABAJO INFANTIL EN BRASIL”

Giovanna Firmiano Cougo¹
Universidade Federal de Alfenas

Fernando Batista Pereira²
Universidade Federal de Alfenas

RESUMO

Este ensaio aborda alguns dos desafios existentes para combater o trabalho infantil no Brasil. Para tanto, o objetivo geral deste texto é apontar como o trabalho infantil pode ser prejudicial à criança e ao adolescente, limitando suas possibilidades de crescimento profissional. A metodologia empregada é de natureza qualitativa e de cunho bibliográfico, buscando tomar como base, entre outros, os estudos de Muniz (2008), Oliveira e Pires (1995) e Souza e Alkimim (2017). Este ensaio se justifica pela necessidade de expor como o trabalho infantil fere os direitos das crianças e dos adolescentes, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, e com a Constituição Federal de 1988. Como resultados, foi possível observar que existem diversos fatores sociais e econômicos que intensificam esse debate, e que o Estado é responsável por assegurar que esses indivíduos tenham seus direitos garantidos.

Palavras-Chave: Crianças e Adolescentes, Desafios, Trabalho Infantil.

ABSTRACT

This essay addresses some of the challenges in combating child labor in Brazil. The overall objective is to highlight how child labor can be detrimental to children and adolescents, limiting their possibilities for professional growth. The methodology employed is qualitative and bibliographic, drawing on studies by Muniz (2008), Oliveira and Pires (1995), and Souza e Alkimim (2017), among others. This essay is justified by the need to expose how child labor violates the rights of children and adolescents, according to the Child and Adolescent Statute and the 1988 Federal Constitution. As results, it was possible to observe various social and economic factors intensifying this debate, with the state being responsible for ensuring the rights of these individuals are guaranteed.

Keywords: Children and Adolescents, Challenges, Child Labor.

RESUMEN

Este ensayo aborda algunos de los desafíos existentes para combatir el trabajo infantil en Brasil. Para ello, el objetivo general de este texto es señalar cómo el trabajo infantil puede ser perjudicial para el niño y el adolescente, limitando sus posibilidades de crecimiento profesional. La metodología empleada es de naturaleza cualitativa y de carácter bibliográfico, basándose en estudios de Muniz (2008), Oliveira y Pires (1995), y Souza y Alkimim (2017), entre otros. Este ensayo se justifica por la necesidad de exponer cómo el trabajo infantil viola los derechos de los niños y adolescentes, de acuerdo con el Estatuto de la Niñez y la Adolescencia y la Constitución Federal de 1988. Como resultados, fue posible observar que existen diversos factores sociales y

¹ Graduanda em Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Economia da Universidade Federal de Alfenas.

E-mail: giovanna.cougo@sou.unifal-mg.edu.br.
ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-6158-6772>.

² Doutor em Economia pelo CEDEPLAR/UFMG (2015, bolsa da Fapemig), com doutorado sanduíche realizado na Leeds University Business School. Professor na Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), campus Varginha.

E-mail: fernando.pereira@unifal-mg.edu.br.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5726-829X>.

económicos que intensifican este debate, y que el Estado es responsable de asegurar que estos individuos tengan garantizados sus derechos.

Palabras clave: Niños y Adolescentes, Desafíos, Trabajo Infantil.

Segundo a Constituição Federal de 1988, artigo 227, a família, a sociedade e o Estado devem garantir os direitos básicos às crianças e aos adolescentes, tais como o direito à vida e a saúde, à alimentação, à educação e profissionalização, ao lazer e à cultura e à relação familiar e comunitária, além de protegê-los contra toda e qualquer forma de discriminação, abandono e exploração. Paralelamente a isso, discute-se os desafios para combater o trabalho infantil no Brasil, que em grande parte é resultado da baixa renda familiar e do elevado número de crianças que vivem nas ruas.

Primeiramente, em relação à baixa renda familiar, Muniz (2008) afirma que o argumento acerca do trabalho infantil para sobrevivência familiar é justificável apenas a curto prazo, porque, futuramente sua execução tende a impedir que a criança eleve seus conhecimentos e habilidades, e tenha até mesmo problemas em relação à saúde, limitando suas possibilidades de crescimento profissional, e portanto, de melhores condições de inserção junto ao mercado de trabalho. Em outras palavras, apesar do trabalho infantil, em tese, diminuir as dificuldades da família a curto prazo, estes problemas não estarão resolvidos a longo prazo, pelo contrário, esses problemas podem se repetir ou até mesmo se agravar. Semelhante a isso, Oliveira e Pires (1995) ressaltam que as crianças e os adolescentes entraram em um ciclo vicioso de extrema pobreza, reproduzindo a situação inicial da sua família, por conta do baixo nível de escolarização, que irá impulsionar o indivíduo ao subemprego, ao desemprego ou a empregos com baixa remuneração. Ou seja, num primeiro momento pode ser efetivo para a família, mas prejudicará a criança ou adolescente em sua fase de escolarização, que além de ser um direito básico, é fundamental para a fase adulta de qualquer indivíduo.

Segundamente, no que se diz respeito ao elevado número de crianças que vivem nas ruas, Souza e Alkimim (2017) enfatizam que um dado preocupante associado ao trabalho infantil está relacionado ao número de crianças que vivem nas ruas, trabalhando com reciclagem em lixões, atuando em bares e casas noturnas, submetidas a abusos e prostituição. Esses episódios associados ao trabalho infantil, de fato, são proibidos por lei, e causam riscos para essa população desamparada e em processo de desenvolvimento e formação. Nesse sentido, pode-se dizer que a maioria dessas crianças foram

abandonadas e não tem uma estrutura familiar sólida, o que resulta na busca por diversos meios de subsistência, e conseqüentemente, fica sujeita à exploração e ao abuso sexual.

Dando continuidade, o livro “Capitães de areia”, do autor brasileiro Jorge Amado, ilustra, de forma ficcional, a realidade apresentada neste texto. A história retrata a vida de um grupo de menores que foram abandonados e vivem nas ruas, pedindo dinheiro ou roubando algo para terem o que comer. A obra revela que, apesar das liberdades das ruas, o sonho desses menores era fugir de toda aquela realidade e miséria, o que eles queriam realmente era qualquer demonstração de afeto e conforto. Dessa forma, pode-se observar que essas crianças que vivem nas ruas são vítimas do abandono e de um sistema de violência, que afetam em todos os sentidos a vida desses indivíduos.

Portanto, conclui-se que os desafios para combater o trabalho infantil no Brasil são muitos e englobam diversos fatores sociais e econômicos. Em suma, apesar de contribuir para a renda familiar de forma imediata, o trabalho infantil arrecada uma má formação acadêmica da criança e do adolescente, levando o indivíduo a aceitar subempregos, ou, então, empregos não formalizados e de remuneração baixa. Nesse cenário, e levando em consideração a Constituição Federal de 1988, pode-se dizer que é um dever do Estado assegurar que essas crianças e adolescentes tenham seus direitos garantidos, provendo melhores oportunidades de emprego para as famílias mais vulneráveis e garantindo o acesso à formação escolar a todas as crianças.

Por fim, deve-se ressaltar que a Lei Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, Lei nº 8.069/90), em seu capítulo II, Do Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade, assegura explicitamente que “brincar, praticar esportes e divertir-se” constituem atos de direito (BRASIL, 1990), essencial para o processo de desenvolvimento e formação pessoal de toda e qualquer criança (OLIVEIRA; FRANCISCHINI, 2008).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMADO, Jorge. **Capitães da Areia**. 92ª edição. Rio de Janeiro: Editora Record, 1988.

BRASIL. **Constituição**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 03/12/2023.

MUNIZ, André Luiz Pires. O trabalho infantil vale a pena? Um levantamento dos argumentos a favor e contra o trabalho infantil. **Rev. Ed. Popular**, Uberlândia, v. 7, p.64-79. jan./dez. 2008.

OLIVEIRA, I. C. C.; FRANCISCHINI, R. Direito de brincar: as (im)possibilidades no contexto de trabalho infantil produtivo. **Psico-USF**, v. 14, n. 1, p. 59-70, jan./abr. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusf/a/zLd5npVqRGK67wptGGqFRsP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 0312/2023.

OLIVEIRA, O. de; PIRES, J. M. O trabalho da criança e do adolescente. In: FERNANDES, R. **O trabalho no Brasil no limiar do século XXI**. São Paulo: LTr, 1995. SOUSA, Ana Maria Viola de; ALKIMIM, Maria Aparecida. Trabalho Infantil no Brasil: o dilema entre a sobrevivência e a exploração. **dir. gar. fund.**, vitória, v. 18, n. 2, p. 131-152, mai./ago. 2017.



A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E SEUS IMPACTOS NO MERCADO DE TRABALHO

THE ARTIFICIAL INTELLIGENCE AND ITS IMPACTS ON THE LABOR MARKET

LA INTELIGENCIA ARTIFICIAL Y SUS IMPACTOS EN EL MERCADO LABORAL

Júlia Raiza Santana dos Santos¹
Univ. Federal da Bahia

Eduardo Ferreira Alves Rocha²
Univ. Federal da Bahia

Jackson Wilke da Cruz Souza³
Univ. Federal da Bahia

RESUMO

Este ensaio tem como objetivo elucidar quais os impactos gerados pela introdução da inteligência artificial no ambiente trabalhista, e discutir como ela afeta diretamente nas novas relações em grandes empresas. Como resultado desse processo, uma quantidade significativa de trabalhadores encontra uma série de novos desafios ao se adaptarem às novas mudanças geradas pela IA em ambientes laborais. Além disso, como o impacto da inteligência artificial pode ser repensado para as próximas gerações de funcionários do século XXI, para que haja um pensar além da perspectiva lucrativa, que tem sido o enfoque de seu uso nos últimos anos.

Palavras-Chave: Inteligência artificial. Impacto. Trabalho.

ABSTRACT

This essay aims to elucidate the impacts generated by the introduction of artificial intelligence in the workplace environment and discuss how it directly affects the new relationships within large companies. As a result of this process, an increasingly significant number of workers encounter a series of new challenges as they adapt to the changes generated by IA in work environments. Furthermore, considering how the impact of artificial intelligence can be rethought for the next generations of 21st-century employees, aiming to move beyond the profit-driven perspective that has been the focus of its use in recent years.

Keywords: Artificial Intelligence. Impact. Work.

RESUMEN

Este ensayo tiene como objetivo elucidar los impactos generados por la introducción de la inteligencia artificial en el entorno laboral y discutir cómo afecta directamente a las nuevas relaciones en grandes empresas. Como resultado de este proceso, un número cada vez más significativo de trabajadores se enfrenta a una serie de nuevos desafíos al adaptarse a los cambios generados por la IA en los entornos laborales. Además, considerando cómo se puede replantear el impacto de la inteligencia artificial para las próximas generaciones de empleados del siglo XXI, con el objetivo de ir más allá de la perspectiva impulsada por la búsqueda de beneficios que ha sido el enfoque de su uso en los últimos años.

Palabras clave: Inteligencia Artificial. Impacto. Trabajo.

¹Graduanda do Curso de Bacharelado em Ciência, Tecnologia e Inovação da Universidade Federal da Bahia - UFBA. E-mail: JuliaRaiza@ufba.br. ORCID: <http://orcid.org/0009-0006-5912-0690>

² Graduando do Curso de Bacharelado em Ciência Tecnologia e Inovação da Universidade Federal da Bahia - UFBA. E-mail: erocha@ufba.br. ORCID: <http://orcid.org/0009-0005-9331-9890>

³ Doutor em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos. Atualmente é docente da Universidade Federal da Bahia. E-mail: jackcruzsouza@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1881-6780>

Do ponto de vista histórico, a tecnologia tem sido um fator de destaque no mundo do trabalho desde a sua ascensão, seja para a facilitação de alguns mecanismos laborais, ou até mesmo por conta de mudanças nas mais diversas estruturas da sociedade, jurídicas, éticas ou corporativas. Assim como na primeira grande revolução industrial, ocorrida em meados do século XVIII, a demanda por tecnologia no ambiente de trabalho sempre se mostrou necessária por parte das grandes elites. Entretanto, tem sido um desafio para a maioria dos trabalhadores se adequarem e se inserirem, nos dias atuais, na indústria 4.0, iniciada em 2011. Dessa forma, as reinvenções tecnológicas vêm tomando palco, de maneira majoritariamente veloz e complexa. Entre essas, destaca-se a inteligência artificial (IA), que tem sido um dos principais desafios para os novos trabalhadores do século XXI, tema abordado neste ensaio.

De maneira puramente racional, a IA gera impactos positivos, como a agilidade na entrega de demandas, resolução de problemas diários, assim como diminuição de trabalhos com um certo índice de insalubridade. Porém, tais aspectos se limitam a indivíduos de maior poder aquisitivo, que representam apenas uma pequena parcela da população. Ademais, sua implementação não é pensada sob um viés coletivo, mas sim sob um ponto de vista rentável por parte de grandes empresas. De acordo com uma pesquisa da *Accenture* (VIEIRA, 2022), houve um aumento de 41% no faturamento no varejo de grandes empresas que trabalham com IA apenas nos últimos 5 anos. No entanto, esse aumento na produção não se dá sem um contrapeso, como mostra a CNN no seu artigo também citando a IA. Em seu relatório de demissões mais recente, a empresa de recolocação “*Challenger: Gray & Christmas*” disse que 3.900 pessoas foram demitidas em maio (THORBECKE, 2023).

Quando se trata das revoluções tecnológicas como a IA, seus impactos na sociedade são descomunais, a ponto de não poderem ser analisados apenas do ponto de vista mercadológico, já que essa reestruturação traz uma série de questionamentos em relação à sua implementação em várias áreas e setores do cotidiano laboral. No Brasil, por exemplo, uma grande taxa de trabalhadores ainda ocupa o mercado informal que corresponde a 39,6% da população brasileira, conforme o Site “O Globo” (SILVA, 2023). De acordo com informações da “Correio Braziliense” (SOUTO, 2023), apenas 23% dos brasileiros adultos possuem Ensino Superior, tais situações geram uma série de conflitos para um grande percentual de trabalhadores que podem sofrer com um índice de

desemprego significativo por conta de uma escassez de viabilização e falta de inserção da IA nos ambientes laborais.

Inicialmente, países que não fazem parte de nações tecnologicamente desenvolvidas não obtém o igual progresso, afinal, os recursos tecnológicos e educacionais necessários para a inclusão de pessoas na nova indústria corporativa não são pensados para essa parcela da população que, inclusive, corresponde à maior parte das pessoas, gerando um descarte muito maior de indivíduos no ambiente trabalhista. Ademais, segundo dados da “Organização Mundial da Propriedade Intelectual” (OMPI) (GENEBRA, 2022), dos 10 países mais tecnológicos do mundo, apenas três não são europeus, ressaltando que um dos três corresponde aos Estados Unidos. O que torna a situação mais preocupante é que, assim como mostra uma reportagem feita pela *BBC News* (WENTZEL, 2019) devido ao aumento do número de processamento de dados com relação à IA, países como o Brasil podem ser vítimas do efeito “colonialismo digital” perante as nações como Estados Unidos e China; isto é, gera-se gradativamente um monopólio econômico e digital global.

Ademais, relações jurídicas e éticas ainda demonstram a necessidade de passarem por uma série de mudanças, visto que, com a crescente inserção da IA no ambiente profissional, é de extrema essencialidade que a implantação seja feita sob um viés não somente lucrativo, como é notório nos últimos anos, mas também sob um viés humanístico. Por mais que alterações no modo de produção seja algo natural, com o passar do tempo, para a segurança e paridade social é necessário um olhar cuidadoso das mais diversas áreas do conhecimento. Devido à falta de fácil acesso educacional e pouca infraestrutura, uma grande parcela de trabalhadores terão dificuldade de inserção em grandes empresas futuramente, tornando-se conveniente apenas a uma pequena parte da população mundial. O estreitamento das relações entre empregador e trabalhador, de similar forma, tornar-se-ão mais delicadas, já que do ponto de vista capitalista, o maior interesse está associado ao lucro.

A implementação crescente da IA no ambiente de trabalho representa um desafio significativo, marcado por impactos diferenciados entre classes sociais e nações. Embora a IA traga benefícios como agilidade e eficiência, há uma clara disparidade nos ganhos entre os mais afortunados e as minorias sociais, favorecendo as elites com privilégios em ambientes empresariais e acentuando desigualdades sociais. A falta de acesso à educação

e infraestrutura tecnológica em países em desenvolvimento amplia ainda mais essa divisão, assim como amplia a dinâmica de dominação em ambientes virtuais. Além disso, questões éticas e jurídicas necessitam de uma abordagem cuidadosa para garantir uma transição justa para essa nova era industrial. A preocupação com a formação de uma geração de trabalhadores capazes de lidar com a IA é vital, e a falta de inclusão de minorias e a ausência de interesse em coletividade na implementação da tecnologia ressaltam a necessidade urgente de reformas.

Por fim, a sociedade enfrenta o desafio de equilibrar os avanços tecnológicos com a responsabilidade social, garantindo que a IA não seja apenas um instrumento de rentabilidade para as grandes empresas, mas também uma força impulsionadora para a inclusão, equidade e respeito aos direitos fundamentais. O futuro do trabalho depende de abordagens colaborativas e conscientes, que promovam uma coexistência harmônica entre a tecnologia e a dignidade humana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

THORBECKE, C. **Inteligência artificial provoca demissões na própria indústria que a criou**. CNN Brasil, São Paulo, 07 jul. 2023. Online. Disponível em:

<https://www.cnnbrasil.com.br/economia/inteligencia-artificial-provoca-demissoes-na-propria-industria-que-a-criou/>. Acesso em: 05.dez.2023.

BBC NEWS BRASIL. **Como a corrida mundial pelo processamento de dados pode ‘colonizar’ o Brasil e outros países?** BBC News Brasil, Londres, 14 out. 2023. Online. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-49981458>. Acesso em: 05.dez.2023.

ACCENTURE. **Mais de 60% das empresas ainda estão numa fase experimental de uso de inteligência artificial**. Lisboa, 2022. Disponível em:

<https://newsroom.accenture.pt/pt/news/2022/mais-de-60-das-empresas-ainda-estao-numa-fase-experimental-de-uso-de-inteligencia-artificial>. Acesso em: 05.dez.2023.

COSTA, Raquel Lima Silva. Neurociência e aprendizagem. **Revista Brasileira de Educação**, v. 28, 2023.

BACCHI, A.D; BACCHI, B.S. A relação entre linguagem e práticas pseudocientíficas. **Journal of Evidence-Based Healthcare**, v. 5, p. e4970-e4970, 2023.

SILVA, A.P. **Taxa de informalidade cai para menos de 40% no Brasil em 2022, diz IBGE.** Valor Econômico, São Paulo, 28 fevereiro 2023. Disponível em:

<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2023/02/28/taxa-de-informalidade-cai-para-menos-de-40percent-no-brasil-em-2022-diz-ibge.ghtm>. Acesso em: 07.dez.2023.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA PROPRIEDADE INTELECTUAL. **Brasil é o 2º país com maior crescimento em pedidos de patentes.** WIPO Newsroom, Genebra, v. 1, n. 11, p. 1-3, out. 2022. Disponível em:

https://www.wipo.int/pressroom/pt/articles/2022/article_0013.html. Acesso em: 09.dez.2023.

SILVA, A. **Só 23% têm ensino superior entre os 24 e 35 anos.** Correio Braziliense, Brasília, v. 1, n. 1, p. 1-2, jul. 2023. Disponível em:

<https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2023/07/5112750-so-23-tem-ensino-superior-entre-os-24-e-35-anos.html>. Acesso em: 09.dez.2023.

TRANSFORMAÇÕES LABORAIS NA ERA DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

*LABOR TRANSFORMATIONS IN THE ERA OF ARTIFICIAL INTELLIGENCE:
CHALLENGES AND PERSPECTIVES*

*TRANSFORMACIONES LABORALES EN LA ERA DE LA INTELIGENCIA
ARTIFICIAL: DESAFÍOS Y PERSPECTIVAS*

*Leonardo Micheli Moraes Cossio¹
Universidade Federal da Bahia*

*Jackson Wilke da Cruz Souza²
Universidade Federal da Bahia*

RESUMO

Este ensaio propõe uma análise panorâmica das significativas transformações nas relações trabalhistas impulsionadas pela inteligência artificial (IA). Adotando uma abordagem crítica, é explorada de que maneira a IA influencia a essência do trabalho, pontuando seu impacto nos ambientes laborais, as nuances essenciais relacionadas à inovação tecnológica e suas implicações na consciência coletiva. O objetivo neste texto não é apenas documentar as mudanças observadas, mas também refletir sobre os desafios e oportunidades que a IA apresenta para o futuro do trabalho.

Palavras-Chave: Inteligência Artificial. Relações Trabalhistas. Transformações Laborais.

ABSTRACT

This essay proposes a panoramic analysis of the significant transformations in labor relations driven by artificial intelligence (AI). Adopting a critical approach, this study explores how AI influences the essence of labor, highlighting its impact on work environments, the essential nuances related to technological innovation and its implications for collective consciousness. The objective in this text is not only to document the changes observed, but also to reflect on the challenges and opportunities that AI presents for the future of work.

Keywords: Artificial intelligence. Working relationships. Labor Transformations.

RESUMEN

Este ensayo propone un análisis panorámico de las significativas transformaciones en las relaciones laborales impulsadas por la inteligencia artificial (IA). Adoptando un enfoque crítico, exploramos cómo la IA influye en la esencia del trabajo, destacando su impacto en los entornos laborales, los matices esenciales relacionados con la innovación tecnológica y sus implicaciones para la conciencia colectiva. El objetivo de este texto no es solo documentar los cambios observados, sino también reflexionar sobre los desafíos y oportunidades que presenta la IA para el futuro del trabajo.

Palabras clave: Inteligencia artificial. Relaciones de trabajo. Transformaciones Laborales.

¹ Graduando no Bacharelado em Ciência, Tecnologia e Inovação da Universidade Federal da Bahia.

Email: leo15cossio@gmail.com.

ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-8659-6297>.

² Doutor em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos. Atualmente é docente da Universidade Federal da Bahia.

E-mail: jackcruzsouza@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1881-6780>

A ascensão exponencial da Inteligência Artificial (IA) tem provocado uma transformação significativa nas relações de trabalho contemporâneas. À medida que algoritmos avançados e sistemas autônomos se integram ao ambiente laboral, surgem questionamentos cruciais sobre o impacto dessa revolução tecnológica em nossas práticas profissionais e relacionamentos no trabalho. A interseção entre trabalho e IA não se restringe meramente a uma consideração no âmbito futurista, mas também é uma oportunidade de examinar as complexidades emergentes e os desafios que se moldam a esse cenário profissional.

O objetivo deste ensaio reside na análise panorâmica dessas transformações, examinando não apenas os aspectos técnicos da IA, mas também seus desdobramentos socioeconômicos. Buscamos, assim, conduzir à compreensão, ainda que preliminar, acerca das implicações da inteligência artificial no mundo do trabalho. Ao mesmo tempo, pretendemos traçar uma abordagem crítica que identifique as potencialidades da IA sob os vieses éticos e sociais à luz dos desafios proporcionados por esse tipo de tecnologia.

Este ensaio é disposto como um guia de reflexão, defendendo a ideia de que, embora a inteligência artificial seja uma força transformadora inegável, a maneira como ela é integrada e gerenciada por líderes empresariais, legisladores e a própria sociedade pode moldar um futuro laboral mais equitativo. Aqui, o posicionamento abordado sugere que os desafios associados à ascensão da inteligência artificial não residem unicamente na adaptação às inovações tecnológicas, mas, além disso, na capacidade de direcionar essas mudanças em prol do bem-estar coletivo e da preservação de valores fundamentais do trabalho humano.

A abordagem acerca do impacto da IA nas relações trabalhistas encontra suporte em diversos estudos que buscam desvendar as complexas interações entre a tecnologia emergente e o ambiente profissional. A incorporação dessa tecnologia nos ambientes de trabalho não apenas reconfigura as dinâmicas laborais, mas também molda a mente coletiva dos trabalhadores e as relações interpessoais de maneiras significativas. Alban (2023) pontua essa perspectiva ao estender sua análise para além do impacto técnico. Essa ênfase mais ampla enriquece a discussão ao inserir considerações sobre o impacto psicossocial das mudanças promovidas pela IA nas dinâmicas de trabalho.

A mente coletiva, nesse contexto, pode ser compreendida como um conjunto de percepções, atitudes e comportamentos compartilhados pelos membros de uma equipe ou

organização, influenciados pela presença e interação com sistemas de inteligência artificial. A colaboração com essa tecnologia implica em um avanço dinâmico, que pode levar à formação de grupos distintos dentro da força de trabalho, onde aqueles que rapidamente se adaptam e abraçam as inovações tecnológicas têm chances de prosperar. Por outro lado, os que resistem às mudanças ou enfrentam dificuldades em assimilar novas habilidades podem encontrar-se em posições menos favorecidas. A mente coletiva, portanto, acaba enxergando uma categorização involuntária na qual reflete a eficiência operacional induzida pela IA e amplifica dinâmicas sociais preexistentes, como hierarquias e estigmas profissionais.

Adicionalmente, a contribuição de Damilano (2019) destaca o entendimento da IA de forma singular em relação a outros avanços tecnológicos. O autor nos convida a considerar, além das mudanças operacionais imediatas, as transformações profundas nas dinâmicas sociais e culturais no ambiente de trabalho. Essas transformações podem envolver, por exemplo, a redefinição de papéis, responsabilidades e competências dos trabalhadores, a emergência de novas formas de organização e colaboração, a valorização da diversidade e da criatividade, e os impactos éticos, legais e morais da IA na sociedade. Esse enfoque integrado é crucial para orientar estratégias eficazes de adoção da IA e promover uma transição mais suave para a nova era laboral impulsionada pela tecnologia.

À medida que tarefas rotineiras são automatizadas, surge a necessidade de uma ênfase renovada em habilidades interpessoais, promovendo colaboração e comunicação eficazes. Entretanto, a rápida incorporação da inteligência artificial pode acarretar desafios psicossociais, tais como a ansiedade dos trabalhadores em relação à possível substituição por máquinas e a necessidade de uma adaptação constante. Em um mundo cada vez mais digitalizado, portanto, a confiança na tecnologia e a compreensão das suas implicações éticas tornam-se fatores cruciais para manter um ambiente de trabalho saudável.

Além dos dilemas apresentados, é relevante considerar as oportunidades intrínsecas à inteligência artificial para aprimorar as condições de trabalho. Destaca-se a notável capacidade dessa tecnologia em otimizar procedimentos cotidianos e repetitivos, como agendamento de reuniões, preenchimento de formulários, organização de arquivos, análise de dados, verificação de documentos, atualização de cadastros etc, liberando tempo para que os profissionais se dediquem a tarefas mais estratégicas e criativas. Esse aprimoramento impulsiona a eficiência e, ao mesmo tempo, abre espaço para o

desenvolvimento de habilidades humanas distintas, como empatia, criatividade e pensamento crítico, essenciais em diversos setores.

Para além dos desafios éticos, cabe explorar abordagens para mitigar questões de IA no ambiente profissional. A implementação de diretrizes éticas robustas no desenvolvimento de sistemas de IA pode desempenhar um papel crucial para garantir que essas tecnologias sejam utilizadas de maneira responsável e em conformidade com os valores sociais.

A primeira consideração reside na transparência e na explicação dos algoritmos. Ao passo que sistemas autônomos e algoritmos de IA assumem papéis decisivos, a capacidade de entender e interpretar suas decisões torna-se essencial. A transparência não apenas fortalece a confiança dos profissionais na tecnologia, mas também permite a identificação e correção de eventuais vieses algorítmicos. A gestão responsável, nesse sentido, envolve a criação de mecanismos eficazes para a explicação das decisões tomadas pela IA.

Outro ponto fundamental é a equidade no acesso e na distribuição dos benefícios gerados pela Inteligência Artificial. A implementação de sistemas inteligentes não deve ampliar as disparidades socioeconômicas, mas sim buscar reduzi-las. Isso requer políticas e práticas que garantam que as oportunidades geradas pela automação e pela IA sejam distribuídas de forma justa, evitando a exclusão de determinados grupos sociais, além de promover a inclusão digital.

Nesse sentido, as percepções de Lemos (2023), em seu Manifesto sobre inteligência artificial, enriquecem a discussão com considerações filosóficas e éticas sobre o papel da IA na sociedade. O autor destaca a necessidade de uma abordagem ética e reflexiva no desenvolvimento e implementação dessas tecnologias, pontuando a importância de uma participação ativa da sociedade na definição dos rumos da IA. Ou seja, como essa tecnologia apresenta tanto promessas quanto desafios para a sociedade, é fundamental que as pessoas sejam adequadamente instruídas a respeito da IA: o que ela é, como funciona, suas capacidades e limitações, e como empregá-la de maneira ética e responsável.

Recorremos à fala, escrita, matemática, lógica, arte, ciência e diversas outras formas de conhecimento e expressão para ampliar nossa capacidade de raciocinar e intervir no mundo à nossa volta. A IA, portanto, é mais uma ferramenta nesse vasto

arsenal, capaz de nos auxiliar em resolução de complexos desafios e na exploração de novos horizontes.

Ela é uma tecnologia que pode ser usada de maneira criativa, educativa e científica, como também comporta a possibilidade de ser utilizada com intenções maliciosas ou enganosas. No entanto, proibir integralmente a IA não constitui uma solução eficaz ou democrática, visto que tal medida obstruiria seu uso legítimo e benéfico. Em lugar disso, deveríamos fomentar a promoção de uma abordagem ética e responsável no emprego da IA instruindo as pessoas sobre seus princípios, desafios e oportunidades.

Portanto, as relações trabalhistas estão sendo transformadas pela Inteligência Artificial, que apresenta desafios e oportunidades para os trabalhadores e a sociedade em geral. Com ela, é possível aumentar a produtividade, a qualidade, a inovação e a competitividade das empresas, além de criar oportunidades de emprego e de qualificação profissional. No entanto, a IA também pode substituir trabalhadores humanos, reduzir a segurança, a privacidade e a autonomia dos trabalhadores, e ampliar as desigualdades sociais e econômicas. Por isso, é necessário refletir sobre os aspectos psicossociais e socioeconômicos dessa tecnologia, assim como os dilemas éticos que ela envolve. Outrossim, a sociedade deve ter voz ativa na definição dos objetivos e limites da IA buscando uma abordagem ética e responsável, que respeita o trabalho humano e contribua para o bem-estar coletivo. A IA, nesse escopo, pode ser uma parceira na construção de um futuro laboral mais justo e inovador, caso seja utilizada de forma criativa, educativa e científica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DAMILANO, Cláudio Teixeira. Inteligência artificial e inovação tecnológica: as necessárias distinções e seus impactos nas relações de trabalho. **Brazilian Journal Of Development**, Curitiba, v. 5, n. 10, p. 19985-20001, out. 2019.

ALBAN, Thiago Anton. INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL, MENTE COLETIVA E INTERSUBJETIVIDADE: UM BREVE ENSAIO. **Direito Unifacs–Debate Virtual**, Salvador, v. 280, 2023.

LEMOS, André. **Manifesto sobre Inteligencia Artificial (IA)**: compusoc 2023.2. Salvador, 4 out. 2023. Ciclo de Palestras Computação e Ética na Sociedade Contemporânea. Facebook: Onda Digital. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jpSw-BWFvGc>. Acesso em: 28 nov. 2023.